



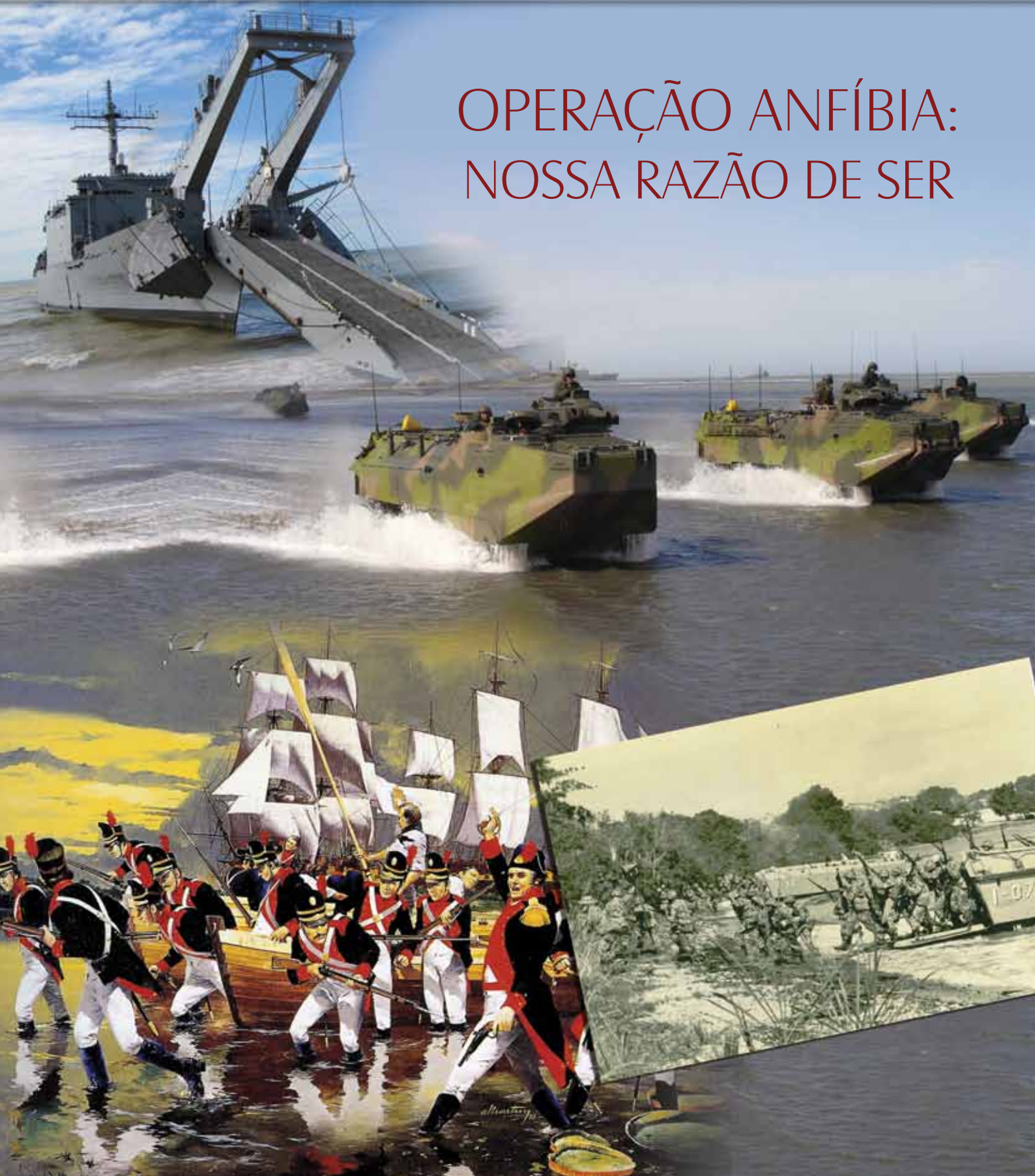
Âncoras e Fuzis

Corpo de Fuzileiros Navais



Ano X - Nº 42 • agosto de 2011 • Nº 06 publicada pelo CIASC • ISSN 2177-7608

OPERAÇÃO ANFÍBIA: NOSSA RAZÃO DE SER



Financiamento Imobiliário

POUPEX

Sua casa própria em 1º lugar

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

Mais informações: 0800 61 3040 • casapropriapoupex.com.br

POSTO DE ATENDIMENTO DA FHE NA FREGUESIA - ILHA DO GOVERNADOR-RJ - PSTFR

Est. Quilombo, s/nº - CNIG/CIASC - Freguesia - Ilha do Governador - 21911-016
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 3386.0335 - Fax (21) 3386.0338

POUPEX

Associação
de Poupança
e Empréstimo

poupex.com.br

Palavras do Comandante do CIASC



Operações Anfíbias: nossa razão de ser

Desde a sua criação, o CFN dedica-se à realização da projeção de poder sobre terra e a outras atividades ligadas ao mar, conforme observa-se no extrato do Alvará da Rainha D. Maria I, de 28 de agosto de 1797, que criou a Brigada Real da Marinha: “[...] defenderem as embarcações de guerra e para fazerem algum desembarque, e tentar algum ataque”, consagrando, desta forma, o caráter *sui generis* de uma Força Anfíbia.

No decorrer de sua história, ainda que, em alguns momentos, nossos regulamentos tenham tendido para os de uma tropa eminentemente terrestre, o nosso Corpo consolidou, de forma permanente, a sua vocação anfíbia, como aquela que, efetivamente, destaca-nos das demais forças existentes no país.

A Estratégia Nacional de Defesa consolida e explicita claramente esta nossa destinação precípua, enquanto *A Próxima Singradura*, publicada em edição extra de *O Anfíbio*, detalha e direciona nossos pensamentos para o futuro.

Nos últimos anos, o CFN, devido às suas características de profissionalismo, combinação de meios de combate, apoio ao combate e apoio de serviços ao combate, capacidade expedicionária e prontidão operativa, aliadas a um significativo grau de confiabilidade, vem cumprindo importantes tarefas de grande projeção nacional e internacional, tais como: operações de paz, de garantia da lei e da ordem e de assistência humanitária. Com as experiências dos Fuzileiros Navais na República Dominicana, em Angola, no Haiti, na cidade do Rio de Janeiro, na região serrana do estado do Rio e no Chile, o CFN conquistou vasta experiência, o que comprova nossa eficácia nesses tipos de operações.

Em paralelo ao sucesso nas ações supracitadas, verifica-se uma persistente escassez de recursos em face de

diversas situações que escapam do controle da própria Marinha do Brasil, as quais impactam, significativamente, a disponibilidade de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para a realização de operações anfíbias.

Desta forma, acredito que o efeito conjugado das tarefas desenvolvidas pelos Fuzileiros Navais em curto e médio prazo, para as quais, obviamente, precisamos estar prontos, e das dificuldades materiais para a realização de ações de projeção de poder a partir do mar, pode levar a um descuido em relação às operações anfíbias. Daí nossa preocupação em lembrar aos nossos leitores que o CFN existe para a realização de Operações Anfíbias.

Neste sentido, a recente incorporação, em nossos debates doutrinários, de uma nova modalidade de operação anfíbia – a *projeção anfíbia*, a qual passa a acomodar diversos tipos de ações de projeção de força a partir do mar, não enquadradas nos tipos clássicos de assalto, incursão, demonstração e retirada anfíbia, particularmente como operações de não guerra, reforça e amplia a ênfase nas operações anfíbias e, conseqüentemente, as responsabilidades dos fuzileiros navais.

Importante também mencionar que a preocupação do CFN em manter a capacidade de realização de operações anfíbias, a qual fica evidenciada pelo programa de adestramento desenvolvido pela Força de Fuzileiros da Esquadra, encontra-se alinhada às recentes tendências de forças de outros países, incluindo a US Navy e o USMC, no tocante à manutenção, à ampliação ou ao “retorno” das respectivas capacidades anfíbias.

Assim, esta edição da *Âncoras e Fuzis* busca contribuir, com os artigos sobre operações anfíbias no seu “corpo principal”, para que o assunto continue tendo a devida atenção em nossos estudos e pesquisas. Além desses, continuamos trazendo, aos nossos leitores, temas de nossa atualidade.

Por fim, ressalto a importância do debate e discussão sobre os temas apresentados nesta edição, de modo que sugestões sejam encaminhadas ao Centro de Estudos do CFN, a fim de serem analisadas e para que, dessa forma, possam fomentar os estudos sobre o emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais nas Operações Anfíbias.

Desejo a todos uma boa leitura!

CIASC – Gerações de fuzileiros navais fortalecendo o espírito de corpo!

ADSUMUS!

VIVA A MARINHA!

Nélio de Almeida
Contra-Almirante (FN)
Comandante do CIASC



Editorial

A Revista *Âncoras e Fuzis*, a partir desta edição, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras – Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

A nossa revista, na sua sexta edição produzida pelo CIASC, traz como matéria de capa o tema “Operações Anfíbias: nossa razão de ser”. Por conseguinte, a *Âncoras e Fuzis* deste semestre apresenta cinco artigos sobre este tema que caracteriza as vocações, valores e o *ethos* operacional do Corpo de Fuzileiros Navais, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa.

Destaca-se ainda, nesta edição, o artigo sobre o emprego de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) em apoio às forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro no mês de novembro de 2010.

Prossegue com a matéria sobre a importância dos 5^o Jogos Militares para a Marinha do Brasil. Esta competição realizada na cidade do Rio de Janeiro, de 16 a 24 de julho, representou o maior evento esportivo militar já realizado no Brasil, reunindo atletas e delegados de mais de 100 países.

A revista apresenta as atividades realizadas pelo 13^o Contingente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti que assumiu sua missão em um momento pós-terremoto, porém ainda sob os efeitos de sua devastação, e vivenciou a instabilidade político-social do país no período pós-eleições presidenciais de 2010, o que sugeria a necessidade de presença de tropas da ONU na manutenção de um ambiente seguro e estável no Haiti.

Ainda com o propósito de divulgar importantes decisões que estão sendo priorizadas pela alta administração naval em relação ao Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), a revista apresenta um artigo sobre a criação da Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear no Centro Experimental ARAMAR (CEA).

Além desses artigos, a revista apresenta, ao nosso leitor, temas como a importância estratégica da pesquisa na Ilha da Trindade; a experiência de um oficial na missão das Nações Unidas na Costa do Marfim; assim como alguns assuntos que merecem reflexão e discussão, como a simplificação do controle aerotático no emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, a questão da nacionalização *versus* estado da arte de equipamentos militares e uma proposta de organização de um Departamento de Lições Aprendidas para o Centro de Estudos do CFN (CECFN). Dessa forma, espera-se que esses temas suscitem o debate por parte de nossos leitores e sugestões sejam encaminhadas para apreciação do CECFN, por meio do e-mail: ancorasefuzis@gmail.com ou para as caixas postais: cecfn@ciasc.mar.mil.br ou cecfn/ciacfn/Mar.

A equipe de Produção da *Âncoras e Fuzis* agradece a valorosa contribuição de todos os colaboradores e orgulha-se do nível dos artigos recebidos ao longo de todo o semestre, esperando que essa participação seja ainda maior para as próximas edições, proporcionando, cada vez mais, o alto nível dos artigos publicados.

Desejamos que apreciem esta edição e aguardamos suas críticas e sugestões, de forma a produzir uma revista cada vez mais sintonizada com o nosso LEITOR.

Boa Leitura! ADSUMUS!

Expediente

Distribuição Gratuita

Ano X – Número 42 – 2011
ISSN 2177-7608

Número VI publicada no CIASC
Publicação semestral do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, Situado no Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG) – Rua Magno Martins s/nº – Bancários – Ilha do Governador – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 21911-430

Marco Antonio Corrêa Guimarães
Almirante de Esquadra (FN)
Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Carlos Alfredo Vicente Leitão
Vice-Almirante (FN)
Comandante do Pessoal de Fuzileiros Navais

Nélio de Almeida
Contra-Almirante (FN)
Comandante do CIASC

Joaquim Elisiário Dias Neto
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Imediato do CIASC

José Emílio de Oliveira Rodrigues
Capitão de Corveta (FN)
Centro de Estudos do CFN

Editor-Chefe

Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni
Capitão de Corveta (FN)
simioni@ciasc.mar.mil.br

Editor-Adjunto

Cintia Sanguinetti Guimarães
Primeiro-Tenente (T-RM2)
cintia.guimaraes@ciasc.mar.mil.br

Revisão Ortográfica

1T (T-RM2) Adriana Guimarães Aloiza

Revisão Bibliográfica

1T (T-RM2) Marcela Barcellos Araújo
1T (T-RM2) Flávia Costa de Jesus Pereira Baptista

Colaboradores

CMG (FN-RM1) Sergio Marques Soares
CMG (FN-RM1) Pedro Antonio de Oliveira
CMG (FN-RM1) Marco Antonio Nepomuceno da Costa
Francisco Alves (Fotografia)



Sumário

Palavras do
Comandante do
CIASC 03

Editorial 04

Sumário 05

Cartas
dos leitores 06

O Legado das
Operações
Anfíbias 07

Operações Anfíbias
- para nós, Fuzileiros
Navais, uma questão
de identidade 11

Projeção
Anfíbia 13

Possíveis cenários
para o emprego
de Forças Anfíbias
no século XXI 16

Operações Especiais
em Operações
Anfíbias 18

Simplificação do Controle
Aerotáctico no emprego
dos Grupamentos
Operativos de
Fuzileiros Navais 21

Atuação da Marinha
do Brasil na Operação
Rio-2010: os principais
atributos do Corpo de
Fuzileiros Navais em
evidência 23

Operação Rio-2010:
A visão do
Componente de
Combate
Terrestre (CCT) 27

A importância dos
5º Jogos Mundiais
Militares para a
Marinha do Brasil 31

Operação Haiti -
13º Contingente
do Grupamento
Operativo de
Fuzileiros Navais 33

Ativação da Companhia
de Defesa Química,
Biológica e Nuclear
de ARAMAR 38

A Operação da
ONU na Costa do
Marfim - ONUCI 41

Nacionalização
versus
Estado da Arte 43

O Centro de Lições
Aprendidas do USMC:
um modelo a
ser seguido
pelo CFN? 45

Ensinamentos colhidos
após a leitura
do livro: *A história
das guerras* 48

PROTRINDADE:
Importância
Estratégica da
Pesquisa 49

Decida nº 42 52

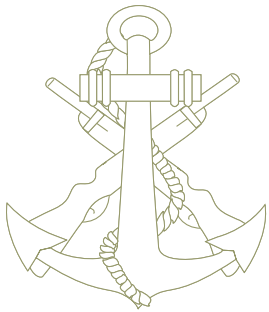
Decida nº 43 55

Concurso de
Trabalhos
Acadêmicos 56

Pense 57

Centro de Estudos do
Corpo de Fuzileiros
Navais - Corpo de
Colaboradores 58

Normas para
Publicação de
Artigos na *Revista
Âncoras e Fuzis* 58



Cartas dos leitores

ancorasefuzis@gmail.com

Acompanhando a revista *Âncora e Fuzis*, desde seu nascimento aqui neste Comando-Geral, no ano de 1999, congratulo-me com o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) pela excelência estética da publicação, da pluralidade, com qualidade, do conteúdo publicado, especialmente no que tange ao tema Liderança. Liderar é, realmente, preciso e, acrescentaria, inadiável. Por essa razão, a Escola de Liderança do CIASC descolou-se da letra fria dos planejamentos e ingressou na fase de implantação, passando a integrar, sob a forma de “subcomissão temática”, a Comissão Permanente de Estudo para o Planejamento de Pessoal do CFN (CoPEPPes), que cuidará, dentre outros assuntos, da carreira, da gestão do efetivo e do ensino, particularmente no âmbito do CFN. Espero que, assim, possamos administrar melhor o nosso maior patrimônio, o Fuzileiro Naval, de hoje e de sempre.

ADSUMUS.

Marco Antonio Corrêa Guimarães
Almirante de Esquadra (FN)
Comandante-Geral

O conteúdo da *Âncoras e Fuzis* normalmente tem sido muito bom, tenho gostado muito desta leitura. Nesta edição, em especial, considero que o artigo *A Teoria da Guerra de Manobra*, do CF (FN) Osmar, apresentou de forma precisa e concisa o assunto. Também gostei da resenha feita pelo CMG (FN) Calixto sobre o livro *Comando Supremo*, que destacou os ensinamentos colhidos pela leitura do mesmo, enfatizando exemplos de como deve ser o relacionamento entre a governança política e a liderança militar de um país em situação de conflito.

José Henrique Salvi Elkfury
Contra-Almirante (FN)

Avaliação de Liderança – uma experiência bem sucedida

Transmito meus cumprimentos ao CMG(FN) José Reis pela excelência do trabalho, tendo ressaltado, de forma bastante objetiva, a importância do tema “Liderança” e acrescentado os inúmeros conhecimentos adquiridos durante seus estudos sobre o tema no decorrer de sua vida pessoal e profissional, além de ter apresentado a relevante experiência da chamada “avaliação 360º”, aplicada durante seu Comando no BtlOpEspFuzNav, que poderá ser de grande utilidade para a MB.

CMG (FN) Rogério Ramos Lage

Apresento meus cumprimentos à revista *Âncoras e Fuzis* e ao autor do artigo *A Teoria da Guerra de Manobra* pela forma esclarecedora como são relatadas as condições para concepção deste estilo de condução da guerra, além das interessantes considerações sobre diferentes elementos conceituais. Apesar do enfoque “teórico”, o autor provoca no leitor a reflexão sobre a melhor forma de “aplicação” (Teoria Aplicada) de tais fundamentos às operações de Fuzileiros Navais; sobre a validade de adoção de metodologia para tornar tais princípios mais práticos; sobre as implicações para a melhor formação de nossos Recursos Humanos; e, ainda, sobre os sistemas operacionais de combate que devem ser privilegiados, considerando nossas realidades orçamentárias e as possibilidades de emprego dos GptOpFuzNav.

CMG (FN) Marcelo Guimarães Dias

Gostaria de comentar alguma coisa a respeito do texto do CF(FN) Osmar intitulado *A Teoria da Guerra de Manobra*. Um fato importante sobre a Guerra de Manobra, que muitas vezes passa despercebido quando tratamos do assunto, é que a relação desta com a Guerra de Atrição é proporcional aos níveis de condução da Guerra, ou seja, quanto mais próximos do nível Tático estivermos, mais utilizaremos a Guerra de Atrição. Em contrapartida, quando vamos caminhando para o nível Operacional e Estratégico mais utilizamos a Guerra de Manobra, no entanto nunca vamos encontrar estes dois tipos de Guerra em sua forma pura. Acredito que isto se deva, principalmente, às maiores capacidades de C4I2 encontradas nos escalões mais altos.

CF (FN) Jorge Luis de Araújo Mello

A abrangência das matérias sobre liderança permitiram reflexões tanto para as situações de paz quanto para as de combate. Em especial, gostaria de ressaltar a matéria sobre a liderança no âmbito dos PelFuzNav e CiaFuzNav, pois seus Cmte, bem como os demais no campo de batalha, devem se posicionar, a princípio, onde melhor possam coordenar e controlar seus elementos subordinados. Por vezes, a situação exige, momentaneamente, deslocamento para o “front”, com maior exposição. Quanto menor o escalão, mais sujeito aos fogos inimigos os elementos em combate estarão, incluindo seus Cmte, cuja presença em combate é marcada, mais do que qualquer outra coisa, por sua capacidade de decisão, da qual seus subordinados dependem. Parabéns à revista *Âncoras e Fuzis*.

CF (FN) Osmar da Cunha Penha

O Emprego dos Fuzis Antimaterial

Do ponto de vista doutrinário, a adoção de um fuzil antimaterial calibre .50’ pelo CFN permitiria um significativo incremento na segurança e proteção de nossas frações, particularmente em combates em ambiente urbano, além de possibilitar economia de meios.

CC(FN) Stewart da Paixão Gomes

O emprego do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)

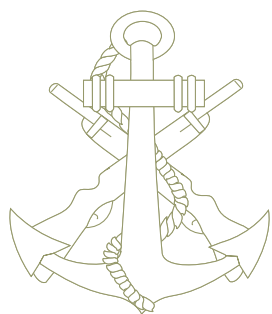
Nas próximas edições, iremos apresentar artigos que tratam das peculiaridades da organização e dos possíveis empregos de um GptOpFuzNav. Trataremos, preferencialmente, de operações reais, para que o leitor possa confrontar a organização, os procedimentos adotados na condução das ações e os resultados obtidos diante do arcabouço doutrinário que alicerça o conceito de grupamentos operativos.

A primeira matéria desta série aborda a constituição do Grupamento Operativo para emprego na tarefa de apoio à segurança pública, mais especificamente na recente Operação Rio-2010.

Seguem relatos que descrevem a operação no nível estratégico/operacional (artigo do CMG(FN) Carlos Chagas), no tático (artigo do CC(FN) G. Maia) e sob a ótica individual, extraídos de depoimentos de quatro operadores dos Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf) e das Viaturas Blindadas TNE SL M113A1 (M113).

Ao leitor, sugerimos a visita à página do CGCFN na intranet (www.cgcfm.mb) e a consulta ao CGCFN-0-1 (Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais) e ao CGCFN-31.1 (Manual de Operações Militares em Ambiente Urbano dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais), a fim de facilitar o estabelecimento da comparação entre o traço doutrinário e a realidade vivida na operação.

Estamos aguardando opiniões, dúvidas, contribuições e comentários. Entre em contato pelo e-mail da revista (ancorasefuzis@gmail.com) e participe desse espaço que estamos propondo para a discussão de temas profissionais.



CC (FN) José Emílio de Oliveira Rodrigues
jemiliorodrigues@globocom

O Legado das Operações Anfíbias

O primeiro passo no processo de análise de qualquer atividade militar é saber o que foi dito sobre ela no passado. O propósito deste artigo é analisar o legado deixado pelas Operações Anfíbias (OpAnf) no curso da História, com ênfase no período compreendido entre a 1ª Guerra Mundial (1ªGM) e a Guerra do Iraque (2003), a fim de identificar sua viabilidade e importância estratégica como operação militar nos dias atuais. Nesse contexto, serão abordados diversos questionamentos contrários às OpAnf que surgiram ao longo da História, bem como a evolução doutrinária e de meios que esse movimento provocou.

As OpAnf realizadas antes da 1ªGM atestam que elas sempre foram consideradas operações extremamente complexas. Em 425 a.C., na Guerra do Peloponeso, Atenas tinha a superioridade no mar, e Esparta, o domínio em terra. Nenhuma das duas Cidades-Estado conseguia obter uma vantagem sobre a outra até que Atenas capturou a ilha de Pylos, em frente à costa espartana, bloqueando o seu comércio marítimo. Enquanto esperava o contra-ataque espartano, o General Demóstenes gritou para suas tropas: “Vocês são atenienses e

sabem por experiência própria como é difícil desembarcar na presença do inimigo”. Os espartanos fizeram uma série de OpAnf para reconquistar a ilha. Todas falharam.

Embora as OpAnf tenham uma história tão antiga quanto a da própria estratégia em si, foi apenas no início



Figura1: Monte Suribachi – Iwo Jima.
Fonte: Global Security, 2011.

do século XX que sua concepção de emprego foi profissionalizada. Forças anfíbias adestradas e meios específicos visando à projeção de poder sobre terra surgiram nas principais potências marítimas da época. Entretanto, os primeiros resultados obtidos foram bastante decepcionantes, provocando um grande e prolongado descrédito sobre esse tipo de operação. Analistas militares que estudaram a 1ªGM focaram sua atenção na mal sucedida campanha anfíbia realizada na Península de Galipoli (1917), que acabou tornando-se um trauma militar. Equivocadamente, Galipoli transmitiu a ideia de que as OpAnf tinham se tornado obsoletas pelos avanços tecnológicos da época, tais como a metralhadora, as ferrovias e os motores de combustão interna. Acreditou-se que uma potência continental seria capaz de transferir rapidamente suas forças para a parte da costa objetivada por uma Força de Desembarque, antes da construção de um poder de combate significativo em terra.

Entretanto, o fracasso de Galipoli não foi conceitual, mas sim o resultado de uma série de problemas de execução como a inexistência de tropas e meios de desembarque apropriados. Se essa Operação tivesse obtido êxito, ela teria ameaçado todo o plano de campanha dos alemães, pois a Turquia seria separada dos seus aliados e a guerra, levada à retaguarda alemã. O analista militar Liddell Hart (1983), analisando a campanha de Galipoli, declarou que uma OpAnf em uma praia defendida era quase impossível, considerando-a uma das operações militares mais difíceis da guerra. Os estudos de Hart e de muitos outros influentes analistas da época depreciaram a importância das OpAnf, fazendo com que a Grã-Bretanha abandonasse sua vocação anfíbia, concentrando-se prioritariamente em campanhas terrestres.

No início da 2ª Guerra Mundial (2ªGM), OpAnf sem sucesso continuaram a acontecer, tais como a tentativa de retomar a Noruega invadida pelos alemães e o “Reconhecimento em Força” em Dieppe, em 1942. A imagem das OpAnf começou a guinar para resultados mais favoráveis quando forças britânicas e americanas, dotadas de tropas treinadas e meios adequados, realizaram assaltos anfíbios com êxito em Madagascar, Guadalcanal e na África do Norte, rompendo com o pessimismo deixado pelas experiências de Galipoli. Em meados de 1944, o poder de choque, resultante da combinação dos sistemas de apoio de fogo da época com os meios de desembarque que evoluíam rapidamente, inverteu o pensamento pós-1ªGM. Os assaltos anfíbios tornaram-se impossíveis de serem impedidos. Cerca de 600 OpAnf foram realizadas durante a 2ªGM, variando em tamanho e complexidade, ocorrendo desde pequenas incursões até assaltos de Grupos de Exércitos. A guerra anfíbia foi um grande trunfo para os aliados, pois cada passo, em direção à vitória, começou com uma OpAnf. O mundo testemunhava o que os historiadores chamaram de “A época de ouro das OpAnf”. As imagens das OpAnf na Normandia, em Iwo Jima (ver Fig nº 1) e em Okinawa entraram para os anais da História, refletindo o êxito alcançado na 2ªGM.

Após analisar a 2ªGM, Liddell Hart (1983) mudou de opinião a respeito das OpAnf, deduzindo que: a ameaça de uma invasão europeia pelo mar teve um grande efeito estratégico ao dispersar, significativamente, o poder de combate alemão pelas áreas de desembarque, as quais poderiam ser utilizadas pelos aliados. Desta forma, 32 di-



Figura 2: Efeito das armas nucleares sobre uma concentração de navios.
Fonte: Global Security, 2011.

visões alemãs foram atraídas para o norte da França, a fim de impedir a travessia do Canal da Mancha, 18 divisões foram posicionadas ao sul da Itália, 18 divisões na Noruega e na Dinamarca, 10 divisões no sudeste da França, 10 divisões no norte da Itália, 9 divisões na Holanda, 8 divisões no sudoeste da França, além de outras 28 divisões espalhadas pelo sudeste da Europa. Liddell Hart (1983) concluiu seus estudos sobre as OpAnf afirmando que a flexibilidade anfíbia é a maior arma estratégica que um Poder Naval possui. Ela cria uma diversão à concentração do inimigo continental que é mais do que vantajosamente desproporcional aos recursos empregados.

Entretanto, a maioria dessas operações foi concebida contra áreas fortemente defendidas, provocando um elevado número de baixas. No teatro de operações do Pacífico, muitas vezes, não havia alternativa ao desembarque à viva força. Além disso, muitos analistas julgaram que a realização de OpAnf era válida apenas para as circunstâncias peculiares da 2ªGM, mas irrelevante nos campos de batalha do futuro, dominados por divisões e bombardeiros com armas nucleares. Em julho de 1946, testes nucleares foram realizados no atol de Bikini para simular um ataque a uma Força de Superfície (ver Fig nº 2), alarmando as Marinhas do mundo pelas suas implicações à guerra naval.

Em 1949, diante do congresso estadunidense, o Chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA, General Bradley, fez um polêmico pronunciamento declarando sua convicção sobre o fato de que na era nuclear não haveria mais OpAnf em larga escala. Em 1950, o Secretário de Defesa dos EUA, Louis Johnson, afirmou que as OpAnf pertenciam ao passado, tornando desnecessária a existência dos Fuzileiros Navais americanos. Continuando com suas ideias, ele anunciou que a Força Aérea dos EUA sozinha poderia cumprir qualquer uma das tarefas que a Marinha reali-



Figura 3: Escadas utilizadas dentro de uma Embarcação de Desembarque em Inchon.
Fonte: Global Security, 2011.

zava, o que também descartaria a necessidade da Marinha dos EUA. Esse entusiasmo com as possibilidades do poder aéreo obscureceu suas muitas limitações, gerando conclusões equivocadas. Assim, embora as OpAnf tenham demonstrado toda sua importância durante a 2ªGM, os questionamentos sobre sua adequabilidade, exequibilidade, aceitabilidade e utilidade voltaram a ganhar força, baseados em análises precipitadas sobre as possibilidades do poder aéreo e da ameaça nuclear. Posteriormente, as restrições impostas ao uso de armas nucleares e a inexistência de uma proliferação generalizada reduziram, significativamente, a probabilidade de ocorrência dessa ameaça.

Na Guerra da Coreia (1950-1953), foi realizada uma OpAnf em Inchon, fundamental para o resultado final do conflito. As condições de desembarque eram extremamente desfavoráveis, inexistindo praias de desembarque no sentido tradicional. Muralhas de pedras encontravam as águas em todo comprimento da costa, obrigando o uso de escadas para o desembarque (ver Fig nº 3). Apesar das dificuldades, o assalto anfíbio em Inchon foi um sucesso. Ao desembarcar em um local inesperado, a OpAnf inverteu o resultado da guerra em favor dos EUA. Os norte-coreanos entraram em colapso, retraindo desorganizadamente. As OpAnf ganharam um novo fôlego após Inchon ao provarem sua grande importância estratégica, diminuindo a pressão das discussões sobre sua eficácia na era nuclear.

No início da Guerra Fria, operações em águas profundas e guerra antissubmarina dominaram os investimentos e pensamentos da Marinha dos EUA, que focou sua atenção nas formas de lidar com a URSS. A capacidade anfíbia demonstrou-se inútil no contexto de um ambiente altamente político e, além disso, passou a ter de se opor à crescente vulnerabilidade dos navios ao se aproximarem da costa, principalmente, após o aparecimento dos mísseis. Desta forma, os questionamentos a respeito do futuro das OpAnf ganharam, novamente, força durante a Guerra do Vietnã, onde, basicamente, apenas incursões anfíbias de pequeno vulto foram realizadas. Nenhuma dessas operações resultou em elevadas baixas no inimigo, o que, na época, era um indicador de eficiência na guerra. Com resultados pouco significativos, a doutrina anfíbia obteve uma baixa prioridade entre os pensadores militares, ofuscando sua importância constatada na 2ªGM e na Guerra da Coreia. Em 1976, Martin Binkin e Jeffrey Record, renomados militares analistas do Brookings Institute, publicaram um trabalho criticando o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA por priorizar a missão anfíbia, considerada, por eles, um peculiar tipo de combate. Nesse estudo, eles afirmaram que “A época de ouro das OpAnf” pertencia ao passado.

Nos anos finais da Guerra Fria, as circunstâncias históricas mudaram em prol das OpAnf. Segundo Julian Corbett (1988), o homem utiliza o mar, mas não vive nele, estando sempre apegado a terra onde se localizam seus bens materiais e espirituais. As grandes questões bélicas entre os Estados são decididas, exceto em casos excepcionais, pelo que os Exércitos são capazes de fazer contra o território inimigo ou pelo que as Marinhas permitem aos Exércitos realizarem. Corbett (1988) acreditava que as Forças Armadas deveriam atuar de forma conjunta, a fim de realizar operações ao longo dos litorais, visualizando a guerra de uma forma, essencialmente, anfíbia. Observando esses

princípios, as potências da época visualizaram a importância das águas rasas e da captura antecipada dos estreitos estratégicos do mundo para facilitar a passagem das esquadras ou para proteger um flanco de uma guerra terrestre. Entretanto, significantes problemas continuavam: capacidade de transporte de tropa, construção de novos navios e meios anfíbios, vulnerabilidades de uma Força Naval aos ataques de mísseis nucleares e antinavios, além do lançamento de minas.

Para superar esses obstáculos, chegou-se a conclusão de que as OpAnf deveriam ser lançadas além do horizonte, diminuindo a concentração de navios próximos à costa (ver Fig nº 4). O desenvolvimento dessa concepção foi uma profunda revolução no modo tradicional de condução desse tipo de operação, pois evitava o indesejável efeito adverso oriundo do afundamento de um navio anfíbio repleto de Marinheiros e Fuzileiros Navais. O único meio existente na época que viabilizava essa concepção era o helicóptero. Entretanto, seu emprego exclusivo era inexecutável, principalmente, pela inexistência de espaços a bordo dos navios. Tal limitação provocou o desenvolvimento de novos meios de desembarque capazes de serem lançados além do horizonte, tais como: a *Embarcação de Desembarque de Colchão de Ar* (LCAC¹), o *Carro Lagarta Anfíbio Expedicionário* (AAAV ou EFV²) e o versátil V-22 *Osprey* (ver Fig nº 5).

Enquanto esses meios estavam sendo desenvolvidos, em 1981, o periódico britânico *The Times* publicou um artigo afirmando que as OpAnf eram um conceito ultrapassado que não requeria nenhuma expertise particular. Um

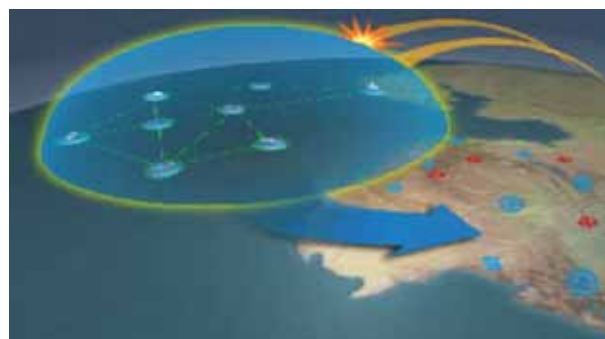


Figura 4 – Desembarque além do horizonte.
Fonte: United States of America, 2002.



Figura 5 – Novos meios de desembarque.
Fonte: United States of America, 2002.

¹ Landing Craft Air Cushion.

² Advanced Amphibious Assault Vehicle ou Expeditionary Fighting Vehicle.



Figura 6 – Evolução da Doutrina Anfíbia.
Fonte: United States of America, 2002.

ano depois, um conflito envolvendo a própria Grã-Bretanha permitiu uma visão moderna sobre a guerra anfíbia em plena era dos mísseis, sob condições reais de laboratório: a Guerra das Malvinas. Esse conflito reafirmou a viabilidade das OpAnf, revalidando velhas lições aprendidas e apresentando novas concepções de emprego para serem analisadas. Diversos conceitos doutrinários não foram seguidos pelos britânicos, tais como: a OpAnf foi realizada sem a prévia obtenção da superioridade aérea local, resultando no afundamento de vários navios; meios de defesa antiaérea foram desembarcados antes das unidades de assalto, para prover segurança contra a aviação argentina; a doutrina superioridade numérica exigida para um assalto anfíbio não foi respeitada, desembarcando um efetivo bem inferior ao necessário; e a descarga geral do movimento navio para terra (MNT) não foi conduzida ininterruptamente, sendo realizada somente durante o período noturno para evitar os ataques aéreos. Assim, apesar dos questionamentos contrários às OpAnf terem ganhado força durante a Guerra Fria; no mesmo período, surgiram novas concepções de emprego e meios de desembarque que garantiram a sua exequibilidade, permitindo que os avanços tecnológicos das defesas de costa fossem superados.

Na década de 1990, durante a Operação Tempestade no Deserto, de uma forma peculiar, as OpAnf demonstraram mais uma vez sua importância. Uma ForTarAnf posicionada na costa do Kuwait constituiu estrategicamente um *Trunfo Anfíbio* para as Forças da Coalizão. A simples ameaça da realização de uma OpAnf fez com que Saddam Hussein empregasse ¼ das forças terrestres iraquianas na defesa da costa, enfraquecendo seu flanco oeste. Confirmando os ensinamentos obtidos durante a 2ªGM e a Guerra da Coreia, essa capacidade de influenciar decisivamente as ações militares em terra reforçou a validade das ideias de Corbett e Hart sobre a importância da dimensão anfíbia da guerra. Em 1992, apresentando uma perspectiva própria sobre a Guerra do Golfo em uma conferência para o *US Naval Institute*, o General Colin Powell afirmou que a Operação Tempestade no Deserto encerrou os debates sobre a estratégia marítima *versus* a guerra continental, pois os *Serviços do Mar* demonstraram claramente sua integração com ambas, e as Forças Navais, capazes de projetar

poder sobre terra, provaram definitivamente seu valor.

Com o fim da Guerra Fria, não tinha sentido continuar expressando o Poder Naval de acordo com os princípios de Mahan de que as Marinhas existiam para combater outras Marinhas. Desta forma, as ideias de Corbett (1988), sobre as influências do Poder Naval nos eventos em terra, ganharam força. Uma especial atenção foi dedicada à capacidade de projeção de poder sobre terra, resultando no lançamento de novas concepções estratégicas e operacionais baseadas no conceito de Guerra de Manobra, tais como: a “Manobra Operacional a partir do Mar”³ e a “Manobra Navio para o Objetivo”⁴. Diferentemente de um simples MNT lançado além do horizonte, essas concepções idealizam uma projeção de poder que utiliza o mar como espaço de manobra, aplicando força contra as fraquezas do oponente. Abandonando a ideia de que as OpAnf deveriam assegurar uma cabeça de praia a partir da qual partiriam operações terrestres subsequentes, a manobra é dirigida diretamente até os objetivos operacionais, combatendo inteligentemente e procurando desarticular o oponente com fogos de precisão, elevado ritmo, surpresa e simultaneidade das ações, tornando a tarefa do defensor bem mais difícil (ver Fig nº 6).

Por último, na Guerra do Iraque (2003), foi realizada uma OpAnf de pequeno vulto pelos Fuzileiros Navais britânicos para conquistar o porto de Umm Qasr a fim de permitir, em território iraquiano, a abertura de um fluxo logístico pelo mar. Da mesma forma que Inchon demonstrou a viabilidade das OpAnf frente à ameaça nuclear, a Guerra das Malvinas e as duas guerras no Iraque foram excelentes oportunidades para testar sua exequibilidade frente à ameaça representada pelos mísseis. Cabe ressaltar que a *performance* desses sistemas está subordinada ao erro humano e nem sempre atingem em ação os resultados que seus propagandistas proclamam. Na atualidade, os mísseis de superfície e antiaéreos representam uma grande ameaça às OpAnf, entretanto não existem registros históricos de que os mesmos as inviabilizem, apesar dos grandes danos que podem provocar.

³ Operational Maneuver From The Sea (OMFTS).

⁴ Ship To Object Maneuver (STOM).

Segundo Corbett (1988), a doutrina não é um dogma. Os princípios e os procedimentos doutrinários existem para serem adaptados e adequarem-se às circunstâncias particulares. Foi exatamente isso que aconteceu com as OpAnf. Como as circunstâncias históricas são sempre mutáveis, as OpAnf evoluíram ao longo do tempo, adaptando-se à realidade das ameaças que foram surgindo. Portanto, novas técnicas, táticas, concepções de emprego e meios de desembarque foram e continuam sendo desenvolvidos, demonstrando que as OpAnf fazem, hoje, parte das concepções estratégicas de várias Marinhas do mundo, desempenhando um relevante papel nesse início de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1988.

DELFINO, Reinaldo Duarte. *Greenwich. How far technological developments since 1945 affected the viability and utility of amphibious operations*. Greenwich: Royal Naval College, 1989. 16 p.

GLOBAL SECURITY. *Amphibious Operations History*. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

HART, B. H. Liddel. *The value of amphibious flexibility and forces*. Selected Readings United States Marine Corps, Newport, 17 ago. p. 483-492, 1983.

MONTEIRO, Alvaro A. D. *As possibilidades e limitações da FFE relacionadas com as operações anfíbias*. Escola de Guerra Naval, 2003. Palestra.

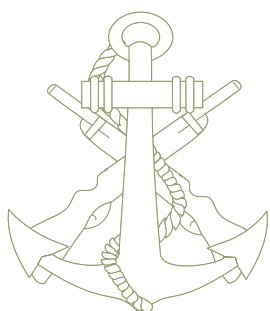
PERTUSIO, Roberto Luis. *Estrategia Operacional*. 2. ed Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 2000.

POLMAR, Norman; MERSKY, Peter B. *Amphibious Warfare: An illustrated History*. Londres: Blandford, 1988. 192 p.

TILL, Geoffrey. *Sea Power: A Guide for the Twenty-First Century*. Londres: Frank Cass, 2004.

UNITED STATES OF AMERICA. Marine Corps Association. *Expeditionary Maneuver Warfare*. Washington, DC, 2002. 1 CD-ROM.

WOODWARD, Sandy; ROBINSON, Patrick. *One hundred days: the memoirs of the Falklands Battle Group Commander*. Annapolis: Naval Institute Press, 1997.



CF (FN) Osmar da Cunha Penha
osmcpupe@hotmail.com

Operações Anfíbias – para nós, Fuzileiros Navais, uma questão de identidade

“[...] inútil que tropas de embarque sejam exercitadas a grandes manobras e evoluções próprias dos regimentos de meu Exército de Terra e devendo ser próprias, particularmente, para defenderem as embarcações de guerra e para fazerem algum desembarque e tentar algum ataque: é sobre objetos análogos a este fim proposto que devem principalmente exercitar-se. [...]”

*Trecho do Alvará de Criação da
Brigada Real da Marinha, D. Maria I,
Rainha de Portugal, 1797*

Ao ser convidado para escrever o presente artigo, vivi um momentâneo dilema: escrevê-lo de forma estritamente científica ou permitir deixar falar o coração. Creio ter optado por um meio termo, mas acho que a segunda opção pesou mais. Talvez o que tenha escrito não seja novidade, mas acredito ser uma excelente oportunidade de reafirmar algumas convicções, no sentido de fortalecer a crença em nossa razão de ser, em especial por parte das novas gerações.

Como sabemos, as operações anfíbias estão incluídas dentre as formas de projetar poder sobre terra, uma das tarefas básicas do nosso Poder Naval. O termo “operação anfíbia” já sofreu algumas alterações em seu significado,

mas, em essência, consiste na projeção sobre terra¹ de uma força de desembarque para o cumprimento de determinada missão. A amplitude de tal conceito permitiu moldar as operações anfíbias às necessidades do passado, quando as quatro modalidades existentes (Assalto Anfíbio, Incursão Anfíbia, Demonstração Anfíbia e Retirada Anfíbia) atendiam às situações de Guerra Naval vislumbradas. Na atualidade, permite moldá-las às ameaças e desafios do século XXI, garantindo flexibilidade com a incorporação, além das modalidades básicas existentes até então, do conceito de Projeção Anfíbia² voltado às operações em teatros de não guerra. Dessa forma, o conceito se amplia e transcende as operações em situações de guerra ou conflito armado, não importando o grau de hostilidade do ambiente e nem o tipo de missão a ser cumprida.

Durante o Simpósio de Operações Anfíbias, organizado pelo Ministério da Defesa e realizado nas instalações da Esquadra em 2008, pude presenciar a resposta dada pelo então Comandante-Geral do CFN, AlteEsq (FN) Álvaro Augusto

¹ Poderíamos questionar que em uma demonstração anfíbia não há desembarque de forças em terra. Entretanto, para o inimigo, a ameaça da presença do conjugado anfíbio indica que haverá, e essa imagem projetada, por si só, basta para alcançar o efeito desejado.

² Conceito apresentado na edição especial de “O Anfíbio” (2010), intitulada “A Próxima Singradura”, que abrange desde desembarques para prover ajuda humanitária, evacuar não combatentes, proteger populações e até para combater as chamadas “novas ameaças”.

Dias Monteiro, a seguinte pergunta: “Por que o Exército Brasileiro (EB) não pode realizar operações anfíbias?”. De forma extremamente educada e objetiva, o Alte Monteiro respondeu: “poder pode, mas não deve!”. Elencou, então, uma série de razões para tal, dentre as quais destaco: a utilização de material específico pelo CFN, característico de uma força leve e que favoreça a transferência a partir dos meios navais para terra, independente da existência de qualquer infraestrutura local; a prática de doutrina própria desenvolvida ao longo de anos de experiência; a condução de adestramento dedicado; e, acima de tudo, o entrosamento com as coisas do mar e a vida de bordo, pois somos, acima de tudo, homens do mar. Não se forjam marinheiros e fuzileiros do dia para a noite. A Força de Fuzileiros da Esquadra existe para realizar tais operações. Seu lema – a força que vem do mar – reflete o próprio ato de criação da então Brigada Real da Marinha, em 1797. Ter seu nome claramente relacionado à Esquadra significa a sua associação direta e o entrosamento necessário com os meios navais e aeronavais, sem os quais não haveria como ser projetada em terra para a condução de operações terrestres de caráter naval. Seu nome representa a própria essência do conjugado anfíbio.

Nesse ínterim, é importante perceber que o emprego conjunto das nossas Forças Armadas não significa todos fazerem tudo, mas sim sabermos empregar, adequadamente, as capacidades operacionais complementares existentes no conjunto das Forças. Dessa forma, por um rápido devaneio, poderíamos até pensar que o CFN seria capaz de realizar operações aeroterrestres, a um custo muitíssimo elevado em tempo, material, adestramento e recursos humanos. Entretanto, igualmente, não deve tentar fazê-lo, pois não haveria justificativa para tal emprego, dada a existência da Brigada de Infantaria Pára-Quedista do EB.

O USMC³, periodicamente, por meio de estratégias para o futuro emanadas por seu Comandante-Geral, em consonância com as estratégias navais, busca reafirmar-se como a *Force in Readiness* (Força Pronta) por excelência, apresentando-se como a ponta da lança em qualquer situação que requeira o emprego de forças militares pelos EUA. Disso decorre a manutenção, ao redor do globo, de três MEU(SOC) (*Marine Expeditionary Unit – Special Operations Capable*)⁴, escalão avançado, se necessário, para o desdobramento de uma MEB (*Marine*

Expeditionary Brigade)⁵. Apesar disso, a última década, com os adventos das Guerras do Iraque e do Afeganistão, tem envolvido milhares de *Marines*⁶ na condução de operações de caráter estritamente terrestre, sem terem sequer pisado em um navio, ao ponto de ser iniciada uma campanha, no âmbito do USMC, com vistas ao resgate de suas raízes e a preservação da intimidade com as coisas do mar. Não há dúvidas de que as experiências colhidas em tais guerras são de extrema importância, entretanto, o USMC não pode se permitir perder a perícia naquilo que o caracteriza, ou seja, a projeção do poder sobre terra partindo do mar. Perder tal perícia significa ser desleal com várias gerações de *Marines* que, no passado, deram suas vidas em diversos teatros de guerra para desenvolver e aperfeiçoar técnicas e táticas, permitindo realizar tal projeção da forma mais segura possível. Esse é um legado que lhes pertence e cabe a eles perpetuá-lo.

Se projetarmos tal cenário para nossa realidade, guardadas as devidas proporções, observamos que, a pouco menos de uma década, o CFN encontra-se envolvido nas ações da MINUSTAH no Haiti. Não há, também, a menor dúvida quanto à importância para o CFN, em diversos aspectos, das experiências e frutos colhidos dessa operação de paz. Entretanto, não podemos perder a competência naquilo que nos caracteriza, ou seja, a projeção de poder sobre terra partindo do mar. Nessa quase uma década, vários cenários se descortinaram no horizonte, nos quais poderíamos ter sido chamados a atuar, dentre eles: Líbano, 2006; Honduras, 2009; Haiti, 2010; Egito, 2011 e Líbia, 2011. Deveríamos então nos perguntar: se tal chamado tivesse ocorrido, a despeito dos meios navais disponíveis, estaríamos prontos, no que nos cabe, para projetar poder sobre terra e cumprir a missão determinada? Poderemos, caso venhamos a ser chamados, não estar prontos a cumprir aquele que é nosso papel específico? Vale aqui a reflexão, entretanto esse espaço é nosso e por nós deve ser sempre ocupado. Ao se pensar em projeção de poder sobre terra, a nação tem que ver projetada a imagem da MB, representada pelo seu Corpo de Fuzileiros Navais. Entretanto, para que possamos ocupar tal espaço, precisamos contar com a mobilidade estratégica proporcionada pelos navios anfíbios, dada a extensão dos oceanos, em particular da nossa Amazônia Azul. Não contar com tais meios significa viver no mundo da ficção e do improviso, fazendo-nos ficar cada vez mais distantes das coisas

³ United States Marine Corps (Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA).

⁴ Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais organizado por tarefas com um Componente de Combate Terrestre (CCT) valor batalhão de infantaria reforçado, um Componente de Combate Aéreo (CteCA) valor esquadrão reforçado e um Componente de Apoio de Serviço ao Combate (CASC) cuja composição é variável. As MEU(SOC) representam uma capacidade de reação imediata para situações de crise, tendo limitada capacidade de combate e de permanência em combate. Poderá incorporar, caso necessário, elementos de outras Forças e, até mesmo, de outros países. (MCRP-12C)

⁵ Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais organizado por tarefas com um CCT valor regimento de infantaria reforçado, um CteCA de composição variável e um CASC valor regimento logístico. Pode operar como parte de uma força tarefa conjunta, como o escalão avançado de uma MEF (*Marine Expeditionary Force*), ou mesmo sozinha. Seu efetivo é variável, sendo maior que uma MEU(SOC) e menor que uma MEF. Possui a capacidade de cumprir tarefas dentro do amplo espectro das operações militares. Poderá incorporar, caso necessário, elementos de outras Forças e, até mesmo, de outros países. (MCRP-12C)

⁶ Fuzileiros Navais.



do mar, transformando esse mar em obstáculo e não em espaço para manobra, como desejável.

As típicas flexibilidade, versatilidade e permanência do conjugado anfíbio permitem, com tranquilidade, a atuação de FN no âmbito das operações de caráter humanitário. Como exemplo podemos citar, por ocasião do terremoto que abalou o Haiti em 2010, a atuação de nosso GptOpFuzNav e o envio, quase imediato, para aquele país, da *22nd MEU(SOC)*⁷ dos EUA, a qual havia regressado recentemente de seu *deployment*⁸ no Mediterrâneo. Outro exemplo digno de nota foi a pronta resposta dada pela *III MEF* do *USMC*, sediada no Japão, às vítimas do terremoto e do *tsunami* que arrasaram o país em março do corrente ano.

Particularmente, no contexto de uma operação de paz, acredito que o papel de uma força, com as características de nosso CFN, seja atuar como a ponta da lança para a entrada forçada em determinado território para o qual haja um mandato de imposição da paz, a semelhança do ocorrido no Haiti, em épocas anteriores, e no Timor Leste,

⁷ Na costa leste dos EUA (área da II MEF), na época do terremoto, havia duas MEU (SOC). A 24th não se mostrou a melhor opção, pois estava a caminho do Mediterrâneo para render a 26th e seu emprego causaria problemas no sistema de rodízio. A 22nd havia regressado a pouco tempo deste mesmo *deployment*, e não havia, ainda, sido completamente desativada, estando sua estrutura de comando, material empregado e navios praticamente intactos. Dessa forma, o comando da II MEF pôde reativá-la em 72 horas para envio ao HAITI.

⁸ Período no qual a força encontra-se fora de seu país de origem, estando em condições de pronto emprego ou efetivamente empregada.

em 1999, quando forças Australianas, com o apoio de navios portugueses, americanos e ingleses, lá desembarcaram, por meios aéreos e de superfície, para impor a paz. Acredito ser nesse sentido que a MB, no futuro, por meio de seu conjugado anfíbio, de pronto emprego, deva buscar engajamentos no âmbito das típicas operações de paz conduzidas pela ONU. O engajamento prolongado de forças de fuzileiros navais em operações tipicamente terrestres tem de ser cuidadoso e criterioso, para que não se perca, no longo prazo, a competência na condução das operações tipicamente navais, em especial as operações anfíbias, dados os impactos decorrentes para o adestramento e para o *modus operandi* da força. Para nós, Fuzileiros Navais, perder tal competência significa perder a própria identidade.

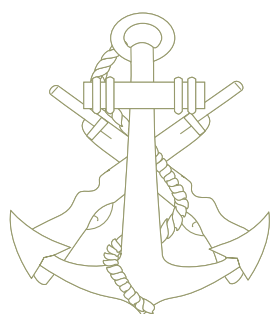
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. O Anfíbio: a próxima Singradura, Rio de Janeiro, 2010. Edição Especial.

INTERNATIONAL FORCE FOR EAST TIMOR. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/International_Force_for_East_Timor>. Acesso em: 21 mar. 2011.

UNITED STATES. Marine Corps. Department of Navy. A Cooperative Strategy for 21st Century SeaPower, 2007.

UNITED STATES. Marine Corps. Marines Corps Vision and Strategy 2025, 2008.



CMG (FN) Rogério Ramos Lage
lage@cgcfm.mar.mil.br

Projeção Anfíbia

Introdução

O conturbado ambiente internacional, patente no século XXI, tem acentuado a ocorrência de conflitos, particularmente de baixa intensidade, normalmente decorrentes de disputas internas, terrorismo e criminalidade. Além disso, analisando, ainda, a conjuntura mundial, tem aumentado o número de desastres naturais, como terremotos e furacões, deixando milhares de desabrigados e deslocados em diversos países.

Nesse contexto, destacam-se três situações que, nos parágrafos subsequentes, serão analisadas sob o ponto de vista da possibilidade de solução das mesmas com o emprego das forças armadas, particularmente de tropas anfíbias, e da situação brasileira em cada caso.



Figura 1 - Palácio Nacional – Haiti – destruído após o terremoto de janeiro de 2010. Fonte: Venelogia, 2010.

Ameaça à integridade física de cidadãos estrangeiros

A instabilidade política de alguns países, com a consequente ocorrência de conflitos internos, tem, por muitas vezes, colocado em risco a integridade física de estrangeiros que lá residem. Sendo assim, para salvaguardar a vida e o bem-estar desses cidadãos, muitas vezes, há a necessidade de sua retirada, por meio da realização de uma operação de evacuação de não combatentes (OpENC). Para



Figura 2 - Evacuação de Não Combatentes – Forças francesas – Operação “Baliste” - Líbano – 2006.
Fonte: Revista *Doctrine*, 2009.

tal, estes deverão ser localizados, reunidos, embarcados em meios de transporte e trasladados para o país de origem, atividades que deverão ser realizadas com ênfase na segurança do pessoal evacuado.

A crescente participação do Brasil no cenário internacional, consequência natural de seu desenvolvimento econômico, tem acarretado o aumento do número de cidadãos brasileiros no exterior, demandando uma maior preocupação com seus nacionais.

Desastres naturais

Ainda sob o enfoque dos grandes desafios do século XXI, a ocorrência de desastres naturais, como foi o caso



Figura 3 - Terremoto no Haiti
Fonte: Página 13, 2009.

do terremoto e consequente acidente radiológico no Japão, vem provocando o aumento do emprego das forças armadas em tais situações, a fim de realizar operações humanitárias (OpHum). Estas operações são realizadas, normalmente, para “aliviar ou reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social”¹.

A participação do Brasil nesse tipo de operação tem aumentado, exemplificada pelas ações das forças armadas brasileiras em apoio às vítimas dos terremotos do Haiti e do Chile.

Conflitos regionais ou internos

O aumento dos conflitos no mundo, particularmente os regionais e os internos, geram uma demanda crescente por novas operações de paz (OpPaz), seja com o “emprego de meios pacíficos para a solução de controvérsias, através da negociação, mediação, conciliação e/ou arbitragem”, seja com o “uso da força na aplicação de medidas para a resolução de conflitos que se tornaram, de fato, uma ameaça à paz e segurança internacional”, conforme preveem os capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas.

Essas operações podem se caracterizar como “Operações de Paz de Caráter Naval, onde preponderam operações e ações no mar, utilizando-se de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, ou como Operações de Paz de Caráter Terrestre, onde preponderam as operações e ações com pouco ou nenhum vínculo direto com o mar”².

O Brasil, a fim de aumentar sua inserção no cenário internacional, tem participado de missões de paz sob a égide da ONU com observadores, tropa e oficiais de Estado-Maior (UNAVEM, MINUSTAH e UNIFIL, como exemplos mais recentes).



Figura 4 – Fuzileiros Navais do Brasil no Haiti.
Fonte: Aposentado invocado, 2008.

¹ Doutrina Básica da Marinha.

² Proposta de alteração da DBM, fruto do Seminário de Doutrina Naval, realizado em 2010.

Uma nova classificação: Projeção Anfíbia

Para a realização das operações mencionadas anteriormente – OpENC, OpHum e OpPaz – e de muitas outras na prevenção de conflitos e na mitigação de crises, que necessitam de projeção de poder sobre terra, a utilização do conjugado anfíbio (Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado em uma Força Naval) apresenta-se como uma excelente solução. Suas características (mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade) e sua capacidade expedicionária – que permite o “emprego tempestivo de força autossustentável, para cumprir missão por tempo limitado, sob condições austeras e em área operacional distante de sua base”³ – tornam esse conjugado anfíbio naturalmente apto para a realização das referidas ações.



Figura 5 – Amphibious Ready Group “Kearsarge” – USNavy e USMC.
Fonte: United States Navy, 2010.

Estas operações foram recentemente inseridas no contexto das operações anfíbias, surgindo, assim, um novo tipo, classificado pelo USMC como *engagement*, o qual, por

³ Proposta de alteração da DBM, fruto do Seminário de Doutrina Naval, realizado em 2010.

impossibilidade de uma tradução adequada, foi denominado, pela MB, como Projeção Anfíbia (contido na proposta de alteração da Doutrina Básica da Marinha, fruto do Seminário de Doutrina Naval, realizado em 2010). Esta utiliza as capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio, mencionadas anteriormente, para desembarcar meios em área de interesse a fim de cumprir tarefas no contexto das operações de guerra naval e de operações militares de não guerra.

United States Marine Corps (USMC)

A análise do exemplo norte-americano, embora a envergadura de suas forças e sua capacidade de investimento sejam incomparáveis, é de grande interesse para a MB, em função da similaridade dos meios (muitos de procedência norte-americana), da afinidade com a maior potência militar do mundo e da grande capacidade anfíbia daquele país, que influencia as tropas anfíbias de todo o mundo. O *United States Marine Corps* (USMC) e a *United States Navy* (USNavy) têm buscado a recuperação da capacidade anfíbia, a fim de estarem em melhores condições de enfrentar os grandes desafios do século XXI.

A crescente demanda das forças anfíbias pelos Comandos Combinados dos EUA, sendo atendida pelos conjugados anfíbios da USNavy e do USMC, denominados *Amphibious Ready Group/Marine Expeditionary Unit* (ARG/MEU), refletem a importância dos mesmos como instrumento de resposta e intervenção em um largo espectro de operações militares, conforme descrito anteriormente. Em sua concepção estratégica, esses conjugados anfíbios são distribuídos pelo globo e permanecem em condições de realizarem operações anfíbias de pequena envergadura, além de terem a capacidade de se reorganizarem para serem empregados em operações de maior envergadura.



Figura 6 - Comandos Conjuntos com responsabilidades regionais dos EUA.
Fonte: Wikipédia, 2011.

Conclusão

As operações anfíbias, por terem expandido seu conceito, com a inclusão das operações citadas anteriormente (OpENC, OpPaz, OpHum, dentre outras), foram redefinidas como uma “operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre litoral hostil, potencialmente hostil ou permissivo, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas”⁴.

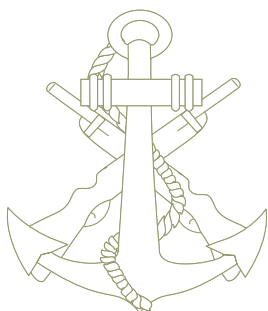
Desta forma, passaram a ser classificadas em cinco tipos – assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia, retirada anfíbia e projeção anfíbia – e caracterizadas pela projeção de uma tropa anfíbia, independente do grau de hostilidade e do tipo de missão a ser cumprida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA - 305: Doutrina básica da Marinha. Brasília, DF, 2004.

GAVIÃO, Luiz Octávio. As operações anfíbias no século XXI. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.130, n. 01/03, p. 155-179, jan./mar., 2010.

⁴ Proposta de alteração da DBM, fruto do Seminário de Doutrina Naval, realizado em 2010.



CF (FN) Luis Manuel Campos Mello
camposmello@ciasc.mar.mil.br

Possíveis cenários para o emprego de Forças Anfíbias no século XXI

Introdução

Neste século, os litorais adquirem importância cada vez maior para a humanidade. Abrigando três quartos da população mundial, riquezas e áreas focais nas rotas do comércio internacional, as áreas litorâneas serão objeto de disputa e palco de conflitos. Forças militares terão que utilizar-se do mar, por diversas vezes, como via de acesso a estas regiões. Essas forças terão que ser especializadas, possuindo navios, tropas e equipamentos preparados para realizar operações a partir do mar (SOUZA, 2003). Entretanto, o poder de combate a ser conduzido para a operação, será sempre limitado, em função do espaço disponível nos meios navais. Isto implica em selecionar judiciosamente pessoal e equipamentos, em função dos prováveis cenários de atuação.

É de extrema importância, portanto, para orientar o preparo das forças anfíbias, a visualização de cenários de provável emprego. Nestes cenários, os planejadores deverão raciocinar com as situações político-militar de emprego da força, bem como as forças em oposição, para que possam selecionar criteriosamente o poder de combate a ser embarcado. Este artigo aborda três cenários prováveis para a realização de operações anfíbias neste século, divi-



Figura 7 - Abicagem do NDCC Mattoso Maia em Itaoca-ES.
Fonte: Poder Naval, 2010.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. Ofício n. 517: seminário e workshop de desenvolvimento da Doutrina Naval. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. São Francisco, Califórnia, 1945.

dindo-os segundo a situação político-militar de emprego da força e tecendo, para cada um deles, considerações sobre os meios necessários ao cumprimento da missão.

Três possíveis cenários no litoral

O primeiro cenário para a realização de operações anfíbias que este artigo aborda é o de projeção de poder militar no litoral de um Estado soberano, porém, com aquiescência do governo local. Grande parte das regiões litorâneas citadas anteriormente está localizada em países não desenvolvidos, onde autoridades de governos com pouca legitimidade perdem, gradativamente, o monopólio do uso da força para grupos armados e outros atores não estatais. A estabilidade nestes países é constantemente ameaçada, seja por ideologias radicais que cooptam as jovens e desassistidas populações, seja por grupos criminosos, que desafiam as leis e promovem atos de pirataria, tráfico de drogas, armas e seres humanos (MELLO, 2008). Neste cenário, poderá haver projeção de poder militar com a concordância ou mesmo a pedido dos governantes do Estado onde se realiza a operação. Normalmente, nesta situação, haverá

presença de forças em oposição, constituídas por rebeldes, grupos criminosos ou mesmo forças clandestinas infiltradas por terceiros Estados. Neste cenário, normalmente, são conduzidas as chamadas operações de estabilização, porém também podem ser realizadas operações de evacuação de não combatentes.

A comunidade internacional poderá, a convite do governo constituído, realizar operações de estabilização, com o propósito de evitar o agravamento de conflitos, ou ainda interpor forças militares entre partes em conflito. Estas operações de estabilização podem ser realizadas sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (sendo, neste caso, normalmente conhecidas como Operações de Paz), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou de outras alianças multinacionais. Operações anfíbias podem desembarcar forças militares de estabilização, principalmente quando a infraestrutura portuária da região for precária, ou ainda, quando a região litorânea estiver sob controle de forças ou grupos armados, contrários à presença das forças de estabilização (MELLO, 2008). Forças adversas representadas por grupos armados, sejam eles insurgentes, terroristas, patrocinados por outros Estados, ou mesmo criminosos, constituirão uma ameaça a ser neutralizada pela força militar.

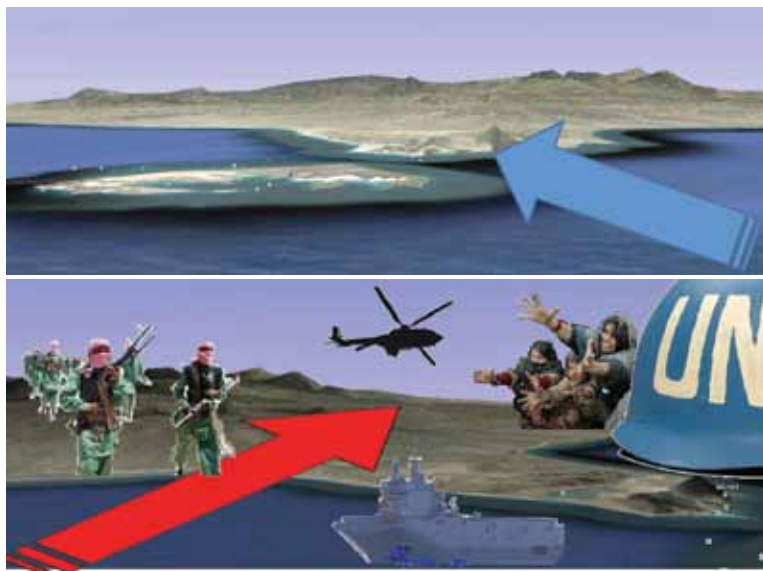
Quando a vida de cidadãos estrangeiros que residem nestas regiões é ameaçada pelos conflitos, os Estados de origem destes cidadãos poderão, ainda, realizar operações para evacuar seus nacionais, empregando, inclusive, meios anfíbios. Essas operações são realizadas, normalmente, antecedendo as próprias operações de estabilização. São exemplos recentes deste tipo de operação, as evacuações realizadas por navios de diversos países no Líbano em 2006 (GUIMARÃES, 2007) e, em março deste ano, na Líbia, onde Canadá, China, Coreia do Sul, Índia e Reino Unido empregaram seu Poder Naval para a proteção de seus nacionais (REUTERS, 2011).

As forças de desembarque deverão possuir meios de combate e proteção compatível com a ameaça representada pelas forças adversas presentes. Desta forma, se as forças em oposição constituem grupos terroristas que realizam emboscadas com explosivos e atiradores de precisão nas vias de deslocamento, as forças militares devem contar com equipes de reconhecimento, meios blindados de transporte e engenharia, para que possam operar com segurança neste ambiente conturbado. Nesta situação, carros de combate, mísseis anticarro e artilharia seriam de pouca utilidade, desperdiçando o escasso espaço existente nos navios.

Um segundo cenário provável para a realização de operações anfíbias é o de apoio humanitário. Neste cenário, também com autorização ou a pedido de governos locais, forças anfíbias poderiam ser empregadas para conduzir, por mar, ajuda humanitária a populações necessitadas de regiões em conflito, ou atingidas por catástrofes naturais. Nestas situações, nas quais é bastante comum que grande quantidade de pessoas fiquem isoladas devido a interrupções no sistema de transportes

terrestres, ou avarias nas estruturas portuárias e aeroportuárias, forças anfíbias podem, a partir do litoral, empregar aeronaves, viaturas anfíbias ou mesmo embarcações de desembarque e, posteriormente, veículos terrestres para transportar suprimentos e apoio médico para populações desassistidas ou refugiados de guerra (MELLO, 2008). Apesar dessas operações possuírem um caráter humanitário, as forças anfíbias deverão possuir armamento leve, individual e coletivo, para empregar contra possíveis grupos criminosos, ou outras forças em oposição, além de armas não letais para uso em controle de distúrbios. Equipamentos de proteção especiais contra radiação e para operar sob condições sanitárias precárias poderão ser necessários. Além de viaturas, poderão ser empregadas embarcações e aeronaves para transporte e escolta de pessoal de apoio e dos suprimentos que constituem a ajuda humanitária. Entretanto, dependendo da natureza e das dimensões da catástrofe, meios especializados de engenharia e defesa QBN poderiam ser imprescindíveis. Nas catástrofe ocasionadas pelo *tsunami* que devastou a Ásia em 2004, e nos terremotos que devastaram Porto Príncipe no Haiti e o Noroeste do Japão, o poder naval de diversos países, tais como Estados Unidos da América, Japão e o próprio Brasil, foi empregado para prestar apoio humanitário.

Por último, como terceiro cenário, abordaremos a projeção de poder militar contra outro Estado. Se realizássemos um balanço do emprego do poder militar nos últimos vinte anos, veríamos que o cenário de conflito armado internacional é de menor probabilidade de ocorrência em relação aos conflitos internos e crises regionais (GUIMARÃES, 2007). Entretanto, se considerarmos que diversos conflitos internos e crises regionais recentes culminaram em intervenções militares internacionais, a existência de países considerados ameaça à paz devido a seus programas de desenvolvimento de armamento nuclear, ou mesmo o crescimento da China como potência econômica e militar, com interesses energéticos conflitantes com os dos EUA, a probabilidade de conflitos armados entre Estados não pode ser menosprezada. Operações de projeção de poder contra o litoral de um Estado adversário, no contexto de um conflito armado, deverão ser sempre objeto de estudo do Poder Naval. Essa probabilidade de emprego aumenta ainda mais quando se considera a pos-



sibilidade de composição de forças multinacionais para cumprir um mandato do conselho de segurança das Nações Unidas, ou para atender a decisão de outros arranjos de força regionais contra um adversário comum (LUBIN, 2011). Neste cenário, é de se esperar a oposição de forças militares regulares e irregulares. Este tipo de operação anfíbia demandará, dependendo do poder de combate em oposição, um sistemático preparo anterior. Neste preparo, seriam realizadas operações navais para a obtenção do controle da área marítima necessária, bem como operações aéreas para obtenção da superioridade aérea local. O poder de combate necessário seria, portanto, de grandes dimensões, demandando grande quantidade de meios navais e aviação para as batalhas pela obtenção do controle do mar e da superioridade aérea local. A força de desembarque deveria ser compatível com a oposição esperada em terra, o que poderia exigir, além dos navios militares, o emprego de navios e embarcações de uso civil em complemento ao transporte das tropas e equipamentos. Meios blindados, artilharia e carros de combate seriam empregados na fase decisiva de projeção de poder sobre terra.

Conclusão

No século XXI, a disputa pelo controle de áreas litorâneas e a necessidade de estabilidade política e social demandarão o emprego de forças anfíbias para que o acesso a essas importantes regiões seja possível.

Três cenários são de maior probabilidade de ocorrência, de acordo com a situação político-militar de emprego da força: projeção de poder militar sobre território de outro Estado, porém, com aquiescência do governo local; apoio humanitário; e projeção de poder militar contra outro Estado.

A análise da situação político-militar de emprego da força e a existência de forças em oposição serão determinantes para a definição do poder de combate a ser embarcado nos, normalmente escassos, meios navais.

É importante, porém, não descartar nenhum dos cenários, ao raciocinar-se com o preparo a longo prazo da força anfíbia, pois as situações prováveis também são fluidas, podendo rapidamente evoluir de uma simples evacuação de não combatentes para o emprego da força militar contra outro Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

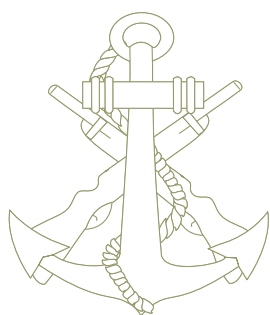
GUIMARÃES, Paulo S. T. Evacuação de Não-Combatentes no Líbano em 2006: Uma Hipótese de Emprego do Poder Naval e seus Reflexos junto à Sociedade. 2007. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

LUBIN, Andrew. Asserting Influence and Power: The Case for Amphibis in the 21st Century. *Marine Corps Gazette*, Quântico, v. 95, n. 3, p. 71-80, 2011. Disponível em: <www.mca-marines.org/gazette/article/asserting-influence-and-power-case-amphibis-21st-century>. Acesso em: 16 mar. 2011.

MELLO, Luis M. C. A Importância da Manutenção da Capacidade Anfíbia da Marinha do Brasil no Século XXI. 2008. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

REUTERS: Agência de notícias Reuters. Factbox – Lybia evacuations by country. Disponível em: <<http://au.news.yahoo.com/queensland/a/-/world/8903550/factbox-libya-evacuations-by-country/>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

SOUZA, Fernando I. Guerra de Litoral: Das águas azuis...para as águas marrons. *Revista O Anfíbio*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 22, p. 03-16, 2003.



CC(FN) Aristone Leal Moura
aristone@ciasc.mar.mil.br

CT(FN) Dagoberto Ferreira da Silva Junior
dagoberto@ciasc.mar.mil.br

CT(FN) Luis Felipe de Almeida Rodrigues
luisfelipe@con.mar.mil.br

CT(FN) Leandro Marinho Moreira
marinho@ciasc.mar.mil.br

CT(FN) Fabrício Barroso Guarino
barroso@ciasc.mar.mil.br

SO FN IF Vlademir Costa Pedreira
vlademir@ciasc.mar.mil.br

Operações Especiais em Operações Anfíbias

Ações de Reconhecimento

“O que se tornou evidente, ao final da Guerra do Golfo, foi que para determinadas missões, em determinados lugares ainda não há substituto para o mais antigo artefato de coleta de informações do mundo: o olho humano”

Frederick Forsyth

Os conflitos atuais mostram a necessidade de ações cada vez mais ágeis, pontuais e com o mínimo de danos colaterais. Para atender esse requisito, o esforço de inteligência e a especialização de tropas para atender a

grande demanda de operações especiais, bem como a integração das forças, tem sido uma medida comum entre os países que se encontram no estágio mais avançado, no aspecto militar.

A Guerra de Manobra vem sendo objeto de estudos do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) a um bom tempo, uma vez que as características dos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFu-zNav) se adaptam perfeitamente aos fundamentos deste estilo de guerra. Um dos princípios que mais caracterizam a Guerra de Manobra é o *Recon Pull*¹. Para atender a esse princípio, ocorrerá um aumento significativo na demanda das ações de reconhecimento, bem como no seu emprego no nível operacional, como será citado neste artigo. Como exemplos recentes, temos as operações Fênix e Xeque na Colômbia, que foram desencadeadas a partir de dados levantados por equipes de reconhecimento da *Jefatura Conjunta de Operaciones Especiales*.

Nas Operações anfíbias, as atividades de inteligência são ainda mais dificultadas pela ausência de contato com o inimigo e distância da Área de Operações, tornando o seu planejamento ainda mais complexo. Essa deficiência de conhecimentos sobre o inimigo e o terreno torna imprescindível que se faça uso de operações preparatórias para obter dados que constituirão subsídios indispensáveis à tomada das decisões fundamentais.

As ações de reconhecimento realizadas durante as operações preparatórias, normalmente, ocorrerão nas operações de apoio e nas operações de força avançada. Nas operações de apoio, o reconhecimento será voltado, prioritariamente, para atender a demanda de inteligência relacionada às decisões fundamentais tomadas durante a fase do planejamento. As equipes de Reconhecimento poderão fazer parte, tanto de uma Força-Tarefa (FT) de uma das forças singulares ou de uma conjunta de operações especiais. Devido à especificidade dos conhecimentos necessários a serem obtidos nas operações de apoio, o reconhecimento deverá, preferencialmente, ser executado por equipes pertencentes às unidades de operações especiais da MB (BtlOpEspFuzNav e GruMec). A subordinação dessas equipes, a uma Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais (FTCjOpEsp), integrará as equipes de reconhecimento a toda uma estrutura de inteligência, logística e C² (Comando e Controle), específica para a condução de operações especiais. Tal necessidade foi evidenciada nas Operações Fênix e Xeque, em que a Central de Inteligência do Exército colombiano detectou e seguiu emissões eletromagnéticas emitidas do interior da selva por prováveis acampamentos das FARC, o que desencadeou o emprego de equipes de reconhecimento, oriundas do Comando Conjunto de Operações Especiais, para rastrear e localizar tais acampamentos. Esses reconhecimentos resultaram na condução de fogo aéreo sobre o campo liderado pelo segundo homem das FARC, na captura de dados (Op. Fênix) e, alguns meses depois, no resgate de 15 reféns, dentre eles a senadora Ingrid Betancourt (Op. Xeque).

Nas operações de Força Avançada, os reconhecimentos ocorrerão em dois estágios. O primeiro, com o propósito



Figura 1 – Infiltração terrestre.
Fonte: Ronaldo Olive, 2007.

de atender à demanda de inteligência da ForDbq, realizar-se-á em ocasião que permita o cumprimento de tarefas de reconhecimento distante² e/ou profundo³, e o estabelecimento e operação dos PVig, no exterior da Cabeça de Praia, para prover o alerta antecipado à ForDbq.

Em um segundo estágio, serão lançadas equipes de reconhecimento visando satisfazer às necessidades de inteligência do Componente de Combate Terrestre (CCT), cumprindo ações de reconhecimento distante. Nos momentos que antecedem o desembarque, as equipes estarão, normalmente, no compartimento subsequente à primeira linha de alturas, simplificando a coordenação do apoio de fogo nos momentos iniciais do desembarque. Ainda, cabe ressaltar que as necessidades de reconhecimento aproximado⁴ serão atendidas pelas próprias Peças de Manobra em primeiro escalão.

A configuração atual dos GptOpFuzNav permite ao CFN se atualizar constantemente, de modo a atender os requisitos da Guerra de Manobra. Dentre as atualizações necessárias, há a ampliação do emprego das atividades

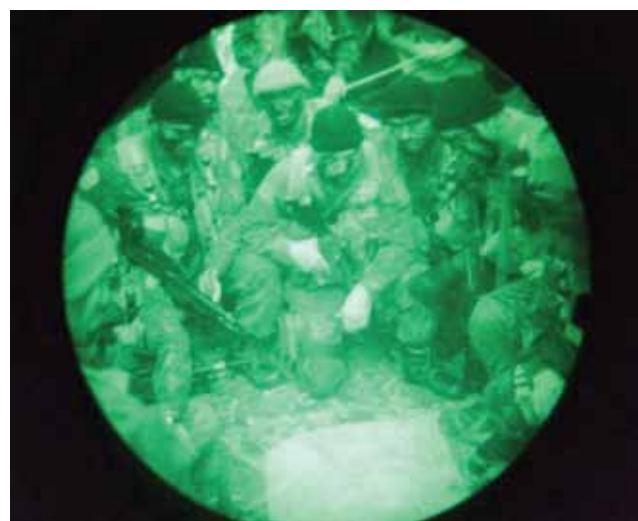


Figura 2 – GruCANf no PRO.
Fonte: O autor, 2008.

¹ *Recon Pull* ou “Reconhecimento-atrai”, ainda sem tradução consagrada em nosso vocabulário militar, consiste no conceito que confere maior liberdade ao executor de um plano, deixando-o com liberdade suficiente para buscar novas e atualizadas informações de combate, além de poder alterar a ideia de manobra inicial para explorar alguma oportunidade, desde que, ao final, atinja o efeito desejado/ estipulado. Seriam, portanto, os elementos de reconhecimento que indicariam o ponto exato para a aplicação da força e não um Comandante posicionado à retaguarda e sem contato imediato com o inimigo.

² Reconhecimento Distante: realizado entre a LSAA e a LCPF na ofensiva; e entre a linha à frente dos PAC e a LCAF, na defensiva.

³ Reconhecimento Profundo ou Afastado: realizado entre a LCPF e o limite da AOA na ofensiva; e entre a LCAF e o limite da AOA, na defensiva.

⁴ Reconhecimento Aproximado: realizado entre a LC e a LSAA na ofensiva; e entre o LAADA e a linha de alturas onde se encontram instalados os PAC, na defensiva.

de Reconhecimento e Vigilância, as quais podem ser executadas não só em apoio a Operações Anfíbias já iniciadas, mas também como elemento de busca de operações de Inteligência de nível até operacional, compondo uma FTCjOpEsp, se necessário.

Ações de Comandos

“Como pode um pequeno grupo de soldados atacar e destruir um inimigo entrincheirado e numericamente muito superior e ainda obter sucesso? Pode parecer impossível, mas é exatamente essa ideia que resume a essência das Forças de Operações Especiais.”

(William H. McRaven - USSOCOM).

As Ações de Comandos em Operações Anfíbias possuem uma enorme gama de possibilidades de emprego, devido, principalmente, à grande flexibilidade das constituições de suas equipes, planejamento e execução das diversas tarefas possíveis em nossos dias atuais. Todavia, normalmente, aproveitam-se da Superioridade Relativa que consiste em atacar o inimigo com grande violência, velocidade, em um momento inesperado e com técnicas não convencionais, obtendo assim uma grande vantagem temporária, fazendo com que seu poder de combate se multiplique em relação ao inimigo. Tudo isso é conseguido em um curto tempo e utilizando a surpresa para surpreender o inimigo.

Entretanto, há também a possibilidade de algumas Ações de Comandos não serem realizadas com o sigilo inerente a este tipo de atividade, sendo, então, esse elemento de Operações Especiais suplementado com mais apoio de fogo, mobilidade e proteção blindada, o que aumenta o tempo de atuação de sua superioridade relativa, realizando, com isso, Ações de Comandos mais aceitáveis, conhecidas como “assaltos à viva-força”.

O emprego de tropas de Operações Especiais, tanto no



Figura 3 – Infiltração por superfície saindo do submarino.
Fonte: O autor, 2011.

Brasil quanto no mundo, passa constantemente por evoluções, que acompanham, principalmente, o cenário político existente. Empregar tropas especiais significa acompanhar a tendência do combate moderno, utilizando pequenos efetivos, que necessitam de um baixo custo de investimento, para o cumprimento de tarefas de elevado grau de importância. Em relação a tais tarefas, o comandante precisa ter a certeza do cumprimento da missão, que, mesmo sendo paga por efeito desejado, será cumprida com o mínimo de danos colaterais. As grandes potências mundiais demonstram, claramente, esta tendência, por meio do emprego de tropas desta natureza nos conflitos mais recentes, como os ocorridos no Iraque e Afeganistão.

Percebemos, nos dias de hoje, a importância do emprego de Operações Especiais como Ação de Comandos nas Operações Anfíbias, principalmente em “assaltos à viva-força”. Tal Ação se torna uma possibilidade de emprego muito eficiente no processo decisório de um futuro cenário de crise; emergindo como uma possível solução para o nosso CFN quando este necessitar de respostas eficientes, rápidas e executadas à altura do que a sociedade espera.

Forças-Tarefa Conjunta de Operações Especiais em Operações de Apoio

Foi notado que as unidades de operações especiais empregadas, exclusivamente, pelas forças singulares deixavam de receber diversas tarefas em suas Áreas de Operações ou fora delas, importantes ao Comandante do Teatro de Operações (ComTO), ou ainda, a outras forças singulares. Por isso, foi criada a FTCjOpEsp, a qual é subordinada ao mais alto nível da operação, com a finalidade de realizar reconhecimentos e ações de comandos em prol do ComTO, otimizando o emprego dos operadores especiais.

Assim, a FTCjOpEsp tem a possibilidade de realizar Operações de Apoio à Força Naval Componente em que a Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) faz parte ou até nucleia. Essas operações podem ser de reconhecimentos distantes e profundos, os quais apoiarão o planejamento e a execução das Operações Anfíbias, como, por exemplo, o reconhecimento de Zonas de Desembarque (ZDbq). Pode, ainda, apoiar os elementos de reconhecimento ou ações de comandos orgânicos da ForTarAnf nas suas infiltrações, inclusive com meios não militares. Soma-se a essas possibilidades a de realizar ações de comandos em objetivos estratégicos e /ou operacionais fora da Cabeça de Praia (CP), contribuindo para uma diversão tática ou mesmo para retardar ações inimigas no interior da CP. A despeito do êxito no emprego conjunto, é fundamental manter equipes de reconhecimento, compondo a Força Avançada, a fim de suprir as necessidades especí-

ficas da ForDbq e interagir desde o planejamento com suas peças de manobra, garantindo o conhecimento dos *modus operandi* e mantendo o caráter expedicionário dos Fuzileiros Navais do Brasil.

Como exemplo atual, temos os Operadores Especiais dos Estados Unidos da América que integram seus adestramentos aos seus procedimentos por pertencerem ao *United State Special Operations Command* (USSOCOM). No Brasil, as Operações Leão, Albacora, Poraquê, Atlântico, entre outras têm servido para comprovar que a FTCjOpEsp, manobrada pelo ComTO, realmente, otimiza o emprego de Operações Especiais, em especial com a realização de missões de Reconhecimento, Guia Aéreo Avançado e Ações de Comandos em objetivos estratégicos e/ou operacionais, consolidando a tendência mundial de combinar os Operadores Especiais e subordiná-los ao nível mais alto de condução de um conflito em um Teatro de Operações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNCORAS E FUZIS. Rio de Janeiro: Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, n. 19, 2003.

BARROSO, Fabrício Guarino. Pelotão de Reconhecimento no BtlIn-fuzNav [S.l, s.n], 2009.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 1-3: Manual de Operações Especiais de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2007.

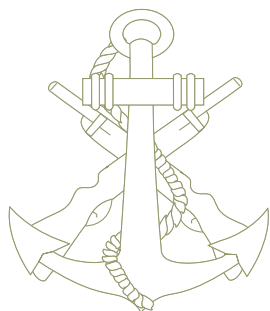
BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 1-4: Manual de Esclarecimento de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN 20: Manual de Inteligência dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008c.

CÚELLAR, Juan Carlos Torres. Operação Xeque: a verdadeira história do resgate de Ingrid Betancourt. São Paulo: Planeta, 2009.

DAGOBERTO, Ferreira da Silva Jr. Operações Especiais em Granada: uma comparação com a doutrina vigente. [S.l, s.n], 2010.

VITAL, Rodrigo de Albuquerque Mello. Ações Diretas: Um novo conceito? [S.l, s.n], 2009.



CF (FN) Roberto Guarnieri Salvador
rsguarnieri@yahoo.com.br

Simplificação do Controle Aerotático no emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

O controle aerotático em qualquer operação militar é uma tarefa complexa. Esta complexidade é decorrente do espaço aéreo, na Área de Interesse, ser utilizado, simultaneamente, por inúmeros meios (tais como: aeronaves, artilharia antiaérea, Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) e meios de apoio de fogo superfície-superfície), e ter que exercer a coordenação e o controle sobre estes meios sem permitir que ocorra interferência mútua. Contribuindo ainda mais para a complexidade desse cenário, temos as coordenações efetuadas entre as agências de apoio aéreo e de apoio de fogo e a coordenação e controle de aeronaves de outras Forças, quando em uma operação conjunta.

Pesquisando sobre o assunto, foi observado que a busca pelo aperfeiçoamento da doutrina de controle aerotático é uma constante nas diversas Forças Armadas do mundo, que, assim, procuram um modo de fazer frente à complexidade da tarefa, tentando torná-la mais simples. Esta busca também se justifica, entre outras coisas, devido às inovações tecnológicas, que abrem novas possibilidades de emprego dos meios, ou ao surgimento de um novo meio, como foi o caso do VANT.

A publicação CGCFN-321 - Manual de Apoio Aéreo e Controle Aerotático dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), que dissemina a doutrina empregada na Marinha do Brasil, servirá de base para

orientar este artigo. Assim, os questionamentos aqui tratados terão como referência o citado manual, da qual serão retirados alguns conceitos, a fim de posicionar o leitor no assunto. Começaremos, então, com a definição de Controle Aerotático.

De uma forma geral, o controle aerotático é o controle exercido sobre as aeronaves que prestam apoio às ações de caráter tático, desenvolvidas pelas tropas que compõem os GptOpFuzNav, nos diversos tipos de operações que realizam. (BRASIL, 2008, p. 1-1).

Para que o controle aerotático ocorra, deve ser estabelecida uma estrutura compatível com a operação a ser realizada. Normalmente nas OpAnf, por possuírem o maior grau de complexidade entre as operações realizadas pelos GptOpFuzNav, será estabelecida uma estrutura completa, com todas as agências de controle aéreo constantes da doutrina, como no exemplo a seguir (Figura 1). Porém, isso não é mandatório, pois tal estrutura deve se adequar ao planejamento da operação. O que é mandatório, de acordo com a doutrina, é que devem ser estabelecidas no mínimo, em qualquer tipo de operação, duas agências, o Centro de Comando Aerotático (CCoMAT) e a Equipe de Controle Aéreo Avançado (EqCAA)/Guia Aéreo Avançado (GAA). Assim, as agências de apoio aéreo são ativadas de acordo com o escalão apoiado, a disponibilidade de meios

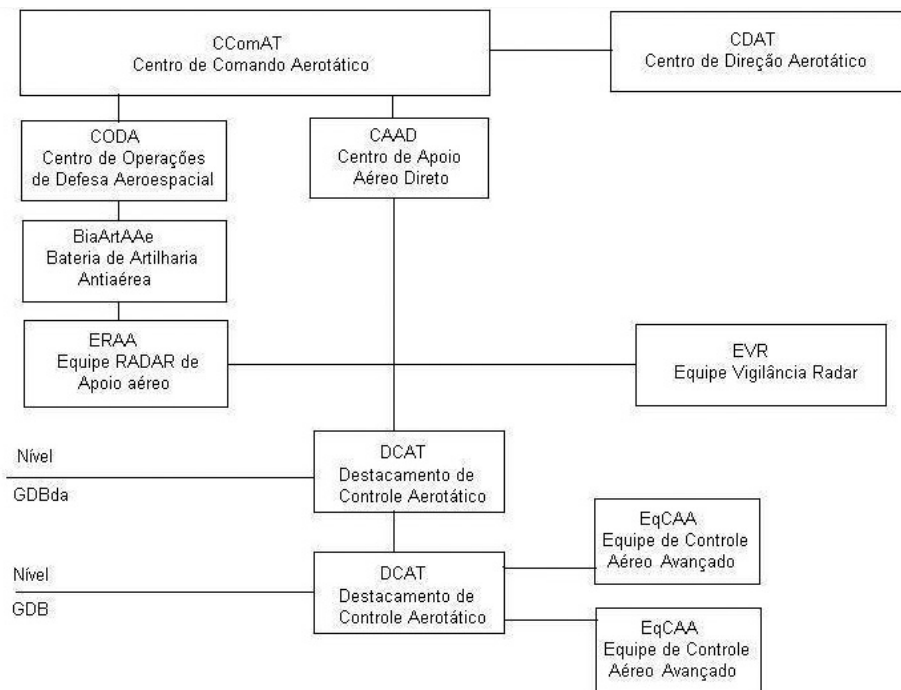


Figura 1 - Estrutura organizacional das agências relativas ao apoio aéreo e à defesa aeroespacial em terra.
Fonte: CGCFN-321, 2008.

Atualização imediata de informações, sobre o amigo e o inimigo, é uma solução lógica, mas, de difícil execução. O Componente de Combate Aéreo (CteCA), a quem cabe mobilizar as agências com pessoal e material de comunicações, deve receber a informação mais atualizada possível sobre as posições do amigo e do inimigo e qualquer outra informação sobre o inimigo que possibilite sua identificação. Assim, os pilotos poderão ser informados antes ou durante o voo com estes dados, a fim de reduzir o tempo de identificação, autorização e ataque a um alvo solicitado ou de oportunidade.

Como última sugestão, temos a utilização de Controlador Aéreo Avançado (CAA) embarcado em aeronave. Apesar de ser mais uma aeronave a

aéreas e as necessidades decorrentes da operação.

Reforçando a idéia de complexidade do tema, vale lembrar o quanto é complicado compreender as explicações sobre a relação entre as agências de bordo e de terra; e sobre as fases e sequências da transferência da coordenação do apoio aéreo para terra. Logo, é correto afirmar que realizar a supracitada transferência é uma faina complicada. Felizmente, a doutrina disseminada no manual é flexível o bastante para permitir que se procure a simplificação do controle aerotático. É claro que não existe uma fórmula pronta para isto, mas, a seguir, serão sugeridas algumas ações visando alcançar o objetivo.

Adestramento específico seria a sugestão inicial. Este adestramento seria no sentido de que todos os usuários do espaço aéreo devem possuir um conhecimento mínimo da forma de emprego, da organização e das tarefas dos demais. Tal medida visa uma maior adequação do planejamento inicial, de cada usuário, e das alterações decorrentes durante a operação.

O Planejamento é a próxima sugestão. Com ele podemos tomar várias medidas para a simplificação do controle aerotático. Uma delas seria planejar uma estrutura de controle mais “enxuta”, somente com as agências estritamente necessárias para aquela operação. Ou ainda, em um momento particular da operação, retirar as agências intermediárias e utilizar somente as agências necessárias a realizar aquela ação específica. Por exemplo, em uma missão de apoio de fogo aéreo ao ataque principal, utilizar somente o CComAT e a EqCAA, agilizando assim o ataque. Pode-se, também, planejar a ampla utilização de medidas de segurança, tais como: medidas de coordenação de apoio de fogo, espaço aéreo restrito, corredores de segurança e diversas outras medidas. Com estas medidas, a necessidade de coordenar certas ações entre os usuários são reduzidas, facilitando, deste modo, o controle.

ser controlada e parecer contribuir negativamente para a simplificação, o uso do CAA embarcado, teoricamente, elimina qualquer problema de comunicação que poderia ocorrer em terra e traria, além de uma visão privilegiada para orientar as ações, a possibilidade de orientar as aeronaves para efetuar o ataque em mais de uma área em menor espaço de tempo e com somente um CAA.

Nos exercícios operativos realizados em Formosa-GO, em 2009 e 2010, e em Três Corações-MG, em 2010, com a participação de aeronaves de asa fixa e rotativa e tiro real de praticamente todas as armas, pode-se dizer que a simplificação do controle aerotático, utilizando algumas das sugestões acima, foi exercida. Será relatada de modo sucinto uma passagem de controle aerotático simplificado ocorrido no exercício realizado em Três Corações-MG. Neste exercício ocorreu uma manobra em que as duas CiaFuzNav em primeiro escalão, que possuíam GAA, seriam apoiadas por aeronaves AF-1 e fogos de artilharia em um ataque a posições inimigas. Assim, foi estabelecido, para a aeronave, um ponto de espera e um setor de aproximação até os alvos. O CComAT assumiu o controle da aeronave no ponto de espera e a conduziu pelo setor de aproximação até passar o controle da aeronave diretamente para o GAA, de uma das CiaFuzNav, que por sua vez a orientava para a execução do ataque. Após o ataque, o CComAT reassumia o controle e orientava a aeronave para o ponto de espera, repetindo a cinemática com o GAA da outra CiaFuzNav. Simultaneamente, a artilharia realizava fogos quando a aeronave estava no ponto de espera ou estava em outro setor, isto ocorrendo com a coordenação das respectivas agências de controle. Deste modo, foram estabelecidas medidas de coordenação e foi reduzida a estrutura de controle, ações que simplificaram o controle aerotático.

Concluimos, então, que o controle aerotático é muito complexo e que existem inúmeras variáveis que devem

ser pensadas para exercê-lo de modo seguro e eficiente. A sua simplificação é desejável, porém, não é uma meta fácil de ser alcançada. Devemos unir todos que tem alguma relação com o assunto para pensar nas soluções a serem elaboradas, testadas e implantadas, sabendo que o aperfeiçoamento do controle aerotático deverá sempre ser buscado.

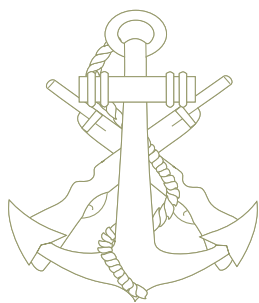
Nota: Sugestões sobre o tema proposto poderão ser encaminhadas ao Centro de Estudos do CFN para apreciação. Caixa postal: ancorasefuzis@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-321: Manual de Apoio Aéreo e Controle Aerotático dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008.

MAGALHÃES, Paulo Maurício de Moraes. A coordenação e controle do espaço aéreo em campanha: um estudo. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.rzoconsultoria.com.br/download.php?id=37>. Acesso em: 01 mar.2011.

CMG (FN) Carlos Chagas Vianna Braga
carlos.chagas@btllg.mar.mil.br



Atuação da Marinha do Brasil na Operação Rio 2010: os principais atributos do Corpo de Fuzileiros Navais em evidência

Em novembro de 2010, durante, possivelmente, a mais grave crise de segurança vivida pela cidade do Rio de Janeiro em sua história recente, a Marinha do Brasil (MB) teve participação inusitada, marcante, decisiva e, por que não dizer, também surpreendente.

Uma onda de criminalidade sem precedentes, que beirava o terrorismo, crescia a cada dia, sem encontrar limites. Na segunda quinzena de novembro, o número de veículos queimados diariamente nos mais diversos pontos da cidade já era superior a trinta. Além disso, atentados de todo tipo e suspeita de bombas levavam o pânico à população do Rio de Janeiro.

Foi neste contexto que a MB, atendendo a uma solicitação direta do Governador do Estado do Rio de Janeiro, desencadeou, com amplo sucesso, uma operação de apoio às forças de segurança daquele Estado, empregando meios blindados do seu Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Assim, o propósito deste ensaio é relatar a sequência de eventos ocorridos, desde o início da mobilização até o término da operação, e avaliar como as características essenciais de prontidão operativa e capacidade expedicionária do CFN, aliadas às características básicas do Poder Naval de flexibilidade, versatilidade e mobilidade, não apenas estiveram evidentes durante toda a operação, como foram fundamentais para o pleno sucesso alcançado em todos os níveis.

A mobilização

Dia 24 de novembro, quarta-feira, o último grande exercício do Programa de Adestramento da Força de Fu-

zileiros da Esquadra (FFE), o ADEST BTLPROT¹, está sendo encerrado em Itaoca, ES. Na ocasião, ocorre também um almoço em homenagem ao Comandante da Força, Vice-Almirante (FN) Leitão, que está se despedindo para assumir o cargo de Comandante do Pessoal de Fuzileiros Navais, com a presença dos Almirantes e Comandantes de Unidade da FFE. Em seu discurso, o Almirante Leitão faz uma rápida retrospectiva e menciona sua satisfação com o encerramento de um ano operativo intenso e bem sucedido. Naquele momento, nenhum dos presentes poderia imaginar o que viria a ocorrer nas horas seguintes.

Missão cumprida, exercício encerrado, ano operativo concluído. Todos os presentes no almoço iniciam o deslocamento de regresso ao Rio de Janeiro. Pouco depois das 17h, o Comandante da FFE (ComFFE), ainda no início de seu deslocamento, recebe um telefonema informando que o Governador do Estado do Rio de Janeiro havia solicitado o apoio da Marinha, e que a decisão seria atender ao pedido. O apoio consistiria basicamente na utilização de blindados do CFN para o deslocamento e proteção de policiais.

Uma série de telefonemas é desencadeada e os comandantes das unidades que, a princípio (naquele momento não se sabia exatamente qual a missão ou mesmo as circunstâncias envolvidas), estariam diretamente envolvidas, são acionados, imediatamente, para mobilização dos meios. Foram acionados o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais (BtlLogFuzNav), o Batalhão de Blindados

¹ O ADEST BTLPROT (Adestramento de Batalhão de Proteção) é o exercício utilizado atualmente para coroar o preparo de cada contingente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-Haiti, antes de seu deslocamento para aquele país.

de Fuzileiros Navais (BtlBldFuzNav) e o Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf).

Começa a corrida contra o tempo. A determinação era de que todos os meios e pessoal necessários estivessem prontos e concentrados no BtlLogFuzNav já ao amanhecer do dia 25, o dia seguinte. Os planos de chamada das unidades envolvidas foram acionados e, durante toda a noite, oito carretas transportaram os blindados da Ilha do Governador, Ilha das Flores e Itaoca (alguns dos blindados estavam sendo empregados no ADEST BTLPROT) para o BtlLogFuzNav.

Às 5h do dia 25, ou seja, menos de 12 horas após o acionamento, todos os meios (exceto três viaturas Piranha que estavam vindo de Itaoca) e pessoal já estavam prontos e concentrados no local determinado, dando a primeira demonstração de prontidão operativa. Ou seja, estavam prontos para o início da operação 6 viaturas M-113A1, 4 Carros Lagarta Anfíbio (CLAnf), 2 viaturas Piranha, 1 CLAnf Socorro e 1 SK Socorro, além, obviamente, dos Fuzileiros Navais que estariam envolvidos.

O Planejamento Sumário

Às 7h, o ComFFE reuniu um gabinete de crise, formado pelo Chefe do Estado-Maior (CEM) da FFE, pelos Oficiais de Operações e de Logística daquela Força e pelos Comandantes do BtlLogFuzNav e do BtlBldFuzNav.

Até aquele momento, não se dispunha de maiores detalhes sobre a operação ou mesmo sobre o local onde os meios seriam empregados. Todas as ordens haviam sido passadas verbalmente por telefone e o Comando de Operações Navais começava a preparar uma Diretriz Inicial, de modo a formalizar o processo. Sabia-se, contudo, que havia, por parte das forças policiais, grande urgência em iniciar as operações com máxima brevidade. Comentava-se, inclusive, que havia uma equipe de policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) encurralada em determinada comunidade. Na realidade, esta informação acabou por condicionar a enorme velocidade e o nível de incerteza com os quais as ações preparatórias foram desencadeadas naquela manhã, incluindo um “planejamento sumaríssimo”, em uma definição extremamente generosa. Na reunião, foi decidida a ativação de um GptOpFuzNav, cujo comando caberia ao CEM da Tropa de Desembarque, reunindo os meios que atuariam na operação.

Às 7:30h, imediatamente após o término da reunião do gabinete de crise, o Chefe do Estado-Maior Administrativo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Coronel Milagres, chegou ao ComFFE para discutir detalhes da operação, tendo sido informado que os meios do CFN já se encontravam prontos para iniciar as operações assim que a PMERJ desejasse. Posteriormente, o coronel revelaria que tal grau de prontidão surpreendeu e, de certa forma, “atrapalhou” o planejamento da PMERJ, pois aquela força policial só esperava que os meios do CFN estivessem em condições de operar no dia seguinte (sexta-feira) e estava se planejando para tal.

Com tal prontidão, decidiu-se que a operação seria executada no dia 25 (quinta-feira) mesmo e o primeiro

alvo, que passamos a conhecer naquele momento, seria a Vila Cruzeiro. As razões para a escolha do primeiro alvo serão apresentadas mais adiante, quando abordarmos o enfoque das forças policiais.

Assim, pouco depois das 8h, o BtlLogFuzNav foi “invadido” por tropas e viaturas do BOPE. Enquanto os policiais procuravam familiarizar-se com os blindados, recebendo instruções sobre suas características e sobre como embarcar e desembarcar, o comando da unidade policial participava de reuniões com o comando do BtlLogFuzNav e do BtlBldFuzNav, que procurava expor sua ideia de manobra. As diferenças entre as culturas militar e policial manifestaram-se desde o início, mas a flexibilidade de atuação do CFN permitiu que fossem contornadas com êxito.

No meio da manhã, chegou ao ComFFE a “Diretriz Inicial de Planejamento” que formalizava a atuação da MB e caracterizava a tarefa como prestação de “apoio logístico de transporte ao Governo do Estado”, “mediante cessão temporária de uso de material logístico e transporte às Operações Policiais no Rio de Janeiro, a partir de 25 de novembro, em atendimento aos requisitos operacionais da PM do RJ, empregando viaturas blindadas e suas respectivas guarnições para operá-las.”

Diante da alta visibilidade esperada para a operação, foi criada também uma estrutura de comunicação social *ad hoc*.

Pouco depois das 11h, as carretas transportando os blindados, escoltadas por motociclistas da PMERJ e equipes do BOPE, cruzaram os portões do Complexo Naval Caxias-Meriti (CNCM), em direção à Vila Cruzeiro.

Execução

Chegando às proximidades do 16ºBPM (Olaria), as viaturas blindadas desceram das carretas. Foram realizados os preparativos finais, embarcados os policiais do BOPE e iniciadas as operações. A penetração das viaturas blindadas na Vila Cruzeiro ocorreu pelos itinerários previamente selecionados pelo comando do BOPE. Pouco depois, o Comandante do GptOpFuzNav estabeleceu seu Posto de Comando nas instalações do 16ºBPM, ficando assim justaposto ao PC das forças policiais, o que facilitou a coordenação e os ajustes necessários, principalmente em função das condições de incerteza e limitações de tempo diante das quais a operação havia sido iniciada.

As viaturas M-113 foram empregadas primeiramente. Logo em seguida, foram empregados os CLAnf. Os obstáculos que haviam sido posicionados pelos traficantes foram rapidamente superados, sem maiores dificuldades. Entretanto, nos primeiros momentos, houve grande resistência. Muitos disparos foram efetuados contra os blindados, sendo que nenhum deles conseguiu penetrar na blindagem.

Na realidade, a proteção oferecida pelos blindados não somente garantiu a segurança e a integridade física dos policiais embarcados, como também da própria população local, uma vez que os policiais, ao ficarem devidamente protegidos, não se viram forçados a utilizar

com frequência seu armamento para suprimir o fogo dos traficantes. Assim sendo, podemos dizer que vários danos colaterais foram evitados pela simples presença dos blindados.

Após a resistência inicial, os traficantes, impotentes, fugiram de forma desorganizada e desesperada. As surpreendentes imagens da fuga de centenas de traficantes, que ficou conhecida na própria comunidade como a “fuga das baratas”, foram exibidas, ao vivo, pela TV Globo, sendo motivo de diversos debates e controvérsias.

Aqui cabe uma importante reflexão sobre a fuga dos traficantes, transmitida ao vivo. É fato que alguns analistas precipitaram-se em criticar a operação por ter permitido que os traficantes fugissem para o Complexo do Alemão. Alegavam alguns que deveria ter sido feito um cerco ou algo típico das operações contra insurreição, como “martelo e bigorna”. É fato, também, que a escolha dos objetivos e itinerários nada teve a ver com a MB, uma vez que foram selecionados, conforme já mencionado, exclusivamente pela PMERJ. Entretanto, por uma análise mais ampla, pode-se constatar que, do ponto de vista da MB, a situação foi a melhor possível, pois, caso os mesmos não tivessem fugido, teriam combatido até o final e, certamente, haveria pesadas baixas, possivelmente, inclusive, entre civis inocentes, e o nome da MB estaria inexoravelmente ligado a estes acontecimentos. Deve-se ter em mente que o efeito desejado da operação era devolver o controle da área ao poder público e não a realização de uma operação contra insurreição.

Como resultado, os objetivos foram rapidamente conquistados e, em cerca de duas horas, as forças de segurança já haviam assumido o controle da área. Nos dias seguintes, foram realizadas algumas operações pontuais em locais previamente determinados, nos quais ainda haveria a presença de traficantes, armas e drogas.

Impulsionado pelo grande êxito alcançado na Vila Cruzeiro, o Governo do Estado decidiu expandir, imediatamente, as operações para o Complexo do Alemão. Para tanto, passou a contar também com o apoio da Brigada de Infantaria Pára-Quedista do Exército Brasileiro que foi desdobrada, realizando o cerco do referido complexo, de modo a facilitar as operações futuras.

Assim, no domingo, dia 28 de novembro, foi realizada uma operação de grande envergadura no Complexo do Alemão, envolvendo forças policiais de diversas delegacias e batalhões. Novamente, a presença das viaturas blindadas do Corpo de Fuzileiros Navais foi o fator preponderante para o sucesso. Desta vez, além de prestarem apoio de transporte ao BOPE, as viaturas foram empregadas também no apoio à Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil.

As operações foram iniciadas com os blindados progredindo pelos itinerários previamente propostos pelas forças de segurança apoiadas. Desta vez, possivelmente em função do impacto do sucesso na operação anterior na Vila Cruzeiro, não houve resistência, de modo que, em menos de uma hora, os objetivos já haviam sido atingidos.

Nos dias subsequentes, os blindados ainda apoiaram algumas ações do BOPE e foram, pouco a pouco, retornando às suas bases. É importante considerar que o em-

prego destes meios em ambiente urbano deve ser reduzido ao menor tempo possível e, somente, em situações nas quais sua presença seja essencial, uma vez que, por suas dimensões, podem causar danos a ruas, a automóveis e a outras propriedades.

Comunicação Social

Como pode ser facilmente constatado, a operação, em função de diversos aspectos, incluindo a própria ocorrência da população, teve enorme visibilidade. Assim, uma das áreas que teve papel relevante durante todo o processo foi a Comunicação Social. A seguir, serão apresentados os principais aspectos referentes ao funcionamento da Comunicação Social durante os eventos.

Foi ativada, desde o início da Operação, em 25 de novembro, uma estrutura de Assessoria de Comunicação Social, *ad hoc*, no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, com o propósito principal de atender, tempestivamente, às demandas de imprensa e de relações públicas atinentes à operação. A AssComSocFFE foi integrada por Oficiais da própria Força, com reforços do Comando do 1º Distrito Naval (Com1ºDN) e do Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM).

Conforme prevêem o Plano de Comunicação Social da Marinha e o EMA-860 Manual de Comunicação Social da Marinha, visando assegurar unidade de pensamento em todas as interações com a mídia, foram estabelecidas as seguintes ideias-força, na ordem de prioridade a seguir: o papel da Marinha do Brasil; a Missão principal de defesa do país; a importância da Amazônia Azul; o papel do Corpo de Fuzileiros Navais; a Prontidão Operativa; e Capacidade Expedicionária.

Visando assegurar maior eficácia nos trabalhos, foram estabelecidas as seguintes diretrizes gerais para a comunicação social durante a operação: manter a iniciativa; agilidade e oportunidade; transparência; amplo acesso às informações e às operações (exceto às sigilosas); disponibilidade; e cortesia máxima no trato com a mídia e com o público em geral.

Dentre as principais atividades executadas, destacam-se: ligações com o Com1ºDN e Coordenadoria de Comunicação Social da Polícia Militar do Rio de Janeiro (CComSoc/PMERJ), *Press Releases*, atendimento às solicitações da imprensa, contato permanente e aproximado com a mídia, controle do pessoal autorizado a falar à imprensa, realização de *Media Training*, registro fotográfico, *clipping* e monitoração/gravação das principais matérias na mídia.

A tempestividade das informações é de vital importância para o trabalho dos órgãos de imprensa. A informação que é relevante em determinado momento perde sua relevância pouquíssimo tempo depois. Assim sendo, o pronto atendimento às demandas da mídia mostrou-se um importante fator para o aproveitamento das oportunidades de divulgação da imagem da Marinha e para a criação de uma atmosfera favorável no relacionamento com os integrantes dos órgãos de imprensa.

A incorporação de oficiais especializados em Comunicação Social, oriundos do Com1ºDN e do CCSM, foi fun-

damental para assegurar o nível de conhecimento técnico desejável e facilitar as interações com a mídia. Tal situação contribuiu decisivamente para a maior qualidade da divulgação da participação da Marinha na operação.

A execução e divulgação de eventos voltados para a mídia é importante para assegurar a manutenção da iniciativa, canalizando os esforços da mídia na direção desejada e, ao mesmo tempo, fornecer pautas que possam alimentar as necessidades desses órgãos. Tais eventos, normalmente, fornecem à mídia o material necessário para a produção de boas matérias e permitem angariar sua simpatia e boa vontade. Ao mesmo tempo, evitam que os integrantes da mídia fiquem “vagando” pela área de operações em busca de notícias, as quais, muitas vezes, podem fugir do controle e, eventualmente, adquirir um viés não muito favorável. Um dos eventos que teve maior destaque foi o convite para a apresentação dos veículos blindados, seguido pelo embarque da mídia nos mesmos para visita à área de operações.

Todos os veículos de mídia foram prontamente atendidos, com a mesma atenção, independentemente do seu possível grau de importância. Tal situação contribuiu para evitar qualquer sensação de discriminação entre os diversos veículos, facilitando o relacionamento.

O relacionamento amistoso, paciente e aproximado com os diversos jornalistas mostrou-se de grande valia, contribuindo para a criação de um ambiente bastante favorável, que resultou em inúmeras matérias altamente positivas.

As diretrizes gerais estabelecidas inicialmente para a condução das atividades de comunicação social durante a operação mostraram-se bastante relevantes e, sem dúvida, contribuíram para os resultados alcançados. À luz da Comunicação Social, a participação da Marinha do Brasil, no apoio às operações das Forças de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, contribuiu para o fortalecimento da imagem da Marinha do Brasil junto à imprensa e à sociedade.

Manter uma postura de transparência, cortesia, atenção, disponibilidade e cooperação com a imprensa, respondendo rapidamente às suas demandas e oferecendo, sempre que possível, amplo acesso da mesma às operações e aos meios militares, além de contribuir para gerar uma atmosfera geral de trabalho altamente favorável e cooperativa, por todas as partes envolvidas, gera boa vontade por parte da imprensa, reduzindo assim a probabilidade de matérias negativas e criando condições para a confecção de matérias positivas e ricas.

A Instrumental Utilização das Características do Poder Naval

Como todas as ações ocorreram em terra, podemos ser tentados, em um primeiro momento, a pensar que a atuação dos meios do CFN na operação não tenha relação com as características do Poder Naval. Entretanto, conforme verificaremos a seguir, as características de flexibilidade, versatilidade e permanência foram instrumentais durante a operação, uma vez que já se encontram

fortemente arraigadas na cultura organizacional e no *modus operandi* das Forças de Fuzileiros Navais.

Conforme já visto, a tarefa de prestar apoio logístico a uma força policial, em um ambiente urbano, de alta densidade populacional e com elevada probabilidade e confronto armado, era inusitada e o tempo de reação reduzido. Entretanto, a característica de flexibilidade do Poder Naval, intrínseca aos GptOpFuzNav, permitiu que fosse prontamente criada uma estrutura capaz de atender aos requisitos da tarefa recebida, sem maiores dificuldades em termos de relações de comando. Dificilmente, uma força cujo emprego seja balizado por conceitos pré-formatados e por preceitos doutrinários muito rígidos seria capaz de adequar-se ao cumprimento de tal tarefa e em tal situação. Somente uma força cujo emprego seja marcado, primordialmente, pela flexibilidade, como é o caso das forças que compõem o Poder Naval, pode ser capaz de tão pronta e eficazmente organizar-se para cumprir a missão recebida.

O emprego de meios com elevado poder de fogo e de destruição, como as viaturas blindadas, em ambiente urbano, com sucesso e sem nenhum efeito colateral em termos de baixas entre a população civil, reflete a importância da característica da versatilidade, ao permitir que o poder de destruição fosse regulado de acordo com cada situação apresentada. Nesse caso, o grande poder de combate disponível foi graduado para a utilização mínima, ou seja, apenas para autodefesa.

Finalmente, merece destaque a mobilidade que, além de permitir que os meios componentes do GptOpFuzNav, oriundos de diferentes locais, fossem prontamente concentrados no local de emprego, apesar das distâncias envolvidas, assegurou, durante a realização da operação, a rápida conquista dos objetivos. Na realidade, em termos táticos, a mobilidade, a ação de choque e a proteção blindada foram os fatores preponderantes.

Prontidão Operativa e Capacidade Expedicionária em Evidência

Os analistas têm sido unânimes ao identificar, como tendo sido elemento de vital importância para o sucesso alcançado, a rapidez com que toda a operação foi desencadeada. Tal rapidez assegurou que fosse obtida a surpresa, especialmente no caso da ocupação da Vila Cruzeiro (a fuga desesperada dos traficantes bem ilustra).

Tal situação acabou, portanto, por evidenciar, de forma incontestável, o elevadíssimo nível de prontidão operativa dos meios de Fuzileiros Navais. Afinal, somente uma força no mais elevado nível de prontidão operativa é capaz de, tão rapidamente, mobilizar os meios necessários e cumprir uma tarefa tão distinta daquelas para as quais normalmente é treinada de forma tão eficaz.

No que se refere à capacidade expedicionária, ainda que a expressão esteja ligada primordialmente à capacidade de operar em condições austeras, longe de suas bases e por períodos mais prolongados, verifica-se que esta

característica das Forças de Fuzileiros Navais também foi marcante, ainda que, possivelmente, de forma indireta no desempenho da MB durante a operação. Na realidade, a capacidade expedicionária está intimamente ligada a uma mentalidade (*mindset*), desenvolvida no seio da força, de que ela deve estar permanentemente pronta a atuar em qualquer cenário ou ambiente operativo, com o mínimo de preparo adicional ou apoio externo e sem demora. O êxito alcançado na Operação Rio, ainda que esta tenha sido realizada nas proximidades de nossas bases, certamente contribuiu para consolidar e reforçar a imagem do Corpo de Fuzileiros Navais como “a força de caráter expedicionário por excelência” do Brasil, conforme determina a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 2008.

Reflexões Finais

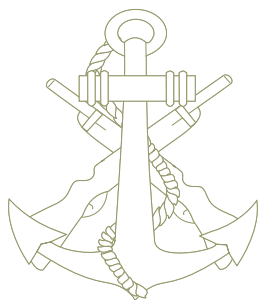
Os riscos envolvidos na operação foram, sem dúvida, bastante elevados para a MB e para o seu CFN. Entretanto, os resultados alcançados, principalmente em termos de credibilidade institucional e de visibilidade, foram proporcionalmente positivos.

É altamente recomendável que ações dessa natureza,

em apoio a forças policiais, ocorram apenas eventualmente e em caso de imperiosa necessidade e que a permanência e o envolvimento de meios e de pessoal devam limitar-se ao mínimo de tempo necessário ao efetivo cumprimento da missão, exatamente como ocorreu no caso em pauta. A permanência e o envolvimento por períodos prolongados não é desejável, uma vez que, além de desviar uma tropa altamente profissional e preparada de sua atividade-fim, pode gerar um desgaste natural da imagem, desgaste este que é inerente às atividades de cunho policial.

Ao mesmo tempo, é muito importante que o CFN permaneça em condições de, ocasionalmente, vir a atuar novamente neste tipo de situação, uma vez que ainda persistem no Rio de Janeiro locais onde o poder público ainda encontra dificuldades de acesso. Assim, continua a existir uma alta probabilidade de novos engajamentos, como bem demonstrou a operação, realizada em fevereiro de 2011, nos Morros de São Carlos e outros.

O foco, contudo, deverá permanecer na atividade fim, ou seja, a defesa do País, dentro daquelas características que são peculiares ao Poder Naval e ao Corpo de Fuzileiros Navais. Tais características, como demonstrado, foram instrumentais para o sucesso alcançado.



CC(FN) Carlos Eduardo Gonçalves da Silva Maia
gmaiaclanf@yahoo.com.br

Operação Rio-2010: A visão do Componente de Combate Terrestre (CCT)

Vinte e cinco de novembro de 2010, o dia em que a sociedade carioca reagiu e deu um “basta”. Acudido, após vários dias de verdadeiros atos terroristas, que incluíram carros queimados e vias interditadas pelos soldados do tráfico, o governo do Estado do Rio de Janeiro desencadeou uma Operação sem precedentes na história da segurança pública fluminense.

Após a solicitação de apoio, foi expedida uma mensagem de execução imediata pelo Comando de Operações Navais na noite do dia vinte e quatro de novembro. Em pouco menos de doze horas, nossos blindados encontravam-se prontos no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra e em condições de atuar no combate ao



Figura 1 - Blindados transportados por CAV-MEC rumo às ações no Complexo da Penha.
Fonte: ComFFE, 2010.

tráfico, junto às Forças de segurança estaduais. Um gabinete de crise foi constituído e após uma breve reunião foi constituído um GptOpFuzNav, nucleado no Comando da Tropa de Desembarque, cujo esforço principal baseava-se no apoio de serviços ao combate, particularmente na execução da função logística Transporte, que os dezessete blindados envolvidos na Operação poderiam proporcionar.

O CCT foi constituído por um Destacamento de Viaturas Blindadas, que incluía viaturas M-113 e Viaturas MOWAG PIRANHA, um Destacamento de Viaturas Anfíbias e um PelFuzNav com a tarefa de realizar a segurança das viaturas durante as ações. As guarnições das viaturas e o efetivo do PelFuzNav eram revezados em um sistema de rodízio a cada 24 horas, a exceção do efetivo do BtlVtrAnf que obedecia a uma periodicidade de 48 horas.

Em uma primeira fase, foram empregados 06 M-113 nas ações que culminaram na conquista da Vila Cruzeiro. Diferentemente das tradicionais Operações Militares em Ambiente Urbano, em que se pode observar claramente três fases, quais sejam: Isolamento, Avanço e Limpeza; o elemento surpresa, a incipiente organização das facções criminosas, aliada a não observância de armas anticarro em condições de uso, possibilitou o desenvolvimento simultâneo das fases, como preconiza o CGCFN-31.1.

Nossos habilidosos operadores conduziram os M-113 pelas estreitas vielas da Vila Cruzeiro, transpondo obstáculos, tais como: veículos de passeio em chamas e trilhos de trem concretados no chão. Sendo constantemente alvejados por armamentos individuais de calibre 7,62mm, nossos guerreiros blindados não se intimidaram e prosseguiram no cumprimento de sua nobre missão. A ação de choque proporcionada por essas viaturas foi determinante para que a Força adversa desistisse de lutar, culminando na épica cena de fuga dos criminosos, incessantemente explorada pelas emissoras de televisão.

Em uma segunda fase, foram conduzidas ações de consolidação da Vila Cruzeiro. Os Carros Lagarta Anfíbios CLAnf participaram ativamente desta fase, sendo utilizados em tarefas de apoio de serviço ao combate, visando ressuprir as tropas do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e, também, em tarefas de transporte de outras tropas daquela Unidade policial para a Vila Cruzeiro.

Em uma terceira fase, buscando o aproveitamento do êxito obtido na conquista da Vila Cruzeiro, foram desenca-



Figura 2 - Policiais Militares do BOPE prestes a embarcar nos M-113 para as ações na Vila Cruzeiro. Fonte: Reuters, 2010.



Figura 3 - Itinerários seguidos pelos M-113 nas ações na Vila Cruzeiro. Fonte: Palestra do Comando da Tropa de Desembarque, 2010.



Figura 4 - Tropas do BOPE embarcando nos Carros Lagarta Anfíbios. Fonte: Reuters, 2010.

deadas as ações para a conquista do Complexo do Alemão. A esta altura, as tropas da Brigada de Infantaria Paraquedista já se encontravam realizando a tarefa de isolar a localidade para que nossos blindados pudessem efetuar o



Figura 5 - Itinerários seguidos pelos blindados nas ações no Complexo do Alemão.
Fonte: Palestra do Comando da Tropa de Desembarque, 2010.



Figura 6 - Carro Lagarta Anfíbio transpondo obstáculos artificiais no Complexo do Alemão.
Fonte: O Globo, 2010.

Avanço. Foram utilizados 05 M-113, 04 CLAnf e 04 MOWAG PIRANHA que transportaram tropas do BOPE e da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE). Durante esta fase, não houve confrontos, sendo os objetivos marcados no planejamento rapidamente conquistados.

Os blindados ainda seriam utilizados durante a fase da Limpeza do Complexo do Alemão, transportando tropas das Forças de Segurança Estaduais em ações pontuais. Ato contínuo, foi iniciada a desmobilização gradual dos meios que, paulatinamente, começaram a retrair, por CAV-MEC, para seus aquartelamentos.

Como lições aprendidas, cabe ressaltar a importância do adestramento das pequenas frações. Em várias etapas da Operação, as frações tiveram diversos problemas rela-



Figura 7 - Capa do Jornal O Globo com o CLAnf em destaque.
Fonte: O Globo, 2010.

tivos a comunicações, que foram devidamente minimizados pelos comandantes de fração que sabiam exatamente como proceder em cada situação. Tal fato foi fruto de um planejamento e adestramento prévio, que possibilitou a tranquilidade necessária para o exercício ativo da liderança nas frações.

A Confiança no Material e no Adestramento - depoimentos dos operadores de CLAnf e M113 empregados na Operação RIO-2010

A mobilização

Quando foi tomada a decisão de emprego de um GptOpFuzNav em apoio à segurança pública do Rio de Janeiro, nossos operadores já estavam nas suas casas, após o retorno de mais um exercício do programa de adestramento. Foram, então, acionados, com o auxílio dos Planos de Chamada, para regressarem às respectivas unidades. Na noite do próprio dia 24 de novembro, com todos no quartel, a faina tomou forma.

CB-FN-IF De Carvalho - *“Chegando ao Batalhão, tivemos conhecimento do fato e começamos a equipar as viaturas CLAnf. As guarnições foram formadas e as fainas distribuídas. Todos os carros já estavam prontos antes da meia-noite do dia 24 de novembro. Logo começou o deslocamento dos meios para a FFE...”*

A execução I - o primeiro contato com a tropa apoiada

Se a prontificação de pessoal e material foi breve, a adaptação e troca de informações com o elemento apoiado também. Na manhã do dia do início da operação, foi executada uma seção sumária de apresentação dos meios para a tropa policial e as ações em seguida foram desencadeadas.

CB-FN-IF De Carvalho - *“Na manhã do dia 25 de novembro, após ser pago o “briefing” para os policiais do BOPE, mostrando as peculiaridades, as limitações, as possibilidades e o poder de combate das viaturas anfíbias, houve o deslocamento das mesmas, por carretas, para as proximidades da Vila Cruzeiro.”*

A execução II – relacionamento com a tropa apoiada

Com todas as fases da operação tendo tratamento abreviado, podia-se prever dificuldades na execução, particularmente quanto ao entrosamento das equipes recém-formadas, que incluíam as guarnições de nossos blindados e a tropa policial a ser transportada, mas não foi o que se viu.

CB-FN-MO Eduardo - *“Houve uma mudança da tropa apoiada e do local da missão. A minha seção apoiou os policiais civis da CORE, transportando-os para o morro do teleférico. Ministramos um “briefing” e pedimos que o mais experiente tomasse a posição do Comandante da tropa embarcada para nos auxiliar no deslocamento. O primeiro obstáculo, na subida, foram dois trilhos de trem concretados no chão, com cerca de um metro de altura. A primeira viatura conseguiu transpor... o trilho que estava à direita fez ceder o solo, abrindo uma fenda entre os trilhos e um poste foi danificado, fazendo com que o mesmo se inclinasse na minha frente, entrando em curto a fiação. Foi uma cena assustadora, porque, a cada estouro dos fios, o poste balançava. O policial entrou na fonia para falar comigo, dizendo: “Não vai não piloto, não vai piloto, nós vamos morrer!”. Eu pedi calma, dizendo-lhe que passaríamos quando parasse o curto... parou e nós prosseguimos, agora derrubando outro trilho... teve um momento que nos defrontamos com alguns disparos. Em seguida, havia dois tonéis com concreto e trilhos de trem... passamos por cima dos tonéis com uma das lagartas. Subimos mais um pouco o morro e paramos para a tropa desembarcar em segurança. O policial apertou minha mão e agradeceu. Manobramos e retornamos para o 16°BPM.”*

CB-FN-IF De Carvalho – *“Os policiais do BOPE estavam bastante confiantes com nossa participação e cooperação, pois nossas viaturas blindadas puderam suprir suas necessidades, oferecendo mobilidade tática, proteção blindada e poder de fogo. A coordenação feita no embarque e desembarque foi de grande importância para o sucesso da missão.”*

CB-FN-MO Fortes – *“Na parte prática do comando da coluna de blindados, procedimentos de conduta e direcionamento nas vielas da favela houve cumplicidade e respeito, independentemente do grau hierárquico ou força envolvida, o que foi fundamental para o sucesso da missão.”*

A execução III – o desempenho do material na ação

Não fosse a cuidadosa manutenção de nossas viaturas blindadas nas suas OM de origem, não haveria a possibilidade de estarem prontas em tão breve espaço de tempo. A qualidade e a eficácia dos procedimentos de manutenção, orientados pela área de

material do CFN e executados por nossas unidades operativas, ficou evidenciada também durante a ação, que registrou ausência de panes durante o emprego das viaturas.

CB-FN-MO Fortes – *“...em particular, a viatura a qual operei havia acabado de chegar de Formosa, tendo se desenvolvido bem na manobra em terra e atirando; inclusive, o sargento que era o comandante da minha guarnição sempre esteve com o histórico de manutenção em dia, além de acompanhar essa viatura há anos”.*

A execução IV – o valor do adestramento

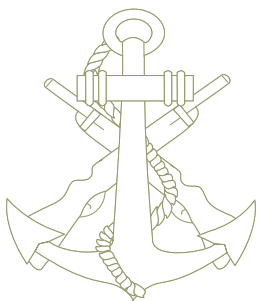
Conforme consagrado na Estratégia Nacional de Defesa: “O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência”. Isso impõe um estado de prontidão permanente, mochila pronta, material mantido e disponível para emprego imediato. Implica, também, em dispor de tropa preparada para atuar em um espectro diversificado de situações que o país demandar. Tal condição só pode ser atingida mediante a execução de um extenso e detalhado programa de adestramento, que permita ao homem atingir graus de preparação e confiança em si e na sua equipe maiores que os desafios a ser enfrentados.

CB-FN-MO Fortes – *“...o contato que temos relacionado ao emprego das viaturas ocorre nas manobras. Nesses exercícios, a guarnição do carro passa a operar em situações adversas, adquirindo grande experiência de manutenção, conduta e, principalmente, noção de espaço para manobras, pois a visibilidade é reduzida. Manobrar em vias estreitas exige guarnição experiente. Já para a transposição de obstáculos utilizando todo o potencial da viatura, é importante submeter o operador a várias passagens em pistas de obstáculos, do padrão da que existia no batalhão. Isso traz habilidade e confiança em si e no material”.*

Nota: Os operadores que prestaram os depoimentos aqui resumidos são atualmente alunos dos cursos de Formação de Sargentos conduzidos no CIASC. No período da operação serviam no Batalhão de Viaturas Anfíbias e no Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais.



Figura 8: Morro do Alemão.
Fonte: arquivo pessoal, 2010.



A importância dos 5º Jogos Mundiais Militares para a Marinha do Brasil

Ao receberem, em maio de 2007, a tarefa de promover e organizar os 5º Jogos Mundiais Militares - Rio 2011, as Forças Armadas brasileiras tinham como missão transformar um evento, antes restrito às casernas em um megaevento esportivo, com visibilidade ampliada ao público civil, em especial ao mundo esportivo global.

A escolha do Rio de Janeiro ocorreu em Burkina Faso, na África, durante uma reunião do Conselho Internacional do Esporte Militar- CISM. A experiência da cidade em ter sediado os Jogos Pan-Americanos foi um diferencial, assim como o será durante toda a preparação para receber jogos da Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

A Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira se uniram para montar uma estrutura de dimensões nunca antes vistas em mundiais militares para atender, em nível olímpico, os atletas, a imprensa, o público e os demais membros de delegações dos mais de 100 países participantes dos 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011.

Além da organização e da infraestrutura, as Forças Armadas também investiram na preparação de uma delegação competitiva. Seguindo diretrizes da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), a MB incorporou em suas fileiras, desde 2008, 220 atletas de alto rendimento do esporte brasileiro, na condição de militares temporários

(RM-2), que se formaram em oito turmas do Estágio de Aprendizagem Técnico (EAT).

Com o apoio da instituição, esses esportistas de alto nível tiveram a oportunidade de se dedicar integralmente às suas modalidades, contando com técnicos especializados e infraestrutura adequada para treinamento e preparação.

O resultado desse esforço pode ser visto no quadro geral de medalhas dos 5º Jogos Mundiais Militares, nos quais a Delegação Militar Brasileira conquistou a primeira colocação com 114 medalhas, sendo 45 de ouro, 33 de prata e 36 de Bronze. O Brasil foi o campeão em 11 modalidades entre as 20 que foram disputadas, e conquistou medalhas em 19 delas. Somente na esgrima o Brasil não subiu ao pódio.

De todas as medalhas conquistadas durante o Mundial Militar, a MB obteve individualmente ou por equipe, um total de 47 medalhas, sendo 20 de ouro, 13 de prata e 14 de bronze.

Mas o sucesso do Brasil e da Marinha nos 5º Jogos Mundiais Militares não se restringe às medalhas. Com todo o profissionalismo e comprometimento que a sociedade espera da Instituição, os militares empregados conseguiram transformar organizações militares em arenas esportivas de nível olímpico: o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - CEFAN (pentatlo naval e taekwondo), a Escola Naval (vela), o Centro de Instrução





Almirante Graça Aranha – CIAGA (futebol) e o Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (boxe).

Além de oferecer infraestrutura nas instalações esportivas, a MB também construiu e operou a Vila Branca, que recebeu, durante os 5º Jogos Mundiais Militares, atletas das delegações do pentatlo naval, boxe, vela, orientação e taekwondo, além da equipe de arbitragem. Dividida em 22 blocos, cada um com 396 apartamentos, com aproximadamente 112 m², a vila que fica localizada em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, será utilizada agora como Próprios Nacionais Residenciais (PNR), um legado significativo para a instituição.

Para mostrar às populações militar e civil toda a preparação para os Jogos, as ações de comunicação social das Comissões Desportivas da MB, do EB e da FAB junto à imprensa civil desempenharam um papel fundamental. Podemos afirmar que foi atingido o objetivo de divulgar e integrar as Forças Armadas com a sociedade civil, um dos grandes propósitos dos jogos. Além disso, a cobertura da imprensa militar, representada pelo Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) e pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), contribuiu para difundir dentro da instituição o principal slogan dos Jogos Mundiais Militares: “amizade através do esporte”. A cobertura jor-

nalística realizada pelos veículos internos e externos de comunicação fortaleceu ainda mais a boa imagem da MB, em âmbito nacional e internacional, fruto da competência dos seus profissionais e do brilho de seus atletas.

A participação de tantos marinheiros e fuzileiros no quadro de medalhas, bem como a operação impecável das competições e arenas sob sua responsabilidade, é a prova concreta de que a Marinha do Brasil conseguiu cumprir exemplarmente a sua missão, que por delegação do Comando da Marinha, ficou sob a responsabilidade do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. A atuação da MB nos 5º Jogos Mundiais Militares nos trouxe a certeza que estamos em condições de colaborar com o Brasil na missão de organizar o maior evento esportivo do



Figura 3: Principais instalações desportivas do CEFAN vistas do alto. Destaque para a pista de obstáculos de pentatlo naval com 3 raias com as cores da bandeira do Brasil.

Fonte: CDM, 2011.

planeta. Mais do que nunca, a MB mostrou à sociedade a sua capacidade de planejamento, coordenação e execução de tarefas atribuídas, desde seu Comandante até o militar mais moderno que tenha participado da força de trabalho. A experiência única vivida por todos os envolvidos trouxe muitos ensinamentos e também serviu como um marco na concretização do Programa Olímpico da Marinha do Brasil que continuará permanentemente apoiando o esporte brasileiro, preparando atletas para subirem ao pódio nas olimpíadas de Londres 2012, nos 6º Jogos Mundiais Militares Coréia – 2015 e, principalmente, nas olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.

ADSUMUS!

VIVA A MARINHA!

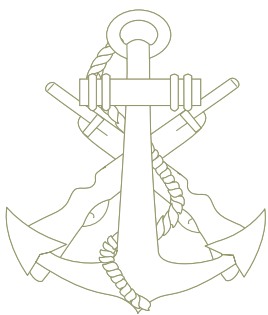
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos on-line

COMANDO-GERAL DO CORPO DE FUZILEIRO NAVAIS. Disponível em: <<http://www.cgcfm.mar.mil.br>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

MARINHA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

RIO 2011. Disponível em: <<http://www.rio2011.mil.br>>. Acesso em: 02 ago. 2011.



CMG (FN) Adriano Lauro
adriano.lauro@comdivanf.mar.mil.br

Operação Haiti – 13º Contingente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

O Haiti está mudado - cenário atual

Foram 12 Contingentes brasileiros trabalhando no Haiti em proveito de uma mesma missão: “manutenção de um ambiente seguro e estável”. Com a pacificação consolidada, o foco volta-se para o fortalecimento das instituições do país, atividades sociais e, naturalmente, a utilização da força pelas tropas da MINUSTAH torna-se menos necessária.

As gangues que dominavam a cidade foram desmanteladas e hoje já não existem grupos armados que afrontem as forças das Nações Unidas (ONU). Alguns relatos apontam para a existência de supostos grupos de “bandidos”

que de alguma forma procuram, por meio de ameaças, intimidar e obter vantagens de Organizações Não Governamentais (ONG) ou da população. No entanto, as ocorrências demonstram que esses grupos não possuem estrutura e/ou armamentos para constituir uma ameaça grave. Registram-se apenas crimes de pequena monta, sem utilização de armas longas.

Nem mesmo pequenos setores de Cité Soleil e Bel Air, ainda hoje considerados pela ONU como áreas vermelhas (as únicas ainda existentes no Haiti), possuem registros de crimes mais violentos ou atuação efetiva desses grupos. Exceto nas manifestações ocorridas após a divulgação do resultado parcial da eleição, a população não sofreu restrição no seu direito de ir e vir.

Intimidações às ONG, por vezes, são relatadas em alguns campos de desabrigados para favorecimento de grupos de influência na obtenção de empregos. Cabe a explicação de que a sociedade haitiana elege seus líderes no nível de microrregião, ou seja, os líderes comunitários que “organizam” aquela pequena parcela da sociedade. Esses líderes, algumas vezes, são pessoas vinculadas a partidos políticos, milícias ou grupos armados e, por isso, possuem um alto grau de intimidação perante aos demais.

O terreno também sofreu modificações por conta do terremoto que atingiu o país em 12 de janeiro de 2010. O Palácio Nacional, símbolo haitiano do poder, desabou e com ele milhares de construções, dentre elas, a catedral, o hotel onde se instalava o alto comando da ONU, diversos prédios públicos, mercados, residências e prédios de diversas instituições. Políticos e funcionários públicos que não faleceram trabalham em escritórios improvisados, além de diversos documentos terem sido perdidos. As praças públicas, parques e espaços vazios foram rapidamente ocupados pela população de cerca de 1 milhão e 400 mil desabrigados que, vivendo sem qualquer condição sanitária em suas tendas, formam gigantescos campos de desabrigados, *Internal Displacement Persons Camps* (IDP Camps), e esperam algum tipo de ajuda para retornarem às suas vidas normais.

Na área de operação do Grupamento de Operações de Fuzileiros Navais – Haiti (GptOpFuzNav-Haiti), existem 51 desses campos, destacando-se o de Jean Marrie Vicent (figura 1), o maior da cidade, com cerca de 50.000 pessoas. Esse campo, por suas dimensões e localização, demanda grande atenção da ONU e de ONG, pois qualquer ação ali desenvolvida ganha, rapidamente, projeção internacional.

Fruto dessas mudanças no ambiente urbano de Porto Príncipe, a ação das ONG em trabalhos humanitários cresce em relevância. Também, a população deslocada de seus antigos bairros se reorganiza. Novas lideranças nascem, antigas perdem força. Ou seja, há um “reajuste” da sociedade.



Figura 1- Vista aérea do Campo de Jean Marrie Vicent, o maior dos 51 campos na área de responsabilidade do GptOpFuzNav-Haiti. Cerca de 50.000 desabrigados. Fonte: GptOpFuzNav-Haiti, 2010.

Características do 13º Contingente

O 13º Contingente foi o de maior efetivo que já participou da missão: 309 militares, sendo 299 no GptOpFuzNav e 10 compoendo o EM do BRABAT-1 (*Brazilian Battalion-1*). São 219 pertencentes ao MOU (*Memorandum of Understanding*) do BRABAT-1, mais 90 que foram em reforço atendendo a solicitação da ONU após o terremoto. O 12º Contingente recebeu esses militares após já ter iniciado sua missão; e o 14º Contingente teve o efetivo reduzido em 07 militares, cujas vagas reverteram para um pelotão de infantaria da FAB que passou a constituir o BRABAT-1.

O 13º Contingente Brasileiro estava constituído da seguinte forma: a Companhia de Engenharia de Força de Paz (CiaEngFPaz), o BRABAT-2 (*Brazilian Battalion-2*) e o BRABAT-1, que contava com 02 oficiais de nações amigas (Paraguai e Bolívia), 01 Pelotão Paraguaio e o GptOpFuzNav-Haiti. Essas 3 Unidades estavam diretamente subordinadas ao *Force Commander*.

A subordinação do GptOpFuzNav-Haiti ao BRABAT-1 é somente operativa. Administrativamente, o GptOpFuzNav-Haiti tem autonomia, sendo o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) a Unidade que provê todo o apoio administrativo e logístico necessário para nosso funcionamento.

Na fase de preparação para a missão, nossas atividades foram intensas. As mudanças de efetivo aliadas ao intenso treinamento executado fizeram com que o tempo “encurtasse”. Somente em atividades externas ao Batalhão, o efetivo do contingente participou dos seguintes exercícios: Marambaia (AdestEquipe), Seropédica (combate urbano), Academia Militar das Agulhas Negras (entrada em compartimentos/combate urbano), Comunidade de Tavares Bastos (combate urbano), Pista de pneus do Batalhão Tonelero (tiro em compartimentos) e Itaoca (AdestBtlProt). Todos os militares também passaram pela pista de tiro de combate urbano (munição real) e pista de entrada em compartimentos (*paint ball*), ambas no Batalhão Paissandu. Por sua vez, visando às tarefas a serem executadas no Haiti, militares realizaram diversos cursos no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC).

Há de se destacar a excelente contribuição dada pelo CIASC e pela Escola de Operações de Paz, que muito ajudou na preparação do Contingente.

Foi chegando no Haiti que tive a certeza da excelente preparação dos Fuzileiros Navais. Diferenciados pela qualidade das praças, que possuem notável conhecimento técnico e larga experiência profissional, bem como pelos oficiais que, com a enorme carga de operações que participam em nossas Unidades, mostraram profundo conhecimento da missão e se destacaram em todas as atividades das quais participaram.

O GptOpFuzNav-Haiti 13º Contingente chegou ao Haiti com o Componente de Comando (CCmdo) com 15 militares, Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) com 72 e o Componente de Combate Terrestre (CCT) com 212, composto de 5 Pelotões de Fuzileiros Navais a 4 Grupos de Combate (GC), cada, e um Pelotão de Viatura Blin-

dada de Transporte de Pessoal (PelVBTP) Piranha.

O CCT foi organizado visando facilitar as turmas de *leave* e arejamento. Um pelotão e um GC do 5º PelFuzNav permaneciam descansando em sistema de rodízio. Para evitar sobrecarga em seu pessoal, o 5º Pelotão tinha o efetivo maior que os outros, ou seja, mesmo com a ausência de um de seus grupos, o efetivo para o cumprimento das tarefas era o mesmo dos demais pelotões. Com isso, o CCT operava todo o tempo com quatro PelFuzNav. Quando estava com efetivo completo, sem folgas, possuía cinco PelFuzNav.

Dada a grande quantidade de Sargentos, em todo o efetivo existiam apenas 98 CB/SD, pôde-se montar GC a 7 ou 8 militares. Cada um desses GC possuía, pelo menos, 2 Sargentos. Tal situação dava grande flexibilidade ao CCT, que podia utilizar a esquadra de tiro atuando isoladamente contando com militares experientes e sem medo de perda de liderança.

A missão

O rodízio foi realizado no período de 25 de julho a 19 de agosto, em 12 voos. A passagem de comando ocorreu após o nono voo, no dia 12 de agosto. Nesse período, aproveitando a experiência do 12º contingente, mantivemos o *modus operandi* visando à adaptação à Base, aos meios e, principalmente, ao ambiente operacional.

A Área de Operações do GptOpFuzNav-Haiti (figura 2) permaneceu a mesma durante todo período de atuação do 13º Contingente. Essa área agrega características diversas: a ilha de La Gonave, caracterizada por estradas de difícil tráfego e ambiente predominantemente rural; uma área de favela bastante grande em Cité Militarie; uma área industrial, SONAPI e adjacências, que no período das eleições concentrou vários pontos de interesse como gráfica e centro de tabulação de votos e demandou segurança por tropas da MINUSTAH; uma área onde tradicionalmente ocorrem manifestações de vulto, New Boulevard e Build 2004; e cinquenta e um (51) IDP. Ainda guarnecemos o Ponto Forte da Fábrica de Gelo com um PelFuzNav em revezamento diário.

Em virtude das características de nossa AOR (*Area of responsibility*), o Fuzileiro Naval no Haiti se depara com diferentes situações: serviço estático em guarda de insta-



Figura 2 – Área de Operações do GptOpFuzNav-Haiti 13º Contingente. Fonte: GptOpFuzNav-Haiti, 2010.



Figura 3 – Fuzileiro Naval controlando fila para ação de ajuda humanitária realizada por uma ONG. Fonte: GptOpFuzNav-Haiti, 2010.



Figura 4 – Fuzileiros Navais atuando com PNH e UNPol em operações de segurança dos meios, coordenação, condução de detidos. Fonte: GptOpFuzNav-Haiti, 2010.

lações; controle de distúrbios civis (CDC); patrulhamento em favelas; segurança de campos de desabrigados, entre outras.

Após a assunção de Comando, o BRABAT, a par da grande quantidade de ajudas humanitárias (figura 3) em andamento devido ao terremoto, realizou uma série de operações (figura 4) a nível Batalhão, em que o GptOpFuzNav participava de forma integral, com grandes efetivos. Essas operações, muitas vezes em conjunto com a UNPol (*United Nations Police*) e a Polícia Nacional do Haiti (PNH), visavam demonstração de força e saturação das áreas consideradas mais críticas. A maioria dessas operações foi desenvolvida em Cité Soleil, nas áreas das 1ª e 2ª Companhia de Fuzileiros (CiaFuz). Nessas operações, o GptOpFuzNav recebia tarefa específica para patrulhamento de uma área ou para realização de cerco.

No início de outubro, as previsões meteorológicas indicaram a passagem do furacão Tomas exatamente em cima de Porto Príncipe (figura 5). Foi necessária a realização de intensas atividades de preparação da Base para suportar o furacão. Apesar de já existir um plano para desastres naturais na Base, ao se aproximar a tormenta, foram verificados vários aspectos que não atendiam aos requisitos de segurança, como, por exemplo, a falta de âncoras



Figura 5 – Previsão do Furacão Tomas passar por Porto Príncipe.
Fonte: National Hurricane Center, 2010.

nos corimecs¹ e amarração dos telhados. Foi uma semana tensa e de muito trabalho, tanto na preparação da Base como no possível apoio à população atingida.

É importante ressaltar que o Governo Haitiano e a ONU avisavam as famílias para que abandonassem os campos de desabrigados e fossem procurar abrigos nas casas de amigos ou parentes. Tais pedidos, infelizmente, não puderam ser atendidos por muitos, devido absoluta falta de opções.

Felizmente, o furacão se desviou e poupou Porto Príncipe e sua sofrida população que, morando em barracas nos campos de desabrigados, seria vítima de outra catástrofe. A experiência vivida, que foge aos padrões do que estamos acostumados no Brasil, ficou como lição que procuramos traduzir no aprimoramento do plano de segurança orgânica e no plano de apoio em caso de catástrofes naturais.

Ainda em outubro, aproveitando os planejamentos dos contingentes anteriores, foi realizado um reconhecimento/ensaio para eleições na ilha de La Gonave. A dependência dos meios da ONU para o transporte de nossas viaturas e pessoal exigia coordenações intensas e era motivo de preocupação constante. Foi realizado um planejamento detalhado e encaminhado para a ONU, que ratificou.



Figura 6 – Foram utilizados vários meios para realizar os reconhecimentos e as eleições na ilha de La Gonave.
Fonte: GptOpFuzNav-Haiti, 2010.

1 Corimec é a empresa que construiu os alojamentos da tropa na BFNHARQ. São instalações pré-fabricadas fornecidas pela ONU.

A eleição em Porto Príncipe ocorreu sem sobressaltos, mas a ida para La Gonave (figura 6) foi bastante conturbada. Dois dias antes do embarque, a ONU avisou que não seria possível fornecer todas as viaturas solicitadas. O planejamento teve que ser reajustado e as restrições de meios começavam a ameaçar o cumprimento da missão.

Na hora do embarque, nova surpresa: a balsa apresentada para o transporte para a ilha era bem menor do que a solicitada! Seriam necessárias três viagens e só tínhamos tempo para uma. Foi uma madrugada reajustando o dispositivo. Na primeira vaga, foram embarcados os meios prioritários. Conseguimos um helicóptero para o transporte do pessoal. A segunda vaga saiu somente na noite seguinte, pois a travessia demorava cerca de 6 horas e ainda tinha o tempo de carregamento e descarga da balsa.

Essa adaptação foi possível graças à flexibilidade inerente às tropas de fuzileiros navais que, rapidamente, reajustaram o dispositivo devido ao conhecimento das fainas de carregamento de embarcações e de prioridades de desembarque típicas de uma operação anfíbia.

Essa faina foi alvo de repetidos elogios por parte do Estado-Maior do BRABAT-1 e pelo pessoal da ONU.

No que concerne às eleições presidenciais, após a divulgação da prévia do resultado do primeiro turno, houve, como nas eleições de 2006, violentos protestos por toda a cidade. Os partidários do candidato Martely não aceitavam que o seu candidato ficasse fora do segundo turno, como anunciado. O Sr. Martely ficou atrás do candidato do governo, Jude Celestin, com uma diferença de, aproximadamente, 12.000 votos, e os seus seguidores acusavam o governo de fraude.

Várias barricadas foram montadas por toda a cidade e as tropas e viaturas da ONU eram apedrejadas. Mais uma vez, a atuação dos fuzileiros navais foi destacada. Primeiramente, por já prever a possibilidade de manifestações, recolhemos os pneus dos locais críticos e avisamos, por escrito, aos donos de borracharia, que eles seriam responsabilizados caso os pneus de suas lojas fossem utilizado para serem queimados em protestos. Tais medidas surtiram efeito e tivemos, em nossas áreas, um índice muito menor de barricadas do que nas demais áreas.

As VBTP Piranha mostraram sua utilidade e eficiência para esse tipo de situação. Elas foram intensamente utilizadas com sucesso para superar todo tipo de obstáculo lançado pelos manifestantes. Por fim, apesar de ter tido diversos enfrentamentos com manifestações violentas, os Fuzileiros Navais souberam utilizar com maestria a proteção blindada e os armamentos não letais disponíveis. Como maior exemplo, enquanto outras Unidades esgotaram seu estoque de munição não letal, nosso consumo foi mínimo. Esse baixo consumo se deve a forma ponderada, eficaz e profissional na utilização do armamento e não em uma suposta menor quantidade de enfrentamentos.

Em meio às manifestações, a cidade parou. Também parou o aeroporto, para desespero dos militares que sairiam de *leave* e tinham suas passagens compradas. Mais uma vez, o GptOpFuzNav-Haiti foi referência. Em uma manhã, contatamos o agente de turismo e, em manobra atípica, conseguimos transferir os voos que sairiam de Porto Príncipe para saírem de Santo Domingo. Preciséva-

mos levar pessoal para fronteira, mas a estrada estava fechada. Rapidamente, embarcados nos caminhões, escoltamos com os Piranhas todos até a fronteira. O trajeto foi realizado com emoção: pedras, pneus queimando, contêineres fechando a estrada não foram impeditivos para nossa passagem. Alguns militares do BRABAT-1, BRABAT-2 e Engenharia pegaram carona na primeira vaga!

Após o sucesso da faina, as demais Unidades começaram a seguir nosso exemplo e, mais uma vez, fomos alvo de efusivos elogios e agradecimentos.

Sujos das fulgens das barricadas, todos ficaram extremamente felizes em poder gozar o merecido descanso. Essa faina foi extremamente valiosa para o moral da tropa, pois indicou a preocupação do Comando com o bem-estar e, principalmente, a capacidade do Fuzileiro Naval em superar obstáculos.

Paralelamente a todas as atividades, o GptOpFuzNav-Haiti implementou o NOU TOUT ANSAN (figura 7) com sucesso. O NOU TOUT ANSAN é uma nova forma de realizar as Ações Cívicas Sociais, ACiSo, e nasceu de uma ideia do Cel Lundgren, Comandante do BRABAT-1, que visualizava a ACiSo sendo conduzida com o esforço da população beneficiada. A ideia é, ao invés de dar o peixe, ensinar a pescar.

Para implantar o novo conceito foi necessário um intenso trabalho da Seção de Assuntos Cívicos com os líderes comunitários. Realizavam-se reuniões prévias para formar as equipes e treiná-las. Durante a execução da operação, todos os trabalhos eram realizados por haitianos e nosso pessoal ficava apenas na supervisão, orientação.

Existia a equipe de limpeza, a qual preparava o ambiente e o mantia impecável após o evento. Os barbeiros, animadores, o pessoal que distribuía água e alimentos, a equipe de controle dos haitianos e as enfermeiras que ensinavam noções de higiene na lavagem de mãos e escovação de dentes, todos recrutados da comunidade beneficiada. Eram cerca de 50 haitianos trabalhando em cada ACiSo e como recompensa recebiam uma cesta básica.

A forma como o GptOpFuzNav-Haiti conseguiu montar o evento serviu como exemplo para as demais Subunidades do BRABAT-1 e referência para a MINUSTAH. O modelo foi enviado para servir como referência na preparação da tropa do Exército Brasileiro.



Figura 7 – Barbeiro haitiano trabalhando em ACiSo realizada pelo GptOpFuzNav-Haiti.
Fonte: GptOpFuzNav-Haiti, 2010.

A cólera, doença que assolava o país, até a saída do 13º Contingente, já tinha atingido cerca de 180.000 pessoas, matando cerca de 4.000. A doença, que encontrou ambiente propício para sua disseminação na falta de condições sanitárias do país, teve como reforço as precárias condições dos campos de desabrigados. Fomos envolvidos, primeiramente, na nossa autoproteção com a intensificação das medidas de higiene, depois pelo apoio na segurança de hospitais e divulgação de procedimentos para a população.

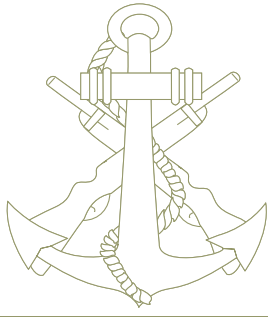
Conclusão

O terremoto alterou, significativamente, o ambiente e atrasou a estabilização em curso, em que o 13º Contingente, apesar de encontrar um país pacificado, atuou intensamente. A instabilidade político-social, que ocorreu após as eleições, comprovam que ainda é necessária a presença de tropas da ONU para a manutenção do ambiente seguro e estável. Os Fuzileiros Navais mostraram-se muito bem preparados e equipados e, com sua rede logística própria, demonstraram sua flexibilidade ao executar diferentes tarefas.

Mais uma vez cumpriram com honra, competência e determinação a missão recebida, mantendo no mais alto patamar o nome dos Fuzileiros Navais. ADSUMUS!

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NATIONAL HURRICANE CENTER: national weather service. Disponível em: <<http://www.nhc.noaa.gov/>>. Acesso em: 31 out. 2010.



Ativação da Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear de ARAMAR

Em decorrência de a Estratégia Nacional de Defesa (END) priorizar o desenvolvimento de submarinos com propulsão nuclear, as atividades ligadas à vertente nuclear têm sido muito valorizadas no âmbito da Marinha do Brasil (MB), bem como no meio científico e tecnológico nacional.

Tal fato é verificado no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), com o emprego da tecnologia nuclear, o que tem impulsionado o incremento da proteção de conhecimentos críticos, de áreas e instalações, além da prevenção de resposta imediata a eventuais acidentes.

Nesse sentido, o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) previu, no Projeto Individualizado 2.2.8, a criação de uma Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear no Centro Experimental ARAMAR (CEA).

No intuito de materializar a citada meta, o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, por meio de um Grupo de Trabalho (GT), realizou, no ano de 2010, um estudo para avaliar as necessidades de material e de organização, dimensionamento e capacitação de recursos humanos para possibilitar a criação da Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear de ARAMAR (CiaDefQBN-ARAMAR).

Com base nesse metucioso trabalho, que foi submetido à apreciação do Estado-Maior da Armada, o Comandante da Marinha, por meio da Portaria Nº 352 de 17SET2010, resolveu criar, dentro da estrutura orgânica do Comando da Marinha, a CiaDefQBN-ARAMAR. Organização Militar (OM) com semiautonomia administrativa, sob o Comando de um Capitão de Fragata (FN), subordinada ao Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), com sede no Município de Iperó, Estado de São Paulo, com o propósito de prover a segurança física das instalações e de executar ações de controle e combate a emergências de natureza química, biológica e nuclear, potenciais ou reais, na área do CEA.

A implantação da CiaDefQBN-ARAMAR está prevista de ser efetivada de modo progressivo, conforme as disponibilidades orçamentárias e de Próprio Nacional Residencial (PNR), para o comando e tripulação.

Durante a fase de implantação, foi criado, em 10FEV2011, o Núcleo da Companhia de Defesa Química,



Figura 01 – Cerimônia de Implantação do Núcleo da Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear de ARAMAR.
Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.



Figura 02 – Núcleo da Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear de ARAMAR.
Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.



Figura 03 - Primeiro cerimonial à bandeira realizado na CiaDefQBN-ARAMAR, durante a cerimônia de Mostra de Ativação.
Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.



Figura 04 - Descerramento da placa alusiva à criação da CiaDefQBN-ARAMAR, com as presenças do Alte Esq Arthur Pires Ramos (Diretor-Geral do Material da Marinha), Alte Esq (FN) Marco Antonio Corrêa Guimarães (Comandante-Geral do CFN), VAlte (EN) Carlos Passos Bezerril (Diretor do CTMSP) e CF (FN) Manoel Luiz Ferreira Romualdo (Comandante da CiaDefQBN-ARAMAR).
Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.

Biológica e Nuclear de ARAMAR (NCiaDefQBN-ARAMAR), ao qual coube preparar o pessoal, supervisionar e fiscalizar a prontificação das futuras instalações e promover os estudos relativos à elaboração dos projetos da Organização de Combate (OC) e Organização Administrativa (OA) da CiaDefQBN-ARAMAR.

O citado Núcleo teve as suas atividades e organização estruturadas por uma OA provisória, aprovada pelo Diretor-Geral do Material da Marinha, por meio da Portaria nº 76 de 08FEV2011, tendo sido automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia de Mostra de Ativação da CiaDefQBN-ARAMAR, que ocorreu em 29ABR2011, às 10h, com as presenças do Diretor-Geral de Material da Marinha, Almirante de Esquadra Arthur Pires Ramos, do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante de Esquadra (FN) Marco Antonio Corrêa Guimarães, do Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, Vice-Almirante (EN) Carlos Passos Bezerril, e de outras au-

toridades civis e militares.

Para cumprir as tarefas previstas, a CiaDefQBN-ARAMAR está estruturada com um Estado-Maior, um Pelotão de Comando e Apoio (PelCmndoAp), um Pelotão de Operações (PelOp), um Pelotão de Reconhecimento e Identificação Química, Biológica e Nuclear (PelReconIdtQBN) e um Pelotão de Descontaminação Química, Biológica e Nuclear (PelDesconQBN). O efetivo, previsto na Tabela de Lotação (TL) da OM, é de 07 Oficiais e 203 Praças.

A seguir são apresentadas as atividades previstas para os pelotões componentes da CiaDefQBN-ARAMAR:

- PelCmndoAp: presta o apoio nas áreas de Serviços Gerais, Saúde, Transporte e Comunicações;
- PelOp: possui a responsabilidade pelo adestramento e manutenção da higidez física dos cães de guerra, para emprego nas atividades de segurança; pela realização de escoltas de materiais comuns e sensíveis; e pelo isolamento de áreas e instalações quando do acionamento do Plano de Emergência Local do CEA;
- PelReconIdtQBN: tem como tarefas localizar e balizar áreas contaminadas por agentes Químico, Biológicos e Nucleares (QBN) e locais próprios para a instalação do Posto de Descontaminação; guiar pessoal por itinerários não afetados ou, pelo menos, pouco afetados pelos agentes QBN até os locais de descontaminação, de acordo com a situação; detectar se houve a utilização de algum agente QBN como arma de guerra; e identificar o tipo de agente QBN utilizado; e
- PelDesconQBN: compete realizar a descontaminação de pessoal, de material e de área.

Atualmente, a OM está com 50% do efetivo de sua TL, com previsão de recompletamento, assim que existam PNR disponíveis na região para o recebimento dos militares FN, conforme previsto na sua Portaria de criação.

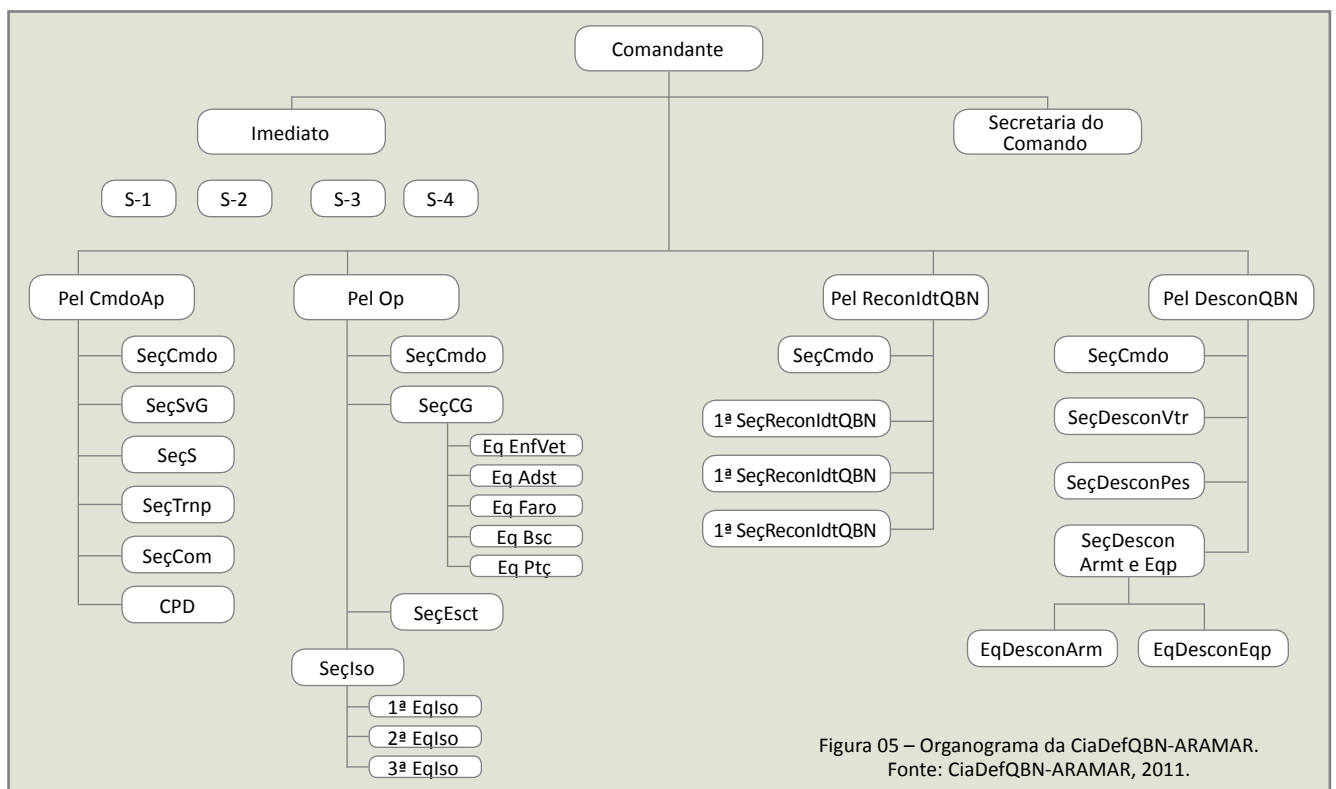





Figura 05 – Organograma da CiaDefQBN-ARAMAR.
Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.

Em relação ao material, o Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN) encontra-se empenhado em dotar a OM com viaturas, armamentos, material de Controle de Distúrbios Cíveis (CDC), equipagens do símbolo de jurisdição "O" e equipamentos de comunicação.

No tocante à aquisição dos meios de defesa QBN, necessários às atividades previstas, o CMatFN iniciou, em 2010, o processo de compra de alguns desses itens no exterior, com previsão de entrega no primeiro semestre deste ano. Dentre esses materiais, destacam-se os apresentados a seguir:

a) Equipamentos de proteção individual

DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	IMAGEM
Equipamento de proteção respiratória com cilindro de carbono.	
Roupa de proteção química nível B em material laminado.	
Roupa de proteção contra pó Tyvek (macacão branco).	
Roupa de proteção química Tyvek QC (macacão amarelo).	
Roupa de carvão ativado para proteção química.	
Sobrebota butílica (par).	
Máscara contra gases FM 12 (Stanag 4155 NATO).	
Luva nitrílica (par).	

Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.

b) Equipamentos de detecção e monitoração

DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	IMAGEM
<i>Detection responder</i> RCI (<i>Raman chemical identifier</i>). Equipamento de Resposta de Detecção para Agentes Químicos.	
<i>Detector Chemical Agent Monitor</i> (CAM-2) para agentes químicos.	
<i>Detector Chempro</i> (CP100) para agentes químicos com módulo para detecção de agentes biológicos e radiológicos.	
Kit com acessórios básicos e módulos para detecção biológica.	
Detector M-90-D1-C para agentes químicos	

Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.

c) Equipamentos de descontaminação

DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	IMAGEM
Tenda pneumática inflável para descontaminação de pessoal.	
Tenda pneumática inflável para descontaminação de material.	
Baia para descontaminação de viaturas.	
RI/NBCR – reboque de preparação rápida para desinfecção e desintoxicação QBRN.	
SANIJET C.921 – Equipamento que realiza a mistura do agente descontaminante com a água.	
SANIJETGUN – Equipamento conectado ao SANIJET C.921, com a finalidade de aplicar a mistura do agente descontaminante com a água.	

Fonte: CiaDefQBN-ARAMAR, 2011.

Conforme previsto no PAEMB, a ativação da CiaDefQBN-ARAMAR materializa um projeto da MB e do CFN de reforçar a segurança das instalações sensíveis do CEA com um poder de combate compatível às ameaças QBN potenciais ou reais existentes. **CiaDefQBN-ARAMAR: Prevenção, Detecção e Combate ao inimigo invisível.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

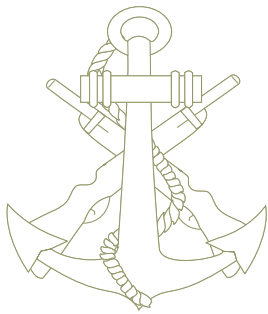
BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Ofício 316/CGCFN, de 09 de junho de 2010. Rio de Janeiro, 2010a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB). Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Portaria 352/MB, de 17 setembro de 2010. Cria a Companhia de defesa química, biológica e nuclear as ARAMAR e dá outras providências. [S.l.], 2010b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Portaria 76/DGMM, de 08 de fevereiro de 2011. Aprova a organização administrativa provisória do núcleo da Companhia de defesa química, biológica e nuclear de ARAMAR. [S.l.], 2011b.



A Operação da ONU na Costa do Marfim - ONUCI

A Costa do Marfim está localizada na porção oeste da costa africana, na faixa continental mais conhecida como África Subsaariana. Faz fronteira ao norte com Burkina Faso e Mali; a oeste, com a Guiné e com a Libéria; a leste, com Gana e; ao sul, o país é banhado pelo Oceano Atlântico, ocupando, assim, a porção central do Golfo da Guiné. Possui ainda uma extensão territorial de 322.460 km², o que lhe proporciona uma dimensão equivalente à área do Estado do Maranhão.

Com uma população de aproximadamente 21,5 milhões de habitantes, o seu povo está dividido em 65 diferentes grupos étnicos e, apesar do país ter adotado oficialmente o idioma francês, cada etnia preserva seus costumes e tradições, inclusive, o dialeto local. Possui ainda uma expressiva quantidade de grupos imigrantes, oriundos dos países vizinhos, tais como: os Burkinabé, de Burkina-Faso; os Malinké, provenientes de Mali; e uma significativa quantidade de liberianos, entre outros.

Segundo relatório da ONU, o país apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,397, ficando na 149ª posição entre os 169 países avaliados por esse organismo internacional. Essa classificação deixa a Costa do Marfim atrás, até mesmo, do Haiti que, apesar de ser um dos países mais pobres do mundo e de ter sido profundamente afetado por um violento terremoto em janeiro de 2010, obteve um IDH de 0,404, situando-se na 145ª colocação no ranking mundial.

O Senhor Félix Houphouët-Boigny foi o primeiro presidente, o que lhe rendeu o título de “pai” da Costa do Marfim. Após a independência, a ex-colônia francesa experimentou um longo período de progresso econômico e pouca liberdade. Após a morte de Houphouët-Boigny, em 1993, Henri Konan Bédié assume a presidência e o país passa a viver uma radical mudança no seu cenário político e econômico. Ao contrário do seu antecessor, Bédié realizou um governo marcado pela adoção de critérios políticos excludentes, com grande ênfase na distinção de etnias. Para afastar o seu principal opositor político naquela época, o nortista Alassane Ouattara, da possibilidade de vencer as eleições presidenciais, Konan Bédié passou a enfatizar em seus discursos e atos de governo o conceito da marfinidade. Segundo o critério da marfinidade, só seria considerado cidadão marfinês e, portanto, com direito a votar e ser votado, aquele que possuísse pai e mãe marfineses, o que, segundo Bédié e seus seguidores, não era o caso de Ouattara. Segundo critérios duvidosos, os grupos étnicos foram separados em duas grandes divisões: as etnias originalmente marfinenses, preponderantes no centro-sul do país, e aquelas de procedência estrangeira, constituídas, em sua maioria, por habitantes do norte da Costa do Marfim.

As políticas discriminatórias fizeram com que, em 19 de setembro de 2002, grupos armados de etnias consideradas não marfinenses, autodenominados *Forces Nouvelles* (Novas Forças), atacassem, simultaneamente, diversas cidades do país, inclusive sua capital econômica, Abidjan, iniciando, assim, uma guerra civil que durou cerca de cinco anos e deixou milhares de mortos, sendo grande parte deles civis não combatentes. O conflito envolveu o exército regular marfinês, os grupos rebeldes, um destacamento do exército francês, a *Force LICORNE*, cuja finalidade era garantir a segurança dos cidadãos franceses residentes no país; as tropas da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO, que, posteriormente, foram substituídas pela força de paz da ONU, e as milícias de mercenários contratados pelo Presidente Laurent Gbagbo, formadas por ex-militares do exército da Libéria e pilotos da Bielorrússia.

Em uma tentativa de pacificar o país e garantir a efetividade dos acordos de paz firmados entre as partes, o Conselho de Segurança da ONU emitiu, em 27 de Fevereiro de 2004, a Resolução 1528, por meio da qual decide estabelecer a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (*Opération des Nations Unies en Côte D'Ivoire* – ONUCI).

Segundo dados de novembro de 2010, a ONUCI conta com um efetivo de 7.576 militares atuando como contingente, 193 observadores militares, 1.336 policiais, 383 funcionários civis estrangeiros, 738 funcionários civis marfineses e 267 voluntários. Todos eles distribuídos pelas 22 bases espalhadas pelo país. Conta ainda com uma estrutura complexa que visa atuar nos campos político, militar, de direitos humanos e de promoção social. Estruturada como uma missão multidimensional, a ONUCI possui um largo espectro de atuação, que vai desde a desmobilização e reintegração de combatentes até a promoção dos direitos humanos, passando, inclusive, por questões como prevenção da AIDS/SIDA, a proteção da mulher contra o abuso sexual e a violência doméstica, o combate ao trabalho infantil, entre outras.

Para melhor coordenação de suas ações, a ONUCI dividiu a Costa do Marfim em três setores administrativos: Setor Abidjan, onde está localizado o Quartel General da operação; Setor Oeste, com sede na cidade de Daloa; e Setor Leste, com sede na capital das Forces Nouvelles, Bouaké. Assim, a ONUCI busca coordenar, setorialmente e de forma imparcial, os esforços de paz realizados na parte norte, controlada pela Force Nouvelle e na parte sul do país, controlada pelas Forças Armadas da Costa do Marfim - FANCI, a *Gendarmerie*, que é uma espécie de Guarda Nacional e a Polícia Nacional, que são as forças regulares marfinenses.

Durante esses seis anos em que está atuando no país,



Figura 1: Organograma da ONUCI.
Fonte: O autor, 2011.

o mandato da ONUCI já sofreu diversas mudanças no intuito de adaptar-se às alterações na situação política e militar da Costa do Marfim. Sua mais recente versão é fruto da Resolução 1739, emitida pelo Conselho de Segurança, em 10 de Janeiro de 2007, na qual constam, como principais tarefas da operação: o dever de estabelecer a ligação com as partes envolvidas no conflito, com o intuito de construir uma relação de confiança com ambos os contendores; a monitoração do movimento de grupos armados, bem como as possíveis ofensas que esses possam infringir ao acordo de cessar-fogo (Acordo de Ouagadougou). A ONUCI também deve auxiliar as autoridades locais a fiscalizar as áreas de fronteira, principalmente com a Libéria, de modo a monitorar o fluxo de refugiados e a entrada de mercenários no país, além de monitorar as restrições impostas às partes no que diz respeito ao embargo para a aquisição de armas e munições. Outra imposição do mandato é o dever por parte da ONUCI de implementar programas de promoção dos direitos humanos, bem como o diálogo com autoridades locais no sentido de reforçar a importância de uma política nacional de valorização desses direitos, principalmente no que diz respeito às questões envolvendo a proteção das mulheres e das crianças.

O Brasil contribui com a ONUCI enviando anualmente três Oficiais de estado-maior, um de cada força armada, e quatro observadores militares, sendo um da MB e três do Exército Brasileiro. Os oficiais de estado-maior e um dos observadores militares estão lotados no quartel-general, em Abidjan, os outros observadores brasileiros estão lotados em bases no interior do país.

A ONUCI não emprega tradutores locais para auxiliarem na condução das atividades junto à população, logo, o conhecimento do idioma francês é de vital importância para quem se habilita a ser observador militar na Costa do

Marfim. Logo na chegada, o observador militar deve comparecer à seção de treinamento; lá, recebe uma espécie de apostila com algumas frases usuais no idioma francês e suas respectivas traduções para o inglês. Após uma semana, o observador deverá retornar à seção de treinamento para ser aferido quanto ao seu conhecimento do idioma francês. Os Oficiais de estado-maior não necessitam passar por esta aferição, uma vez que suas funções não exigem o desempenho de tarefas junto à população marfinense.

Por força de acordos internacionais ratificados pelas partes, a ONUCI homologou o resultado das eleições de novembro de 2010, em que o candidato do norte, Alassane Ouattara, sagrou-se o vencedor com 54,1% dos votos válidos, contra os 45,9% dos votos recebidos

pelo Presidente Laurent Gbagbo. Isso colocou a ONU em uma posição de apoio a uma das partes, ou seja, a ONUCI perdeu a imparcialidade e a neutralidade, características vitais das missões de construção da paz. Adotando essa posição, as forças ditas governamentais, ou pró-Gbagbo, passaram a enxergar a ONUCI como inimiga dos seus interesses, o que gerou a promoção de atos de violência contra o patrimônio e contra os agentes da ONU no país.

Sitios em seu quartel general, em Abidjan, e em outras bases do sul do país, somente a parcela militar armada conseguia desempenhar seu trabalho, ainda assim, com muitas restrições. Todos os funcionários civis da missão foram evacuados para Gâmbia em dezembro de 2010. Na Costa do Marfim, permaneceram apenas os militares, inclusive os observadores, e civis que participaram diretamente da tentativa de encontrar uma saída diplomática para o impasse que viviam por ocasião do retorno da crise. Os chefes das seções essenciais também foram mantidos em Abidjan, apenas para prover um mínimo de funcionalidade administrativa à missão.

Financiado pela exportação do cacau e com o apoio da maioria da força militar e policial do país, durante cinco



Figura 2: Quartel General da ONUCI.
Fonte: O autor, 2011.

meses, Laurent Gbagbo se recusou a entregar a presidência ao candidato vencedor das eleições. Porém, em abril deste ano, uma operação conjunta entre a força francesa LICORNE e as forças da ONUCI conseguiu aprisioná-lo e restituir a ordem ao país, entregando, dessa forma, o poder ao presidente eleito Alassane Ouattara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

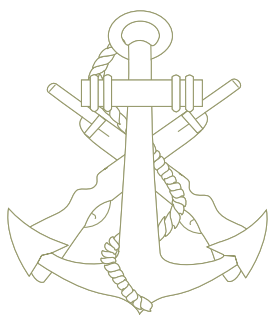
CÔTE D'IVOIRE. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

CHANNEL 06 NEWS. UN deplores use of force against demonstrators in Côte d'Ivoire, publicado em 22 fev 2011. Disponível em: <<http://channel6newsonline.com>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

IVORIAN CIVIL WAR. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. Relatório da ONU Sobre Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

OPERACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS EN CÔTE D'IVOIRE CÔTE D'IVOIRE – ONUCI. Hechos y cifras. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/unoci/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.



CC(FN) Marcio Pragana Patriota
pragana@cmfn.mar.mil.br

Nacionalização *versus* Estado da Arte

Em 19 de março de 2011, a mídia internacional noticiou a intervenção militar na Líbia, respaldada pela Resolução 1973/11 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), por meio da qual os Estados Unidos da América (EUA), França e Inglaterra, dentre outros países, iniciavam o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre território líbio, a fim de proteger a população civil daquele país. Segundo a mídia, o primeiro passo das forças da ONU teria sido o lançamento de 110 mísseis Tomahawk, com o intuito de neutralizar, pelo menos, 20 alvos selecionados dentre o sistema de defesa antiaéreo da Líbia. No dia seguinte, noticiava-se o sucesso e a continuidade das operações.

A Resolução 1973/11 da ONU foi assinada em 17 de março de 2011. Portanto, no período de dois dias, os meios militares de países membros dessa organização iniciaram suas ações. Certamente, o planejamento das mesmas foi iniciado antes de 17 de março, mas nada poderia ter sido levado adiante se esses países não possuíssem meios prontos para uso e com tecnologia adequada para fazer frente às forças líbias. Como se pôde constatar, por

meio da internet e dos jornais, alguns desses países, ou a maioria deles, utilizaram meios produzidos pelas suas próprias indústrias nacionais, e no estado da arte, ou seja, com tecnologia de ponta.

Sendo membro das Nações Unidas e pleiteando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, teria o Brasil a capacidade de atender a uma resolução como a acima mencionada? Certamente, nossa realidade é muito diferente daquela existente nos EUA ou na Inglaterra. Somos um país pacífico em que, muitas vezes, a população não possui a exata noção do quanto é importante manter suas forças armadas adequadamente preparadas. Além disso, o fantasma dos cortes orçamentários ronda, de forma insistente, os cofres federais, refletindo, de forma comprometedor, na verba destinada aos investimentos em tecnologia ou aquisição de modernos meios militares.

Em meio a isso, a Marinha do Brasil (MB), conforme previsto na Estratégia Nacional de Defesa, deverá possuir meios de Fuzileiros Navais em permanente condição de pronto emprego, a fim de assegurar sua capacidade de projeção de poder.



Figura 1 - A utilização de modernos meios militares permitiu a pronta resposta pela ONU.
Fonte: TIM, 2011.



Figura 2 – Obuseiro 155mm em uso pelo CFN: capacidade adequada de prover apoio de fogo aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais do século XXI?
Fonte: Mundo da Defesa Militar, 2011.

Para atingir o ideal descrito no parágrafo anterior, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) deve possuir todos os meios necessários (viaturas, armamentos, equipagens, etc), sejam esses meios adquiridos no exterior ou produzidos no Brasil, havendo quem defenda uma ou outra alternativa. O debate entre adquirir um meio no estado da arte fora do Brasil ou nacionalizar a produção desse meio divide as opiniões e pode levar a um considerável prejuízo na prontificação das Forças.

A nacionalização de meios permitiria fornecer os meios adequados às Forças Armadas sem depender de tecnologias ou condicionantes estrangeiras, favorecendo a produção em quantidade favorável ao país, gerando empregos e, possivelmente, permitindo que as indústrias nacionais disputassem vagas no mercado internacional. Além disso, a disponibilidade de sobressalentes estaria condicionada à existência do meio nas fileiras militares, já que compras periódicas pelas Forças Armadas estimulariam a indústria a manter sua produção. Entretanto, a produção de um meio militar depende de considerável investimento em pesquisas tecnológicas e estabelecimento de indústrias próprias, além do tempo consumido nessas pesquisas e na operacionalização do meio. Por sua vez, as indústrias bélicas só se tornam viáveis caso consigam manter um fluxo de vendas, correndo o risco de fecharem suas portas se isso não ocorrer, a exemplo do que aconteceu com a ENGESA, indústria que desenvolveu o carro de combate EE-T1 Osório, um carro de combate brasileiro no estado da arte na década de 80. Seria a nacionalização de meios uma solução para o CFN?

Já a aquisição de meios no estado da arte permite, em espaço de tempo relativamente curto, manter a Força com meios adequados para a permanente condição de pronto emprego. Nessa linha de pensamento, ao invés de alocar verbas para pesquisa e desenvolvimento de meios nacionais, buscar-se-ia o que há de melhor no mercado internacional e, dentro das possibilidades, a compra dos meios seria executada junto a empresas de outros países. Entretanto, os aspectos negativos desse tipo de compra são a dependência externa, a não colaboração com a indústria nacional, a não geração de empregos, o risco de que o meio saia de linha (o que encerra a possibilidade de adquirir novas peças sobressalentes) e as condicionantes políticas. Como exemplo desse tipo de condicionante, basta lembrar os caças F-14 vendidos pelos EUA ao Irã antes da Revolução Islâmica naquele país. Após Aiatolá Khomeini assumir o poder iraniano em 1979, os EUA se recusaram a fornecer sobressalentes para essas aeronaves, dificultando sobremaneira sua utilização. Além disso, o material estrangeiro, via de regra, já é oferecido com determinadas características técnicas que nem sempre são as ideais para nossa realidade.

Há uma terceira linha de pensamento que permite mesclar as duas formas já descritas. Em um primeiro momento, o meio é obtido junto a empresas estrangeiras, em quantidade



Figura 3 – Carro de Combate EE-T1 Osório, expoente da tecnologia bélica brasileira na década de 1980. Fonte: Forças Terrestres, 2011.

reduzida, para testes. Após a obtenção, esse meio passaria por estudos visando entender, aprender como tal equipamento funciona e como foi produzido, obviamente desde que não seja ferido nenhum aspecto legal. Em um terceiro passo, após obter uma noção aprofundada sobre o funcionamento do meio e sua produção, um novo projeto seria elaborado, visando aperfeiçoar o meio obtido no estrangeiro, a fim de produzir, em indústrias nacionais, um novo meio, aperfeiçoado. Apesar disso, também há aspectos negativos nessa forma de produção, destacando-se os aspectos legais, a necessidade de orçamento para pesquisas tecnológicas e testes de material, o tempo despendido no desenvolvimento e operacionalização do meio e a incógnita sobre vendas futuras da empresa que produzir esse meio.

Dentre o exposto, qual seria a melhor maneira da MB manter o CFN com suas Unidades equipadas, visando a permanente condição de pronto emprego? Por exemplo, ao se refletir sobre a substituição de um calibre de artilharia, ou sobre a substituição de uma viatura ou de um radar de vigilância, vale mais aguardar um desenvolvimento nacional, com todos os riscos inerentes ao comprometimento da permanente condição de pronto emprego, ou obter os meios em indústrias estrangeiras, com todas as condicionantes já descritas? Nacionalizar ou adquirir um meio no estado da arte?



Figura 4 – Sistema ASTROS II, desenvolvido e produzido pela indústria nacional. Fonte: Avibras, 2011.

A resposta, que fica a critério dos leitores, certamente não será unânime. Entretanto, preparar os meios bélicos em tempo de paz não é assunto novo, com riscos ao comprometimento da própria soberania nacional. Cabe aos escalões competentes estudar seriamente a questão, decidir sobre o futuro e lutar pelos recursos necessários a fim de manter as Forças Armadas prontas para fazer frente aos desafios que virão. Não houve, até hoje, nenhuma grande nação que não se respaldasse em Forças Armadas bem equipadas, adestradas e, conseqüentemente, respeitadas. Somos donos de grande quantidade de recursos naturais. A exploração do petróleo da camada do pré-sal promete consideráveis retornos financeiros e oportunidades econômicas. Logo, as Forças Armadas, e particularmente o CFN, devem estar à altura de seu compromisso com o Brasil. Afinal, somos ou não somos o país do futuro?

Nota: Sugestões sobre o tema proposto poderão ser encaminhadas ao Centro de Estudos do CFN para apreciação. Caixa postal: ancorasefuzis@gmail.com.

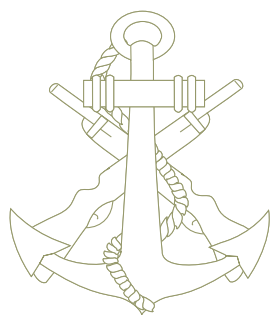
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVIBRAS. Disponível em: <<http://www.avibras.com.br>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

FORÇAS TERRESTRES. EE-T1 Osório – segunda parte. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/tag/osorio/>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

MUNDO DA DEFESA MILITAR. Disponível em: <<http://altocomandomilitar.blogspot.com/2010/09/obuseiro-de-105mm-e-155mm.html>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

TIM: autenticamente diferente. Rússia lamenta intervenção estrangeira na Líbia. Disponível em: <<http://www.tim.co.mz/por/Noticias/Internacional/Russia-lamenta-intervencao-estrangeira-na-Libia>>. Acesso em: 27 abr. 2011.



CC (FN) Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni
simioni@ciasc.mar.mil.br

O Centro de Lições Aprendidas do USMC: um modelo a ser seguido pelo CFN?



O *MARINE CORPS CENTER FOR LESSONS LEARNED* (Centro de Lições Aprendidas) foi formalmente criado em julho de 2004, estando suas instalações localizadas em Quântico, Estado da Virgínia, Estados Unidos da América.

O presente artigo tem o propósito de apresentar a estrutura, organização e os procedimentos empregados pelo Centro de Lições Aprendidas do *United States Marine Corps* (USMC) no planejamento e execução do processo de Coleta, Análise e Publicação de uma Lição Aprendida. Não obstante, apresentar-se-á uma proposta de alteração da atual organização do Departamento de Pesquisa e Lições Aprendidas do Centro de Estudos do Corpo de Fuzileiros Navais, de forma a torná-lo mais eficiente e eficaz na produção e disseminação de Lições Aprendidas no âmbito do CFN¹.

Missão do Centro de Lições Aprendidas do USMC (MCCLL)

Coletar e analisar as informações sobre “lições aprendidas” de forma a produzir, publicar e disseminar os relatórios e recomendações para apoiar o *United States Marine Corps* (USMC) em todos os níveis (Alto Comando, Unidades ou individualmente).

Características

O MCCLL tem seu foco na Tática, Técnicas e Procedimentos (TTP) de importância imediata para as Forças Operativas. Ademais, o Centro tem ainda como propósito identificar os “claros” e/ou apresentar propostas na atualização da doutrina e nas próprias TTP em vigor, levando-se em consideração os seguintes pilares do desenvolvimento de combate, de acordo com a doutrina do USMC: Doutrina, Organização, Treinamento, Material, Liderança e Educação, Pessoal e Instalações (DOTMLPF).

Considera-se como premissa que o processo de coleta de Lições Aprendidas não deve ter, em hipótese alguma, o caráter de inspeção, avaliação ou corresponder a Lista de Verificação de Desempenho das Unidades.

O USMC considera que qualquer indicação de que o processo de coleta possa ser utilizado para avaliar o desempenho de Unidades, militares ou equipamentos poderá comprometer toda a iniciativa de aperfeiçoamento operacional, pois o sucesso de um sistema de lições aprendidas eficiente baseia-se na transparência (verdade) em todo o ciclo do processo para obtenção das informações e dos resultados atingidos.

¹ Parte das informações contidas neste artigo foram prestadas pelo CF (FN) Guimarães, oficial de ligação do CFN no USMC.

Estrutura Organizacional

O MCCLL é subordinado ao *Training and Education Command* (TE-COM) e possui, em sua organização administrativa, três (03) elementos subordinados: Seção de Comando (administração e segurança); Divisão de Tecnologia da Informação; e Divisão de Operações. Para o cumprimento de suas atribuições, o MCCLL conta, atualmente, com 59 integrantes, sendo 04 Militares da Ativa; 09 Militares da Reserva; 06 Funcionários do Governo; e 40 Funcionários Contratados.

O organograma acima apresenta a estrutura organizacional e o efetivo do MCCLL em 2010.

Este artigo apresentará somente as tarefas da Divisão de Operações do MCCLL, em função da relevância desta Divisão para a proposta de aperfeiçoamento do atual Departamento de Lições Aprendidas do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

A Divisão de Operações é responsável por desenvolver todas as atividades relacionadas ao Planejamento e Execução do Sistema de Lições Aprendidas no USMC. Possui três (03) Seções subordinadas: Seção de Coleta e Análise; Seção de Integração; e a Seção de Gerenciamento de Dados e Publicações.

A Seção de Coleta e Análise é responsável por desenvolver e executar o Plano Anual de Coleta de Lições Aprendidas no USMC. Atualmente, o MCCLL tem como meta anual desenvolver entre 20 e 30 Coletas de Lições Aprendidas. Em similitude com a estrutura organizacional do CFN, essa seção divide seu campo de trabalho, de acordo com os Componentes funcionais de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav): Componente de Comando (CteC); Componente de Combate Terrestre (CCT); Componente de Combate Aéreo (CteCA) e Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC). Para o cumprimento de suas atividades de campo, a Seção emprega de 2 a 4 militares/civis na realização das entrevistas e pesquisas, podendo ser realizadas durante os adestramentos no campo ou na Unidade, bem como durante missões em curso.

A Seção de Integração é responsável por coordenar e facilitar os trabalhos realizados pelos Oficiais de Ligação de Lições Aprendidas, distribuídos nas Unidades Operativas e em outras OM de interesse no USMC. No Afeganistão, o MCCLL possui um Oficial de Ligação de Lições Aprendidas permanentemente em cada Comando de Componente da MAGTF.

A Seção de Gerenciamento de Dados e Publicações é responsável pela publicação dos Periódicos do MCCLL, administração do banco de dados de lições aprendidas e gerenciamento da lista de assinantes. O Centro produz publicações Ostensivas e Sigilosas, bem como classifica seus

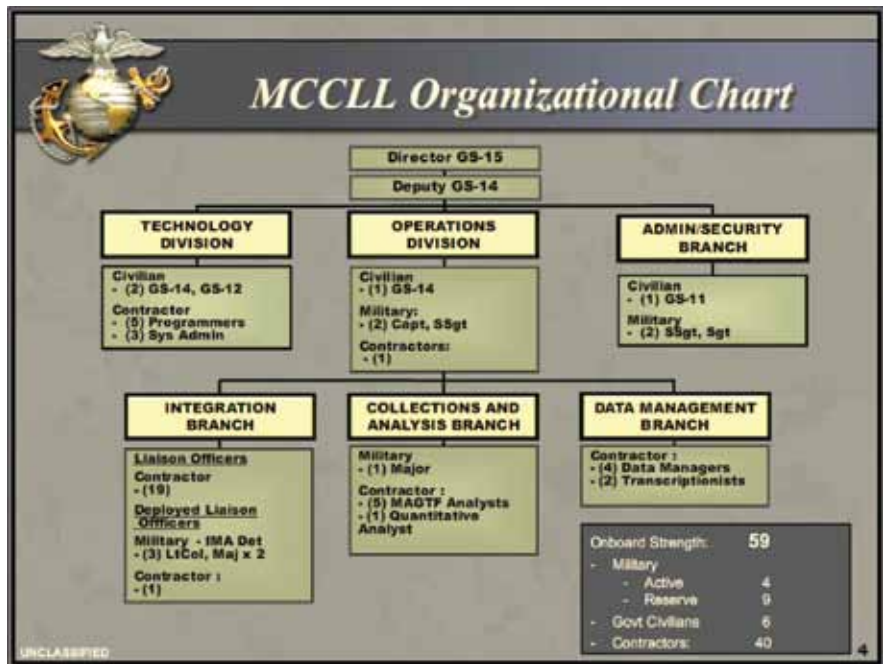


Figura 1: Estrutura Organizacional e Efetivo do MCCLL. Fonte: USMC, 2010.

assinantes de acordo com o grau de sigilo que terão acesso aos Periódicos e documentos disponíveis no *website* do MCCLL. Atualmente, o Centro possui 26.000 assinantes com acesso a documentos ostensivos e 6.000 a documentos confidenciais.

Produção de Documentos

O MCCLL produz por ano, em média, de 30 a 45 relatórios formais de Lições Aprendidas; 52 periódicos semanais sobre Táticas, Técnicas e Procedimentos; 12 periódicos mensais; e inúmeros Periódicos sobre segurança preventiva.

Elaboração do Plano de Coleta de Lições Aprendidas no USMC

A elaboração do Plano de Coleta de Lições Aprendidas no USMC inicia-se em A-1, com o levantamento das prioridades pelos Comandos Operativos e do Setor de Apoio do USMC, em reuniões realizadas com o objetivo de estabelecer a agenda de trabalho do MCCLL para o ano seguinte (A), conforme exemplificado na figura 2.

As atividades de elaboração do Plano de Coleta de Lições Aprendidas ocorrem nos seguintes períodos: Maio/Junho: o MCCLL consolida as “solicitações” das Unidades Operativas e do Setor de Apoio do USMC; Julho: realização da Reunião Anual de Lições Aprendidas, na qual as solicitações são priorizadas (ênfase ao setor operativo - MAGTF), na tentativa de realizar uma “primeira” agenda para A + 1; Agosto: o Plano de Coleta para A + 1 é enviado ao Alto Comando do USMC para apreciação (comentários e sugestões de alteração); Setembro: o Plano de Coleta para A + 1 é aprovado e publicado; Março: Revisão do Plano Anual – revisão das prioridades e inclusão de novas solicitações, se for o caso.

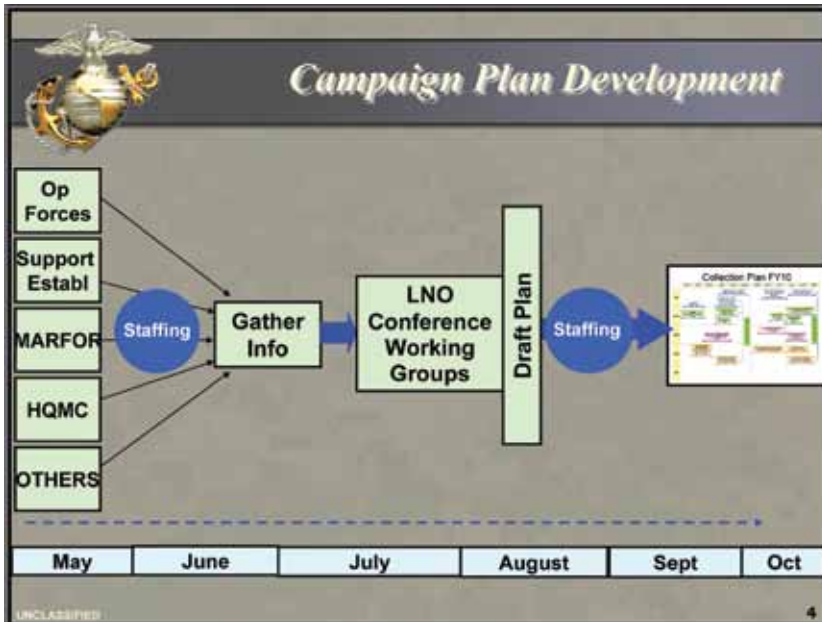


Figura 2: Planejamento realizado em A-1 para estabelecer as prioridades do Plano de Coleta de LA.
Fonte: USMC, 2010.

Uma vez estabelecidas as prioridades, o MCCLL prepara o seu planejamento para o ano seguinte (A). Contudo, esse planejamento é flexível, podendo ser alterado conforme as necessidades apresentadas, principalmente em decorrência de situações novas identificadas no campo de batalha e/ou treinamento.

Processo de Coleta, Análise e expedição do Relatório das Lições Aprendidas no USMC

De posse do Calendário para A +1, inicia-se o planejamento detalhado para a execução do processo de Coleta, Análise e Publicação de uma Lição Aprendida. Este processo, desde o planejamento até a disseminação de uma Lição

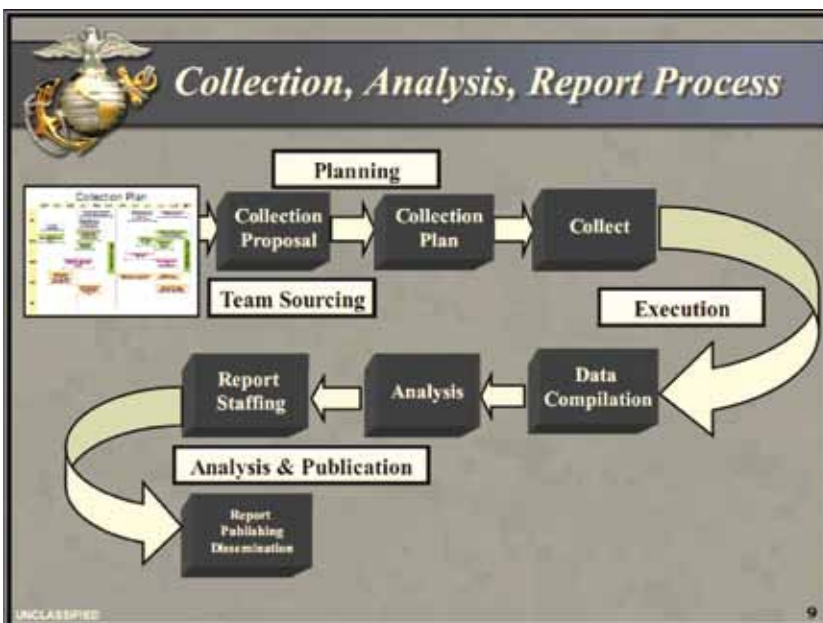


Figura 3: Fluxograma do planejamento até a disseminação de uma Lição Aprendida.
Fonte: USMC, 2010.

Aprendida, é de 180 dias, apresentado no fluxograma da figura 3.

Departamento de Pesquisa e Lições Aprendidas do CFN

O Departamento de Pesquisa e Lições Aprendidas é subordinado ao Centro de Estudos do CFN e possui em sua organização três (03) divisões subordinadas: Divisão de Sistema, Divisão de Análise de Dados e Divisão de Pesquisa. Observa-se, atualmente, a existência de apenas um Departamento para cumprir tanto as tarefas inerentes à Pesquisa, bem como às de Lições Aprendidas, no âmbito do Centro de Estudos do CFN.

Em face da importância e relevância de se ter uma estrutura adequada para coletar, analisar e disseminar as lições aprendidas observadas em exercícios e missões, em tempo oportuno e com qualidade, de forma que o CFN seja capaz de se adaptar rapidamente às evoluções tecnológicas e bélicas como proposto na "Próxima Singradura", é apresentada a seguir uma proposta de organização para o Departamento de Lições Aprendidas, independente da Divisão de Pesquisa.

Espera-se que a presente proposta suscite o debate e que outras sugestões sejam encaminhadas ao Centro de Estudo para análise. Independentemente da estrutura, organização e pessoal envolvidos em um Departamento de Lições Aprendidas, para que o processo seja eficiente, é necessário que haja o engajamento de todo o CFN neste sentido. Ademais, o organograma limita-se apenas a estrutura do Departamento, contudo é desejável que em cada OM operativa do CFN haja um oficial de Lições Aprendidas, de forma a "filtrar" as informações e encaminhá-las ao CECFN. Do mesmo modo, considera-se oportuno que haja um oficial de Ligação de Lições Aprendidas no Comando da Divisão Anfíbia, no Comando da Tropa de Reforço e no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, assim como, atualmente, no Haiti.

Além disso, considera-se igualmente relevante o registro das experiências colhidas em outros ramos de atividades também desenvolvidas no CFN, nas quais as Unidades distritais se veem mais envolvidas, tais como, Operações Ribeirinhas, atividades de Segurança e as atividades em apoio às unidades navais, tais como a participação em Grupos de Visita e Inspeção/Guarnição de Presa (GVI/GP). Uma segunda proposta pauta-se no estabelecimento de uma "Agenda de Lições Aprendidas" para A+1. Nesse

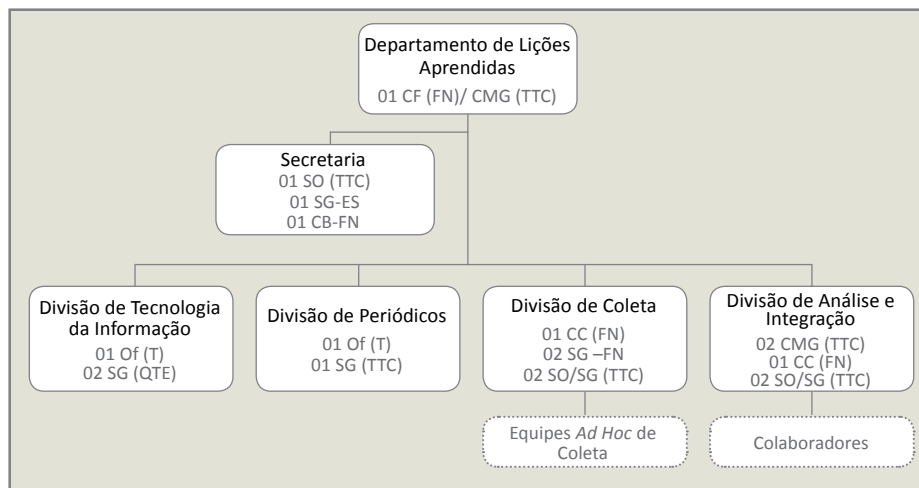
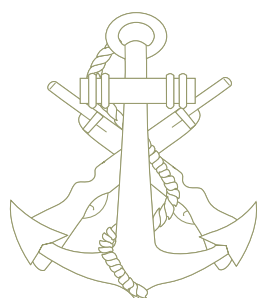


Figura 4: Proposta de Organização do Departamento de Lições Aprendidas do CECFN.
Fonte: O autor, 2011.

sentido, sugere-se que o CECFN organize este planejamento, no período de agosto a outubro de cada ano, com a participação de representantes do CGCFN, CPesFN, FFE, CMatFN, DivAnf, TrpRef, TrpDbq, CRepSupEspCFN.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Visita ao Centro de Lições Aprendidas do USMC realizada em novembro de 2010.



2º TEN (FN) Marcos Assumpção de Oliveira Junior
marcos.assumpcao@ciapol.mar.mil.br

Ensinaamentos colhidos após a leitura do livro: *A história das guerras*

O livro retrata as principais guerras e batalhas que marcaram o mundo. Da Guerra do Peloponeso às Guerras do Golfo, podemos verificar como cada uma, com as suas peculiaridades, influenciaram, no contexto mundial, as teorias e ensinamentos que são utilizados até hoje.

Durante todos esses anos de conflitos, podemos analisar que a religiosidade, as questões étnicas, a expansão territorial, o nacionalismo e a independência foram algumas das causas que geraram tensões entre os povos e nações. É com grande curiosidade que, ao analisarmos os conflitos no Oriente Médio, vemos que as variadas batalhas estão longe de se resolver por questões que até hoje perduram. Alguns exemplos dessas disputas inacabadas são a cobiça por poços de petróleo, a busca pela liderança do mundo árabe, a água (escassa na região), as divergências religiosas entre judeus e islâmicos, etc.

O conceito de guerra se confunde com o conceito de cultura e sociedade; vemos que a forma de um Estado lidar com a situação de conflito reflete as características do pensamento e até da religiosidade de sua população. Como exemplo, podemos citar o Império Romano, que tem suas peculiaridades sendo abordadas sob vários focos pelos historiadores.

A forma moderna de combater surgiu nas Academias Militares, sendo expressa por manuais, os quais mostram uma grande expressão da racionalidade militar. A partir daí, surgiram os grandes exercícios de infantaria treinados para enfrentar as cargas de cavalaria com armas de fogo, usadas sincreticamente.

Uma questão muito interessante surgida desse processo da racionalização militar foi o esforço logístico, que já era empregado com certo grau de importância na determinação de quem sai ou não vitorioso. Esse “inferno logísti-

co” ficou evidente na Guerra do Peloponeso e nas grandes guerras do século XX.

Além do caráter logístico, descobrimos, por meio do estudo, outros vieses da guerra: utilizada como instrumento político, teve sua primeira grande expressão nas Guerras Napoleônicas.

A questão de enfraquecer o inimigo, causando um maior número de baixas e, assim, desmotivando-o, ficou claro na Guerra de Secessão, em que foram utilizadas as vantagens estratégicas iniciais. Notamos aí mais um fator de estudo, o qual foi elencado pelas Ciências Militares.

Continuando a análise das facetas do combate, temos a noção do combate urbano. Tal tipo de combate é bastante diferente do combate rural, ao qual praticamente todos os países estavam acostumados. Tal fato ganhou destaque na Guerra do Golfo e vem tomando vulto desde então, devido às tendências da guerra moderna.

Diante de uma visão global, fica evidente que qualquer guerra modifica o cenário das partes envolvidas, tanto no campo social, como no cultural, político e econômico. Não podemos esquecer das duas Guerras Mundiais, que modificaram todo o mundo e foram oriundas de alianças intrincadas que envolviam diversas potências.

Analisando os conhecimentos expostos até agora, podemos extrair lições fundamentais, que nos fornecem respaldo e convicção para as decisões que tomamos e ordens que damos aos nossos subordinados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MAGNOLI, Demétrio (org.). História das guerras. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

A Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa tratam a bacia Amazônica e o Atlântico Sul como áreas estratégicas prioritárias. Diante dessa premissa, a Orientação Setorial do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais estabelece a necessidade de ampliar, em todos os níveis, nos âmbitos interno e externo, a divulgação da ideia da “Amazônia Azul”, com ênfase em sua importância econômica, científica e na soberania. Nesse contexto, a revista *Âncoras e Fuzis* irá dedicar um espaço a esse tema de secular importância para o Brasil nas próximas edições.



CMG (RM1) Camilo de Lellis Menezes Felipe de Souza
camilo@secirm.mar.mil.br

PROTRINDADE: Importância Estratégica da Pesquisa

O Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade - PROTRINDADE foi idealizado para ampliar o acesso e coordenar as pesquisas científicas na Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e na área marítima adjacente. Portanto, as atividades na Ilha não se restringem à defesa e à segurança. Em termos práticos, os aspectos científicos e ambientais contribuem para sua ocupação estratégica. Realmente, a experiência da Marinha, ao longo de mais de cinquenta anos de presença contínua na ilha, ensina-nos que, de fato, essa ocupação envolve duas dimensões: a geopolítica e a científico-ambiental. Quando bem compreendidas, essas duas dimensões se reforçam.

A primeira dimensão, a geopolítica, é função da localização geográfica de Trindade, que tem importância estratégica e econômica. Ao longo da história, a ilha foi cobiçada várias vezes. A garantia da soberania daquele pedaço do nosso território é um dever que pode exigir, inclusive, elevados investimentos, em função do estado da arte militar, de modo a defender a ilha e garantir sua posse, além



de, se necessário, servir como ponto de defesa avançado do continente pátrio.

A segunda dimensão é a científico-ambiental, pois a busca pelo conhecimento é imprescindível para compreensão daquele ecossistema. Além disso, novas tecnologias podem auxiliar na conservação do meio ambiente. Trindade é a única ilha oceânica brasileira que possui nascentes com água potável abundante. Esse patrimônio esteve ameaçado e foi a pesquisa científica que orientou as ações lideradas pela Marinha na recuperação da vegetação e dos córregos.

A importância estratégica da localização geográfica da Ilha foi consolidada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUD), que garante o direito de o Brasil estabelecer, ao redor de suas ilhas oceânicas habitadas permanentemente, Mar Territorial (12 milhas) e Zona Econômica Exclusiva - ZEE (188 milhas a partir do Mar Territorial), além da Plataforma Continental (PC) subjacente, o que foi concretizado pela Lei nº 8.617/1993. Por isso, em torno das nossas ilhas oceânicas, acrescentamos uma área marítima de 200 milhas de raio, cerca 450.000 km², equi-



Figura 1 – Ilha da Trindade.
Fonte: SECIRM, 2005.

valente ao Estado da Bahia, onde temos exclusividade para pesquisar, preservar ou explorar de modo sustentável os recursos da massa líquida, do solo e do subsolo marinhos.

Trindade foi descoberta em 1501, pelo navegador português João da Nova, e foi batizada por Estevão da Gama, um ano depois, com o nome que conserva até hoje, em homenagem à Santíssima Trindade, em função das três elevações que se avistam a distância. A mais alta ao centro, o pico do Desejado, é o ponto mais elevado do Atlântico Sul (600m).

No século XVI, Trindade foi frequentemente confundida com a Ilha de Ascensão, nome sob o qual figura em algumas cartas e escritos da época. A troca é compreensível, observando-se o interesse e o desenho do cordão de ilhas britânicas no Atlântico Sul. A ilha foi intermitentemente utilizada como ponto de apoio marítimo por traficantes de escravos e piratas ingleses. Nos séculos XVIII e XIX, foi visitada por navegadores, exploradores e naturalistas.

Em 1882, Trindade passou a fazer parte do território brasileiro. Em 1895, os ingleses a ocuparam mais uma vez, com a justificativa de estabelecer uma estação de cabo submarino. Este ato foi rechaçado pelo Brasil, por via diplomática, e confirmado, com a ida de um navio da Marinha, que colocou um marco de soberania, com os dizeres: "O direito vence a força".

Em 1916, durante a 1ª Guerra Mundial, Trindade foi ocupada por brasileiros, com o objetivo de impedir a sua utilização por navios adversários. Em 1941, por ocasião da 2ª Guerra Mundial, foi novamente guarnecida, para impedir que os submarinos inimigos a utilizassem como base de apoio.

Finalmente, em 1950, uma expedição científica foi en-



Figura 2 – Ilhas do Atlântico Sul – Importância Estratégica. Fonte: SECIRM, 2010.

viada para planejar a ocupação permanente da ilha. Em 1957, foi criado o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade - POIT. Desde então, a Marinha garante sua posse efetiva para o Brasil. Distante cerca de 1.200 km (765 milhas), ou três dias e meio de viagem de navio, a partir do Rio de Janeiro, o POIT, destacamento militar subordinado ao Comando do Primeiro Distrito Naval, possui logística complexa e custos elevados de manutenção e funcionamento, em função da distância do continente.

Trindade está próxima às regiões economicamente mais importantes e mais densamente povoadas do País. As descobertas de importantes reservatórios de hidrocarbonetos, na região pré-sal, repercutiram sobre o significado estratégico e econômico dessa área marítima, em função de suas riquezas ampliadas.

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, por meio de cooperação entre a Marinha e a ELETROBRÁS, desenvolveu o projeto de geração de energia a partir de



Figura 3 – Estação Científica da Ilha da Trindade – 2010. Fonte: SECIRM, 2010.



Figura 4 – PROTRINDADE - Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade. Fonte: SECIRM, 2010.

fontes renováveis, solar e eólica, explorando a forte insolação predominante e os ventos constantes na Ilha, o que, no futuro, contribuirá para a redução do consumo de combustível e da emissão de CO², auxiliando a preservação do meio ambiente.

Na verdade, isso nos remete à segunda dimensão, a científico-ambiental. As pesquisas são imprescindíveis e são elas que orientam a conservação. Trindade é um laboratório a céu aberto, no meio do oceano. Sua parte emersa, escarpada, é a extremidade oriental da cadeia de montanhas submarinas Vitória-Trindade, que se eleva 5.500 metros do fundo oceânico. Sua vocação científica se deve ao ecossistema peculiar, às espécies endêmicas e à formação geológica, além de ser fonte de dados essencial para previsão meteorológica. A Marinha opera na Ilha uma Estação do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e seu marégrafo faz parte da rede que monitora a altura dos oceanos.

Desde o início das pesquisas científicas na ilha, em 1950, parcerias foram consolidadas. Por exemplo, caprinos levados para a Ilha, há muitos anos, por navegadores estrangeiros, tornaram-se selvagens, e, sem predador natural, proliferaram e devastaram a vegetação nativa. Estudo do Museu Nacional orientou a Marinha na retirada das cabras, e, menos de uma década após, já se observa a recuperação da vegetação, a redução da erosão, o aumento da vazão das nascentes e o reaparecimento de aves julgadas extintas. Com menos sedimentos nas praias, o aumento da vida marinha permite que maior quantidade de aves nidifiquem na ilha e realimentem o ecossistema.

Trindade é o maior ninhal de tartarugas verdes do Atlântico Sul (5.500 ocorrências em 2010). Esse monitoramento é feito pelo projeto TAMAR / Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade - ICMBio, com o apoio da Marinha. A comunidade científica solicitou e

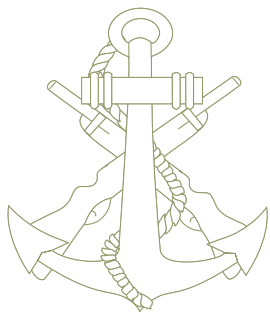
foi criado o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade - PROTRINDADE, coordenado pela Marinha, com o apoio do CNPq, que avalia o mérito científico e seleciona os projetos a serem desenvolvidos naquele local. Dezesesseis deles, no momento, estão em curso, apoiados pela Estação Científica da Ilha da Trindade - ECIT, recentemente construída, com dois laboratórios e capacidade para alojar até oito pesquisadores.

O PROTRINDADE possui grande abrangência em termos de áreas do conhecimento. A maioria das pesquisas realizadas se concentra em Oceanografia, mas também foram contempladas as áreas de Botânica, Geologia, Medicina, Zoologia, Arquitetura e Urbanismo. Essa diversidade se repete em relação ao grande número de Instituições de Pesquisa participantes: FURG, UFRGS, UFSC, UFPR, UFES, UNB, UERJ, UFRJ, UFBA, UNIVALI, USP, UNESP, DHN, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico e o Observatório Nacional.

Acreditamos, ainda, que o melhor caminho para sua conservação é seguir à luz da ciência, amparada e fiscalizada pelos colegiados da CIRM, que orienta as ações e as intervenções sustentáveis, como buscam hoje fazer pesquisadores e marinheiros, lado a lado, ao realizarem seu árduo trabalho, com dedicação e entusiasmo, na inóspita e distante fronteira leste. São esses brasileiros que mantêm nossa bandeira hasteada, lá, onde o sol ilumina primeiro o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ruy José Válka. Ilhas Oceânicas Brasileiras da Pesquisa ao Manejo. Rio de Janeiro: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.
- GASPARANI, João Luiz. Ilha da Trindade e Arquipélago Martin Vaz. Espírito Santo: UFES, 2004.



CF (FN) Osmar da Cunha Penha
osmar@ciasc.mar.mil.br

DECIDA nº 42

Guerra de Manobra

(publicado na edição anterior de nossa revista)

Situação

1. Você é o comandante da 1ªCiaFuzNav(Ref), 1ºBtlInfFuzNav(Ref), BdaFuzNav. São 211200Z/SET. O Sr. tem à sua disposição uma SeçMAC e o apoio de um PelCLAnf. Existe a possibilidade de apoio de Mrt 81mm e de Obuseiro 105mm às suas ações. A superioridade aérea local não está garantida, significando que o apoio aéreo poderá estar indisponível em alguns momentos.

2. O Sr. sabe que a BdaFuzNav tem como missão: conquistar a base logística inimiga localizada em MARCOLÂNDIA a fim de desestabilizar as forças inimigas na frente de contato.

3. O Sr. sabe que o 1ºBtlInfFuzNav(Ref), a fim de garantir o avanço sem retardos da BdaFuzNav em direção àquela cidade, recebeu como tarefas: atacar na direção de MARCOLÂNDIA eixado na Rdv 8; neutralizar as forças inimigas ao longo desta Rdv e passar à reserva após alcançar os limites de MARCOLÂNDIA. A neutralização de forças inimigas deverá ser garantida a uma distância máxima de 5000m para ambos os lados da Rdv 8, não permitindo que as forças inimigas o atraiam além desses limites.

4. O Sr. foi informado que: a 2ªCiaFuzNav(Ref), apoiada por um PelCC e um PelCLAnf, foi designada como o esforço principal da manobra do batalhão, estando sua missão estabelecida nos mesmos termos da missão do batalhão; e que o 1ºBtlInfFuzNav(Ref) deverá chegar a MARCOLÂNDIA antes de possíveis reforços inimigos, denotando necessidade de rapidez nas ações.

5. Sua missão é: atacar na direção de MARCOLÂNDIA eixado na Rdv 8; neutralizar as forças inimigas a W da Rdv a fim de impedir que o inimigo aí localizado possa interferir no rápido avanço da 2ªCiaFuzNav(Ref). Ficar ECD assumir as tarefas daquela companhia.

6. Quando seus pelotões alcançaram as posições mostradas no esboço anexo, o Sr. recebeu a seguinte mensagem: a 2ªCiaFuzNav(Ref) ficou detida nas proximidades do ENTRONCAMENTO DO JAPONÊS por pesados fogos de infantaria e CC. Sem alterações nas ordens emanadas.

7. A 2ªCiaFuzNav(Ref) está localizada no ponto K e o PelMrt81mm no ponto L. Observar o alcance do Mrt. Todo o esboço está no alcance dos O105mm da artilharia.

8. O Comandante do Batalhão sinalizou que não tem

intenção de empregar a 3ªCiaFuzNav(Ref), apoiada pela CiaCC(-) (CiaCC menos um PelCC), reserva do batalhão.

9. O Sr, após enviar algumas patrulhas à frente pelos ltn assinalados no esboço, as quais estão localizadas nos pontos P, Q e R, obteve as seguintes informações:

- Patrulha no ponto P – “Entramos em contato com uma patrulha inimiga valor GC, a qual se evadiu para N. Tenho dois feridos no ltn até sua posição”;
- Patrulha no ponto Q – “Sem contato com o inimigo ao longo desse ltn até aqui. Estamos prestes a prosseguir para o N. Observado um grupo, aparentemente de graduados ou oficiais, realizando reconhecimento nas proximidades da fazenda (ponto S). Não observado maiores efetivos nessa posição. Observados cinco caminhões descarregando suprimentos, aparentemente munição, a cavaleiro da Rdv 8 (ponto T). As nuvens de poeira observadas a leste (ponto U) indicam a possibilidade de movimentação de blindados naquela região”;
- Patrulha no ponto R – “Estamos detidos. Tenho dois feridos graves, com forte sangramento. Necessito de auxílio para tirá-los daqui. Sempre que tentamos nos mover dessa posição, somos batidos por pesados fogos de armas automáticas e morteiros provenientes de L e NE”.

O que fazer agora?

Como comandante da 1ªCiaFuzNav(Ref), com base no roteiro abaixo e foco no conceito de “superfícies e brechas”, decida:

- Além de retransmitir as informações oriundas de suas patrulhas localizadas em P, Q e R, que outras informações, se necessário, o Sr. deveria passar ao comando do batalhão?
- Caso o Sr. resolva movimentar suas peças de manobra, indique, no terreno, os pontos para onde deveriam se deslocar, designando, se necessário, seus objetivos.
- Com base na resposta do item anterior, a partir das posições de suas peças de manobra no esboço, indique, por meio de setas, por onde visualiza que devam manobrar e quem estará exercendo o esforço principal. Não há necessidade de indicar outros movimentos para as patrulhas em P, Q e R.

Possível solução

Observe o grande arco traçado ao S dos PCot 285 e 310 no esboço da R de NOVA MAZA. Por meio de uma correta percepção do conceito de superfícies e brechas, para que se atinja o inimigo em profundidade, todo e qualquer objetivo deveria ser marcado além do arco traçado. Dentre os possíveis objetivos existentes nessa região, podemos destacar:

- As Altu PCot 285 e 310;
- A área de estacionamento de viaturas (vulnerável a um ataque);
- O local de estocagem de munição (vulnerável a um ataque); e
- Posição da artilharia inimiga (vulnerável a um ataque).

Dentre tais objetivos, por ser mais valoroso ao inimigo, as peças de artilharia mostram-se como o objetivo prioritário, uma vez que permite ao inimigo interferir na manobra de nosso batalhão como um todo, buscando neutralizar nossas ações, enquanto não entramos no alcance das armas de menor calibre existentes em suas posições de infantaria. Se alcançarmos ou atingirmos tais posições de artilharia, estaremos criando-lhe um enorme problema para a manutenção da coesão de sua posição defensiva.

Alguns poderiam se ver tentados a marcar objetivos, primeiramente, nos PCot 285 e/ou 310, de forma a estar em condições de atacar as posições de artilharia, o que seria aceitável. Tal solução estaria bem mais orientada ao terreno que ao inimigo, tendendo a tornar a manobra mais lenta. Isso não quer dizer que tais Altu não possam ser utilizadas na manobra para atingir àquelas posições da artilharia inimiga.

A área de estacionamento de viaturas e o local de estocagem de munição, caso fossem marcados, poderiam ser aceitáveis, mas não causariam o efeito imediato por sua limitada capacidade de interferir em nossa manobra. Tais posições poderiam ser reduzidas ou neutralizadas por ocasião do deslocamento em direção às posições de artilharia, desequilibrando as ações do inimigo. Tais posições inimigas poderão passar a ser prioritárias caso a artilharia tenha se deslocado ou tenha sido reforçada ao ponto de inviabilizar um ataque à sua posição. O importante, caso isso ocorra, é ter fluidez, flexibilidade e iniciativa nas ações.

As outras duas linhas laterais traçadas para S/SW representam a brecha existente para um movimento em direção à retaguarda do inimigo, em função das informações obtidas das patrulhas (ações ditadas pelo reconhecimento). Essa é a faixa de terreno de menor resistência. Para um possível deslocamento por essa faixa, as posições defensivas inimigas deveriam ser intensamente batidas por fogos. A manobra pelo extremo leste do esboço seria uma incógnita, dado que

o reconhecimento realizado não confirmou o valor do efetivo inimigo naquela região. Eixar o esforço principal por essa R seria um grande risco.

A posição inimiga no PCot 280 poderia ser reduzida com pequeno efetivo, desde que não viesse a comprometer a velocidade e o poder de combate do esforço principal a ser exercido. Não podemos nos deixar dispersar por pequenos efetivos inimigos. Esses devem ser ultrapassados e seu apoio logístico cortado, de forma a inviabilizar suas ações. Com isso, ficará mais fácil sua redução no futuro.

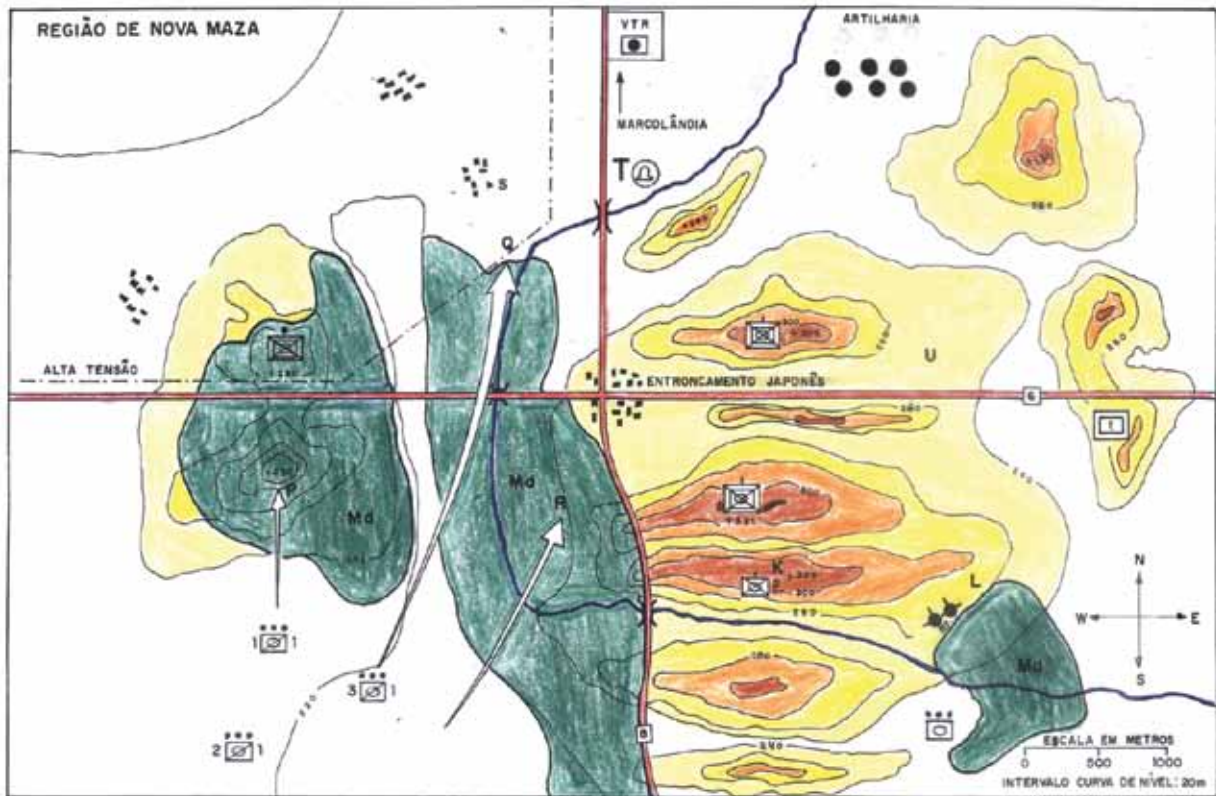
Para que a artilharia inimiga possa ser neutralizada ou destruída, é importante que ela não saiba por onde a companhia se deslocará. Dessa forma, é imperioso que a companhia mova-se com rapidez de modo a desequilibrar as ações inimigas, evitando possibilitar-lhe a detecção de sua posição. O importante é colocar o inimigo em um dilema: movimentar sua artilharia, facilitando a manobra do batalhão como um todo ou permanecer em posição, correndo o risco de sofrer um ataque? Continuar detendo a 2ªCiaFuzNav ou tentar impedir a manobra da 1ªCiaFuzNav?

Cabe aqui ressaltar que o Cmte da 1ªCiaFuzNav não deve ficar esperando ordens de seu Cmte de Btl para aproveitar a brecha existente (rever os conceitos de “Intenção do Cmte” e “Tarefas por Efeito Desejado/Mission-type Orders”). Este, por seu turno, ao perceber ou ser informado da iniciativa do CmteCia, deverá passar o esforço principal para esta CiaFuzNav, revertendo-lhe os meios necessários (Bld, CC, Mrt, prioridade de fogos) a sua manobra, provendo-lhe o máximo de impulso.

Considerando que a missão busca abrir prosseguimento pelo eixo da Rdv 8 em direção a MARCOLÂNDIA o mais rápido possível, atacar o PCot 321 não seria a melhor solução, uma vez que reduziria a impulsão do Btl, pela diminuição de sua velocidade. Qualquer iniciativa de emprego da 1ªCiaFuzNav para reduzir a resistência inimiga no PCot 321 estaria opondo força contra força. Além disso, a manobra a retaguarda das posições inimigas estaria aliviando a situação da 2ªCiaFuzNav e da patrulha em dificuldade nas proximidades desse PCot.

Cabe ressaltar que, para manobrar dessa forma, a coesão na manobra do batalhão como um todo é essencial, de forma que a iniciativa para explorar as oportunidades que surjam seja exercida da forma mais natural possível, aumentando a confiança entre os elementos constituintes da unidade. O correto entendimento dos conceitos envolvidos na Guerra de Manobra é fundamental em um cenário como o apresentado nesse Decida.

Obs.: O presente DECIDA foi adaptado do exercício proposto pelo Cel(USMC) Michael D. Wyly no Apêndice *Fundamentals of Tactics* encontrado em *Maneuver Warfare Handbook*, de autoria de William S. Lind, 1985.

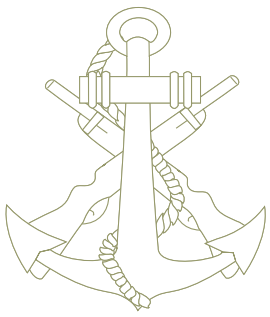


Resposta selecionada

2º Ten Nylfson Borges - 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais

- Passaria ao comando as seguintes informações: o retraimento da patrulha para N indica um possível centro de gravidade das forças inimigas nessa região; o ponto Q indica uma provável brecha, enquanto os pontos P e R indicam prováveis superfícies.

- Considerando que Q, provavelmente, está inserido em uma brecha, concentraria aí o esforço principal. Dessa forma, deslocaria dois pelotões para realizar o ataque desembocado pelo itinerário que demanda o ponto Q. O pelotão restante realizaria o retraimento dos feridos nos pontos P e R, e depois ficaria em reserva. Solicitaria os fogos de Morteiro nas posições inimigas que impedem o retraimento do ponto R, revertendo depois para os fogos de preparação para o ataque. A Seção MAC, o PelClanf e os fogos de artilharia apoiariam o esforço principal.



DECIDA nº 43

Operações Anfíbias

Situação

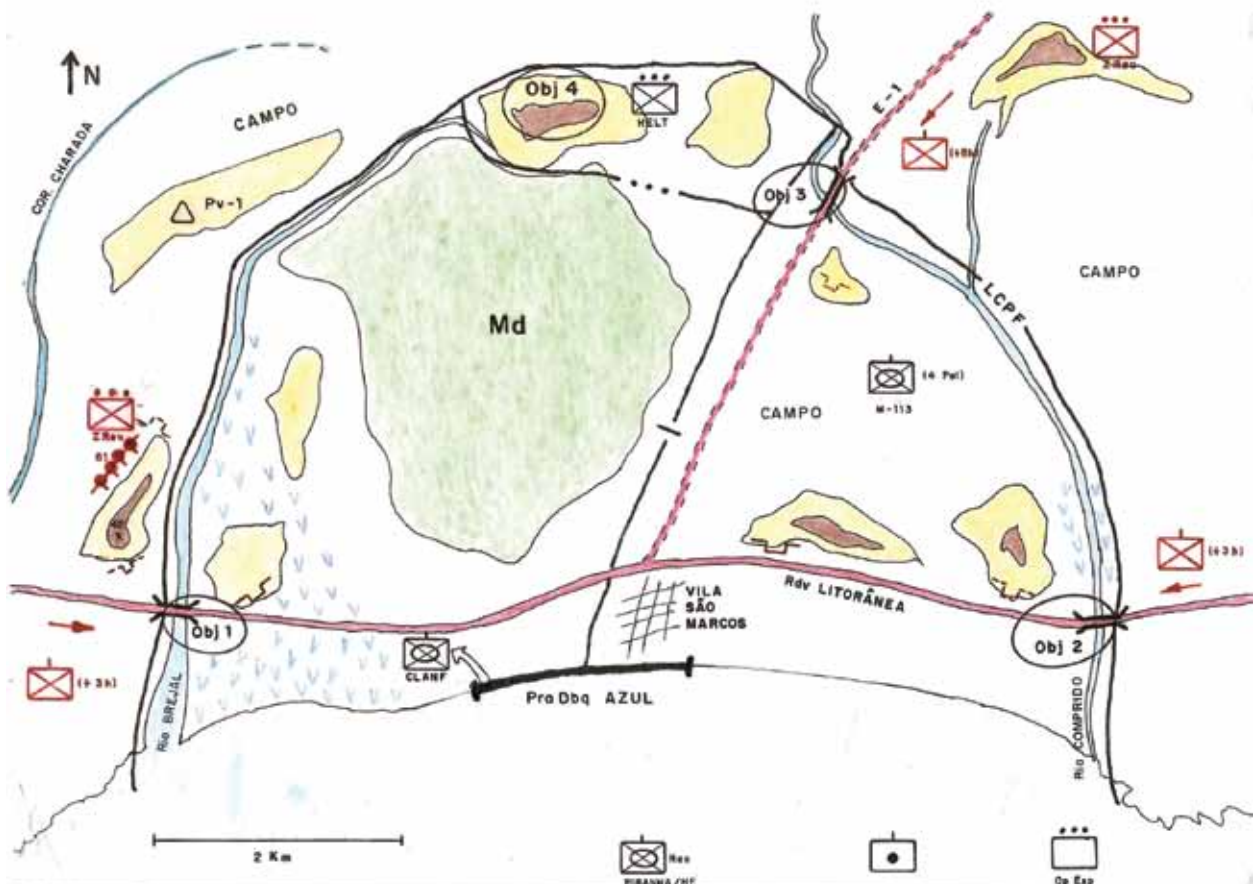
1. O senhor é o oficial de operações do CCT de um GptOpFuzNav (tipo UAnf) realizando uma operação anfíbia. O GptOpFuzNav tem como missão “Conquistar uma CP na região de Vila São Marcos, a fim de contribuir para o corte do fluxo logístico inimigo pela Rodovia Litorânea”. O desembarque ocorreu à Hora-H, como planejado, com a 1ª CiaFuzNav, que se encontrava embarcada em CLANf, desembarcando na praia de desembarque Azul e a 2ª CiaFuzNav (a 4 Pelotões), apoiada por Viaturas Blindadas M-113, desembarcou por ED na praia de desembarque Verde, ambas sem encontrar forte oposição. A 1ª vaga de helicópteros do pelotão helitransportado iniciou seu desembarque à Hora-I, na região de Obj 4.

2. Em H+60, o GptOpFuzNav encontrava-se na seguinte situação:

- A 1ª CiaFuzNav encontra-se detida no corte da rodovia Litorânea, recebendo pesados fogos de Mrt 81 mm oriundos de PCot 42 (fora da CP), que a fi-

zeram sofrer 09 baixas e perder 02 viaturas.

- O pelotão helitransportado atingiu o objetivo 4 com 90% de seu poder de combate preservados e encontra-se em condições de mantê-lo.
- A 2ª CiaFuzNav atingiu os objetivos 2 e 3 com 95% de seu poder de combate preservado e encontra-se mantendo ambos, com 1 PelFuzNav cada. O comando da companhia encontra-se atualmente em uma Zona de Reunião ao sul do objetivo 3 com dois de seus pelotões.
- A 3ª CiaFuzNav encontra-se em reserva, embarcada no NDD Maranhão, ECD desembarcar por HE em 60 min, ou por EDCG, apoiada por Vtr Bld Piranha em 120 min.
- A Bia O 105 mm Light Gun encontra-se embarcada no NDCC Sergipe ECD desembarcar em 150 min.
- O PelOpEsp (GruCANf a 14 Mil) encontra-se em condições de desembarcar em qualquer região da CP em 20 min.
- O PV-1, que reportou a situação inimiga na região de PCot 42, informou não haver detectado outros movimentos de tropa ao norte da CP.
- O NAE Tocantins encontra-se com problemas em sua catapulta de lançamento, o que indisponibiliza o apoio da aviação naval por um período de 3h.



- Os Navios de Apoio de Fogo reportaram não conseguir bater a contraencosta de PCot 42, devido às condições hidrográficas e ao relevo da região.
- Os terrenos alagadiços, a macega densa e os rios da região são obstáculos para viatura de qualquer natureza e restringem o movimento de tropa a pé, o restante do terreno permite o movimento de viaturas sobre lagarta e restringe o movimento de viaturas sobre rodas.
- A diretiva do escalão superior proíbe a destruição das

obras de arte da rodovia litorânea sobre os rios da região.

- A natureza do inimigo é motorizada. O valor e o tempo dos reforços inimigos que incidem na região são os constantes do croqui.

3. Como oficial de operações do CCT do GptOpFuzNav proponha uma solução para o cumprimento da missão abordando, inclusive, quais medidas de coordenação seriam necessárias para viabilizar sua decisão.



Concurso de Trabalhos Acadêmicos

Anualmente, o CIASC, por intermédio do Centro de Estudos do CFN, promove o Concurso de Trabalhos Acadêmicos, o qual objetiva incentivar a produção intelectual e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos militares deste Centro de Instrução.

No ano de 2010, os vencedores do Concurso de Trabalhos Acadêmicos no âmbito do CIASC concorreram, também, ao I Concurso de Artigos Técnicos e Acadêmicos e de Redação, organizado pela DEnsM, consagrando-se como os primeiros colocados nas seguintes categorias: Oficiais e Civis Assemelhados; Alunos dos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; Praças e Civis Assemelhados; e Alunos dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Praças.

Este resultado ressalta o empenho demonstrado por nossos militares no contínuo aperfeiçoamento técnico-profissional.

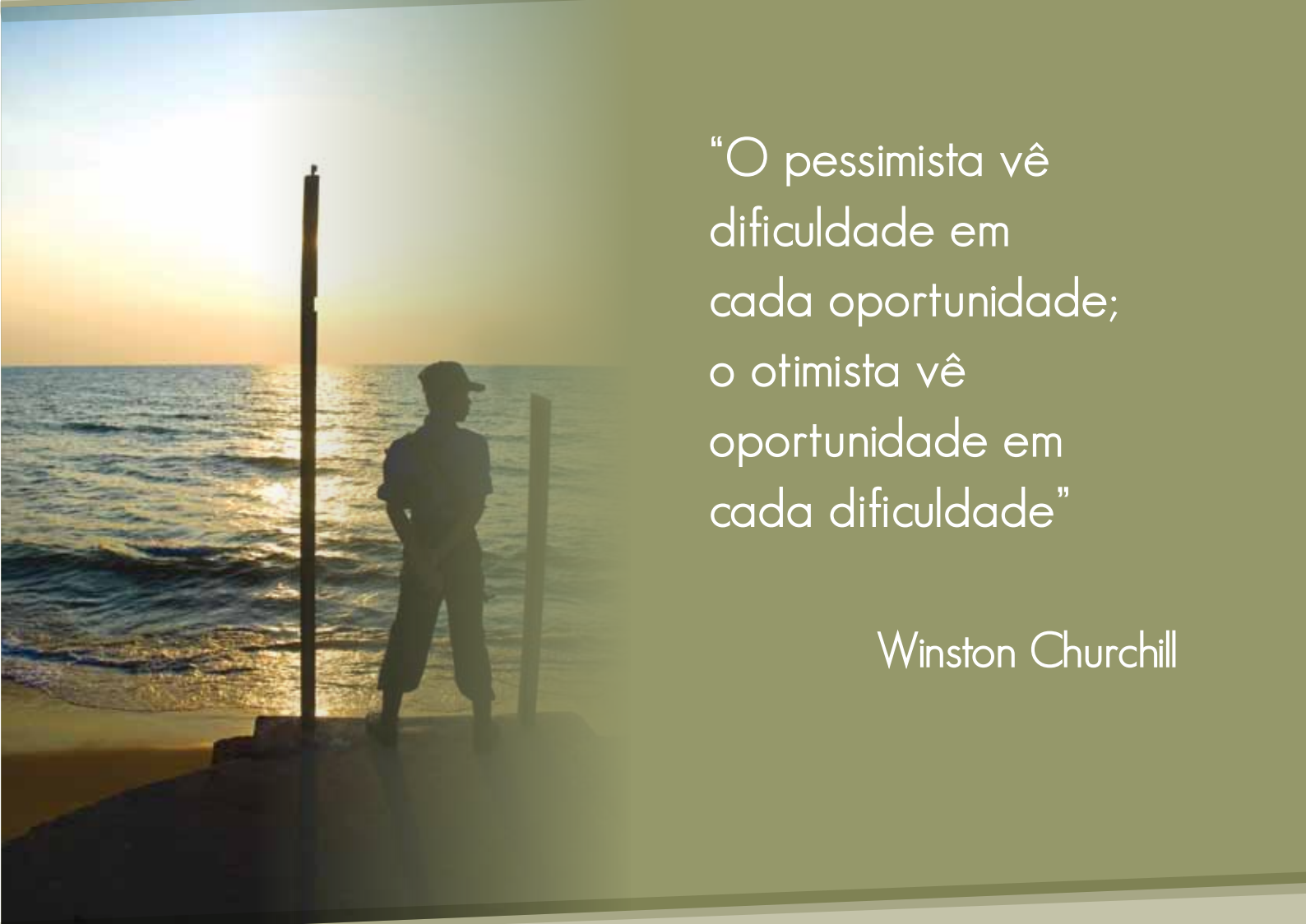
Aos militares CC (FN) José Domingos Araújo Vallim, CT (FN) Tiago Homrich de Oliveira, 2º SG-FN-MU Daniele dos Santos Teixeira e CB-FN Jair dos Santos Fontana Ebres, o nosso BRAVO ZULU!



PENISE

“O pessimista vê
dificuldade em
cada oportunidade;
o otimista vê
oportunidade em
cada dificuldade”

Winston Churchill



Centro de Estudos do Corpo de Fuzileiros Navais

Corpo de Colaboradores

O Centro de Estudos do Corpo de Fuzileiros Navais (CECFN), localizado no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, tem a tarefa de desenvolver estudos e pesquisas que contribuam para o aprimoramento da doutrina de emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). O CECFN organiza seus trabalhos segundo as áreas de Estudo e Pesquisa de Comando e Controle, Operações, Apoio ao Combate, Logística e Fundamentos Doutrinários.

O estatuto do CECFN prevê que as pesquisas realizadas recebam contribuições de um Corpo de Colaboradores integrado por Oficiais e Praças, da ativa e da reserva, e por civis, com vistas a incorporar às análises a vasta gama de conhecimentos e experiências acumuladas por um amplo espectro de Fuzileiros Navais e demais participantes.

Assim, convidamos os Fuzileiros Navais e militares de outros Corpos e Quadros e civis a participarem como colaboradores dessa iniciativa de importância significativa para o CFN.

Os trabalhos a serem desenvolvidos pelo corpo de cola-

boradores poderão ser executados a distância, utilizando-se das ferramentas de comunicações disponíveis (INTRANET, INTERNET, etc.), não havendo, portanto, nenhuma restrição de adesão para aqueles que se encontram fora da sede do Rio de Janeiro.

As linhas de pesquisa a serem implantadas abrangerão as referidas áreas de estudo e pesquisa, envolvendo assuntos de variados níveis de complexidade, sendo, portanto, desejável a participação de colaboradores de nível superior e de nível técnico, razão pela qual incentivo as contribuições vindas do Corpo de Praças do CFN.

Os interessados em compor o Corpo de Colaboradores poderão entrar em contato com o CECFN pelos telefones: 8129-4513 e 8129-4516 (RETELMA), (21) 3866-1482 ou pela caixa postal ciasc-41/ciacfn/Mar. No ato da manifestação de interesse deverão ser apontadas as áreas de estudo e pesquisa.

O CGCFN, após as coordenações necessárias, emitirá, oportunamente, uma Portaria, na qual designará os integrantes de cada equipe de colaboradores do CECFN.

Normas para Publicação de Artigos na Revista *Âncoras e Fuzis*

- 1- Os artigos devem ser enviados para o *e-mail*: *ancora-sefuzis@gmail.com* ou para as caixas postais: *cecfn@ciasc.mar.mil.br* ou *cecfn/ciacfn/Mar*, aos cuidados do Centro de Estudos do CFN.
- 2 - Os artigos não devem exceder cinco (05) laudas.
- 3 - O formato preferido é o Word (doc), mas também pode ser utilizado o formato Openoffice (odt).
- 4 - Identificação do autor: Nome completo dos autores na ordem em que deverá aparecer no texto, posto/graduação ou titulação, instituição e endereço eletrônico.
- 5 - Referências: De acordo com a NBR 6023. Podem vir, ao longo do texto, no formato completo por meio de notas de rodapé ou abreviadas pelo sistema autor-data. Ao

fim do texto devem constar todas as referências utilizadas pelo autor em ordem alfabética e não numeradas.

- 6 - Fonte: Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
- 7 - Figuras e gráficos: De uma maneira geral, deve-se evitar o uso intenso de figuras/gráficos (máximo 04). Elas podem vir ao longo do texto, mas solicita-se, também, o seu envio separado do mesmo, isto é, em um outro arquivo. As figuras devem estar digitalizadas em 300 dpi e no formato JPG. No caso de imagens de máquina digital, deverão estar, preferencialmente, na mais alta resolução da câmera. Não esquecendo de sempre mencionar a fonte.
- 8 - Os artigos que cumprirem as normas acima passarão por um processo de revisão. Ao fim desse processo, o autor será notificado, via *e-mail*, de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

Juntos contruindo um futuro melhor!

Agradecemos a doação de livros e revistas para a Biblioteca do Corpo de Fuzileiros Navais, efetuada pelos militares, civis e pelas Organizações e Bibliotecas Militares abaixo mencionados, o que, além de demonstrar enorme apreço por este Centro de Instrução, contribui, significativamente, para o enriquecimento do nosso acervo.



Oficiais e Praças da Ativa

Marco Antonio Corrêa Guimarães
Almirante de Esquadra (FN)

Alexandre José Barreto de Mattos
Contra-Almirante (FN)

Nélio de Almeida
Contra-Almirante (FN)

Marcelo Ribeiro de Figueiredo
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Marcelo Guimarães Dias
Capitão de Mar e Guerra

João Carlos dos Santos Cherem
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Alexandre Aballo Nunes
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Osmar da Cunha Penha
Capitão de Fragata (FN)

Márcio Rossini Batista Barreira
Capitão de Fragata (FN)

Claudio Vicente Issa Vieira
Capitão de Corveta (FN)

André Duarte Canellas
Capitão de Corveta (FN)

Flavio dos Santos Nascimento
Capitão de Corveta (FN)

João Marcelo Gomes da Silva Batista
Capitão de Corveta (FN)

Gilmar Diogo Guedes
Capitão de Corveta (FN)

Bruno Caldas Kochulinski
Capitão de Corveta (FN)

Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni
Capitão de Corveta (FN)

Anderson Veras Marques
Capitão de Corveta (FN)

João Luís Borges da Silva
Capitão-Tenente (FN)

Rítalo do Santiago Santos
Primeiro-Sargento FN-IF

Itamar Cesar Alves dos Santos
Primeiro-Sargento FN-IF

Devani Ferreira dos Santos
Primeiro-Sargento FN-MO

Klaus Werner Silva de Melo
Primeiro-Sargento FN-CN

Gustavo James Barbosa
Primeiro-Sargento FN-IF

Leonardo Carvalho Mazui
Terceiro-Sargento FN-IF

Sérgio Augusto da Silva
Cabo FN-CT

Oficiais e Praças da Reserva

Carlos de Albuquerque
Almirante de Esquadra (FN)

Coaraciara Brício Godinho
Almirante de Esquadra (FN)

Luiz Carlos da Silva Cantídio
Almirante de Esquadra (FN)

Carlos Augusto Costa
Almirante de Esquadra (FN)

Álvaro Augusto Dias Monteiro
Almirante de Esquadra (FN)

Olavo Freire da Rocha
Vice-Almirante (FN)

Clinton Cavalcante de Queiroz Barros
Capitão de Mar e Guerra

Jaime Florêncio de Assis Filho
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Ezir Rodrigues Pitta
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Rudibert Killian Junior
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Luiz Antonio Justino Lima
Primeiro-Sargento FN-EG

OM / Biblioteca

Comando-Geral do
Corpo de Fuzileiros Navais

Comando do Material de
Fuzileiros Navais

Centro de Adestramento
Almirante Marques de Leão

Biblioteca Almirante
Helio Leoncio Martins

Centro de Instrução e Adestramento
Almirante Átila Monteiro Aché
Biblioteca do CIAMA

Hospital Naval Marcílio Dias
Biblioteca do HNMD

Diretoria do Patrimônio Histórico e
Documentação da Marinha
Biblioteca da Marinha
Departamento de Publicações e
Divulgação

Escola de Guerra Naval
Biblioteca da EGN

Escola Naval
Biblioteca da EN

Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército
Centro de Estudos Estratégicos

Escola Superior de Guerra
Biblioteca General Cordeiro de Farias

Civis

Senhora Hilda Bizarro Marques
(esposa do Vice-Almirante (FN)
Roverbal Bizarro Marques)

Clóvis Brigagão
Coordenador do GAPCon –
Universidade Candido Mendes



Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC)
Biblioteca do Corpo de Fuzileiros Navais

Rua Magno Martins, s/nº – Bancários – Ilha do Governador
CEP 21911-000 – Rio de Janeiro – RJ – Tel.: (21) 3386-4511
Horário de Atendimento: segunda-feira à sexta-feira de 7h30 às 18h
biblioteca@ciasc.mar.mil.br – www.ciasc.mar.mil.br

